

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

181 out.-dez. 2013

ISSN 1413-1536

Entrevista: **Mathias Becker**

Bahia detém 15%
do potencial eólico
brasileiro

Ponto de vista: **Gustavo Casseb Pessoti**

A economia baiana
está perdendo
dinamismo?

A logística baiana e a FIOOL:
uma análise da dimensão
organizacional-estratégica

Atividade econômica baiana
cresce 3,4% no terceiro
trimestre do ano, e
estimativa da SEI para 2013
é de 2,7%

Publique
seu artigo



BAHIA ANÁLISE & DADOS

Tema | PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA BAHIA:
IMPACTOS E DESAFIOS

PRORROGADO

PRAZO PARA ENTREGA
DOS ARTIGOS

22 de abril de 2014

INFORMAÇÕES

(71) 3115 4705

(71) 3115 4824

ENDEREÇO ELETRÔNICO

PARA ENVIO DOS ARTIGOS

aedbolsafamilia@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Guillermo Etkin (SEI)

Luciana Silva Santos (Sedes)

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

181 out.-dez. 2013

Sumário

5 Carta do editor

Economia em destaque

7 Desempenho da economia baiana nos três primeiros trimestres de 2013 e perspectivas

Carla do Nascimento,
Elissandra Britto,
Rafael Cunha,
Rosângela Conceição

Entrevista

18 Bahia detém 15% do potencial eólico brasileiro

Mathias Becker

Artigos

23 Dinâmica da indústria baiana de calçados e o comércio internacional

Luís Abel da Silva Filho,
Antonio Wisney Pedrosa Cavalcante, Patrick Leite Santos

45 Políticas públicas ambientais: delineamento dos programas de ação do Ministério do Meio Ambiente do Brasil no período 2004-2011

Antonio Gil da Costa Júnior, Carlos Eduardo de Mira Costa

35 A logística baiana e a FIOLE: uma análise da dimensão organizacional-estratégica

José Gileá de Souza,
Henrique Campos de Oliveira, Gustavo Henrique Dutra Mettig, Alessandro Leboeiro de Souza

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Barbara Monica Brito Sacramento (estagiária)
Dilciele Nascimento de Sousa (estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa
Isabel Dino Almeida

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Laura Dantas (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

PRODUÇÃO

Daniela Nascimento (Estagiária)

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 1.000

Seção especial

55

Atividade econômica baiana cresce 3,4% no terceiro trimestre do ano, e estimativa da SEI para 2013 é de 2,7%

Carol Araújo Vieira,
Denis Veloso da Silva,
João Paulo Caetano
Santos

Ponto de vista

62

A economia baiana está perdendo dinamismo? Uma discussão sobre a perda de participação da Bahia no *ranking* nacional do PIB do Brasil

Gustavo Casseb Pessoti

Investimentos na Bahia

64

O estado da Bahia deverá atrair 515 empreendimentos até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade

68 Livros

70 Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

83

Indicadores Econômicos

91

Indicadores Sociais

101

Finanças Públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2014.
n. 181
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



Atualizando o debate sobre

Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO
DE RÔMULO ALMEIDA

Aberta chamada de artigos para o X Encontro de Economia Baiana

Em 2014, o Encontro de Economia Baiana comemora 10 anos de debates sobre o desenvolvimento econômico do estado e do país. Esta edição traz como tema: "Atualizando o Debate sobre Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento", uma homenagem ao centenário de Rômulo Almeida.

ÁREAS TEMÁTICAS

ECONOMIA BAIANA
ECONOMIA REGIONAL
FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

NOVA

Submissão de artigos até 11 de maio de 2014

Inscrições: www.eeb.ufba.br

Mais informações:

Tel: (71) 3115-4728 / 3283-7542

Email: mesteco@ufba.br



Curso de Mestrado em Economia
Universidade Federal da Bahia



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

SECRETARIA
DA FAZENDA



Carta do editor

O terceiro trimestre de 2013 foi marcado por um cenário de moderado desempenho das economias brasileira e baiana. A análise do nível de atividade revela que, a despeito do momento de fragilidade verificado ao longo dos últimos meses, há a perspectiva de recuperação do ritmo de atividade. Esse panorama, bem como as nuances que permeiam o desempenho da economia, é retratado na edição 181 da revista Conjuntura & Planejamento (C&P).

Na avaliação da equipe de análise conjuntural, a economia brasileira já evidencia sinais de recuperação no ritmo de atividade. Segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais (2013) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no acumulado dos últimos 12 meses em relação ao mesmo período anterior, a taxa de crescimento avançou de 0,9% no terceiro trimestre de 2012 para 2,3% no terceiro trimestre de 2013. Na Bahia, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,2% no acumulado dos três trimestres até setembro de 2013. Nesse sentido, a equipe de conjuntura, tendo por base o breve panorama da conjuntura externa e nacional, analisa os principais resultados setoriais das economias brasileira e baiana no período de janeiro a setembro de 2013.

Na seção Entrevista, o diretor-presidente da Renova Energia, Mathias Becker, apresenta as vantagens do uso da energia eólica. Na sua avaliação, esta energia já é uma fonte viável economicamente e excelente opção para compor, juntamente com a água, a matriz energética do Brasil. Informa, ainda, que o potencial brasileiro para a produção de energia eólica é de 143 GW, e que a Bahia se destaca por deter 15% de todo esse potencial.

No Ponto de Vista, Gustavo Casseb Pessoti, diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI, aborda a questão da perda de participação da economia baiana no *ranking* nacional. O esclarecimento desse fato leva à concepção de que a economia baiana não perdeu dinamismo nem mesmo se estagnou do ponto de vista do crescimento econômico. Na avaliação do diretor, ocorreu uma perda de participação do setor industrial no PIB da Bahia, não só em função do processo de desindustrialização em curso na economia brasileira ao longo dos últimos anos, mas em função de um problema pontual da indústria de refino de petróleo da Bahia – Refinaria Landulpho Alves Mataripe (RLAM).

Na seção Artigos, há o trabalho de José Gileá de Souza, Henrique Campos de Oliveira, Gustavo Henrique Dutra Mettig e Alessandro Leboreiro de Souza, intitulado *A logística baiana e a FIOl: uma análise da dimensão organizacional-estratégica*, onde os autores discutem o projeto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOl) surgido no final do primeiro governo de Jaques Wagner (2006-2010). De acordo com a análise, o objetivo inicial da FIOl é integrar o Porto Sul com o Oeste do estado da Bahia para promover o escoamento de minério e grãos, com o foco nas regiões circunvizinhas de Caetitê e Barreiras.

Na seção Especial, tem-se o trabalho *Atividade econômica baiana cresce 3,4% no terceiro trimestre do ano, e estimativa da SEI para 2013 é de 2,7%*, de Carol Araújo Vieira, Denis Veloso da Silva e João Paulo Caetano Santos. Em uma abordagem didática, os autores discutem a expansão da economia baiana, ao tempo que apresentam a estimativa de crescimento para o ano de 2013.



Desempenho da economia baiana nos três primeiros trimestres de 2013 e perspectivas

Carla do Nascimento*

Elissandra Britto**

Rafael Cunha***

Rosângela Conceição****

A economia mundial no terceiro trimestre de 2013 foi marcada pelo melhor desempenho da zona do Euro, indicando que a região começou a sair da crise. Alemanha e França registraram um melhor nível de atividade, e a Espanha, após dois anos de consecutivos retrocessos, apresentou Produto Interno Bruto (PIB) positivo, sinalizando o fim da recessão. O PIB chinês voltou a ganhar força no trimestre e expandiu 7,8%, aliviando os temores de uma desaceleração da economia local. Porém, é importante ressaltar que, mesmo num trimestre de recuperação, o cenário global ainda é frágil. Nos EUA, os últimos resultados do desempenho da economia confirmaram que há um processo de recuperação em curso. Todavia, permanecem dúvidas sobre a solidez da retomada, ou, ainda, acerca da necessidade dos estímulos monetários e qual a magnitude destes.

A economia brasileira nos primeiros meses de 2013 apresentou-se relativamente fraca, mas já evidencia sinais de recuperação no ritmo de atividade. Segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais (2013) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB recuou no terceiro trimestre de 2013, com taxa de 0,5% (com ajuste sazonal) em relação ao trimestre anterior, ficando abaixo do Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil

(2013b), que contabilizou queda de 0,1%. Na comparação com o terceiro trimestre de 2012, o aumento verificado foi de 2,2%. No acumulado dos três trimestres encerrados em setembro, o PIB cresceu 2,4% em relação ao mesmo período anterior. No acumulado dos últimos 12 meses em relação ao mesmo período anterior, a taxa de crescimento avançou de 0,9% no terceiro trimestre de 2012 para 2,3% no terceiro trimestre de 2013.

Ainda segundo os dados das Contas Nacionais Trimestrais (2013), do lado da oferta, o resultado dos três trimestres de 2013 reflete o desempenho dos setores *Serviços* (2,1%), *Agropecuária* (8,1%) e *Indústria* (1,2%). À exceção da *Indústria extrativa mineral*, que recuou 3,5%, as demais atividades industriais registraram crescimento:

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Economia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre e graduada em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rafaelcunha@sei.ba.gov.br

**** Mestre em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs), especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

Construção civil (1,7%); *Serviços industriais de utilidade pública* (eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana) (2,8%) e *Indústria de transformação* (2,1%). A desaceleração no consumo das famílias, o cenário externo adverso e um ambiente desfavorável ao investimento influenciaram o baixo desempenho do setor industrial brasileiro no período.

Sob a ótica da demanda, nos três primeiros trimestres, o consumo das famílias cresceu 2,4%. O consumo do governo aumentou 1,8% em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou crescimento significativo, com taxa de 6,5%, ante o decréscimo de 3,9% no mesmo período de 2012.

Na Bahia, o PIB cresceu 3,2% no acumulado dos três trimestres até setembro de 2013. Este resultado ponderado, diferente do observado para o país, foi devido ao acréscimo de 4,9% na *Indústria* e de 1,9% em *Serviços*, e à queda de 3,9% na *Agropecuária* (ATIVIDADE..., 2013). Com resultado superior ao divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou acréscimo de 6,9% no acumulado dos três trimestres, em relação ao mesmo período do ano anterior. Para o Nordeste, o acréscimo do índice regional foi de 3,8% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013b).

A dinâmica do crescimento da economia baiana em 2013 foi sustentada pelo ritmo de crescimento da *Indústria de transformação*, ancorada, principalmente, na produção de derivados de petróleo e na ampliação do setor de metalurgia do cobre.

Tendo por base o breve panorama da conjuntura externa e nacional, o presente artigo analisa os principais resultados setoriais das economias brasileira e baiana no período de janeiro a setembro de 2013, na forma como são expostos nas seções que se seguem.

PRODUÇÃO DE GRÃOS FECHARÁ EM QUEDA PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO

Na Bahia, a safra de grãos de 2013 apresenta queda na produção de 4,8%, o que corresponde a 6,1

milhões de toneladas ante as 6,4 milhões de toneladas de 2012, segundo estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2013) do IBGE, apresentadas na Tabela 1. É a segunda queda consecutiva da safra que responde pela maior parte do valor agregado na produção agrícola do estado. Em 2012, a safra de grãos já havia caído 13%, com 6,5 milhões de toneladas em comparação às 7,5 milhões de toneladas em 2011. O bom resultado das safras de inverno de milho e feijão foi determinante para aliviar a queda de 2013.

Outro destaque positivo refere-se à produção de café, que apresentou crescimento de 11,2%, alcançando 159 mil toneladas, conforme dados do IBGE mostrados na Tabela 1, porém a boa safra deste ano não foi suficiente para trazer alívio ao produtor, devido à grande oferta no mercado que pressiona os preços. O início da colheita na Colômbia e na América Central, no mês de outubro, ajudou a comprimir ainda mais as cotações. Diante deste cenário estão sendo avaliadas pelo governo propostas para a próxima safra de café, com o intuito de amenizar a perda de rendimento dos produtores e o possível aumento do endividamento. O destaque negativo ocorreu na safra de verão, cujos dados de produção da primeira safra de soja e milho se mostraram declinantes, em razão da continuidade da seca e da incidência da praga da lagarta. A estimativa de produção de soja é de 2,7 milhões de toneladas, redução de 13,5% em relação à safra passada. A produção de milho primeira safra apresentou queda de 17,0%, e o algodão, com queda de 24,6%, fecha esse cenário negativo da primeira safra.

A mandioca mantém queda de 39,7% na produção. A cultura ainda sofre com os desdobramentos da seca desde 2012. A expectativa é uma recuperação em 2014, pela perspectiva de chuvas, finalizando o período de grave seca no estado.

O feijão terceira safra¹ é destaque por sua expressiva recuperação na produção. São 223 mil toneladas, o que corresponde a 228% de incremento. Esta recuperação

¹ A Bahia produz somente primeira e terceira safra de feijão.

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimentos dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (3)	2013 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.202	1.328	-39,7	387	201	-47,9	222	130	-41,4	9.920	10.213	2,9
Cana-de-açúcar	6.894	7.061	2,4	121	126	4,2	118	115	-2,5	58.471	61.413	5,0
Cacau	159	158	-1,0	540	532	-1,6	532	525	-1,4	300	301	0,4
Café	143	159	11,2	171	152	-10,8	160	142	-10,8	897	1.118	24,7
Grãos	6.490	6.178	-4,8	2.545	2.756	8,3	2.174	2.578	18,6	2.986	2.397	-19,7
Algodão	1.256	947	-24,6	433	301	-30,5	396	300	-24,3	3.171	3.160	-0,3
Feijão	107	274	157,1	319	471	47,3	207	394	90,4	516	696	35,0
Milho	1.883	2.146	14,0	592	680	14,9	404	586	45,2	4.661	3.659	-21,5
Soja	3.213	2.779	-13,5	1.113	1.215	9,2	1.113	1.215	9,2	2.888	2.288	-20,8
Sorgo	32	31	-3,6	88	89	0,7	54	83	52,7	591	373	-36,9
Total	-	-	-	3.764	3.767	0,1	3.205	3.490	8,9	-	-	-

Fonte: IBGE – LSPA, 2012/2013.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) IBGE/LSPA 2012.

(2) IBGE/LSPA previsão de safra 2013 (out. 2013).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

extraordinária tem fundamento em função da baixíssima base de comparação com 2012, ano em que quase não ocorreu plantio em maio devido à grave seca. Em 2013, apesar de o plantio ter sido feito mais tarde, no final de maio e até junho, o clima possibilitou bom rendimento (16,9%). O preço atrativo também colaborou para os produtores apostarem mais na cultura do feijão. Os dados da produção de milho também indicaram ótima recuperação na segunda safra, alcançando 697 mil toneladas (416,0%). A primeira safra, que é a principal, produzindo mais de mil toneladas, sofreu com o clima ruim no início do ano. Com isso, a produção total, que poderia ter sido maior, chegou a 2,1 milhões de toneladas (14,0%).

A safra de cana-de-açúcar apresentou bons resultados para o produtor baiano. Após uma previsão pessimista no início do ano, a cultura chegou a sete milhões de toneladas, um aumento de 2,4% na produção, em razão das boas chuvas no desenvolvimento da planta.

A produção de cacau recuou 1,0%, entretanto, esta cultura vem recuperando-se nos últimos anos, tanto na produção como no preço. Dados globais apontaram para uma pressão de demanda com a volta do aquecimento das economias americana e europeia, grandes consumidores finais e de produtos *in natura*

para moagem. No leste africano, os maiores produtores mundiais de cacau apresentaram recuo na produção em razão do clima adverso daqueles países, o que elevou os preços e ampliou a margem para os produtores brasileiros. Porém, ainda é necessário investimento forte na recuperação da cultura do cacau no Brasil. A produção baiana agora alcança pouco mais da metade das 300 mil toneladas atingidas em seu auge.

As estimativas para a safra de 2014, de acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)² apresentados na Tabela 2, referentes ao segundo levantamento da produção de grãos da safra 2013/2014, indicam uma grande recuperação após seguidos ciclos de seca no estado. A produção deve atingir 7,5 milhões de toneladas de grãos, o que corresponde a um crescimento de 26,5%.

Ajustes nas previsões de novembro em relação a outubro, quanto às primeiras safras de milho e feijão, fizeram a expectativa de expansão de grãos cair de 29,9% para 26,5%. Esses números são baseados no

2 Os dados da Conab seguem metodologia diversa da adotada pelo IBGE, uma vez que são considerados em relação ao ano safra, que vai de outubro de 2012 a setembro de 2013. O IBGE considera o ano civil.

Tabela 2
Estimativa de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimentos dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2012	2013 (1)	Var. (%)	2012	2013(1)	Var. (%)	2012	2013(1)	Var. (%)
Grãos	5.940	7.514	26,5	2.725	2.818	3,4	12.200	15.571	27,6
Algodão	871	1.249	43,4	271	320	18,0	3.210	3.900	21,5
Feijão total	189	239	26,5	456	473	3,8	832	1.019	22,5
Feijão 1ª safra	53	103	95,4	229	247	7,5	229	416	81,7
Feijão 3ª safra	137	137	0,0	227	227	0,0	603	603	0,0
Milho	2.156	2.205	2,3	628	646	2,8	5.687	6.287	10,6
Milho 1ª safra*	1.656	1.705	3,0	387	404	4,5	3.616	4.216	16,6
Milho 2ª safra	500	500	0,0	241	241	0,0	2.071	2.071	0,0
Soja	2.692	3.685	36,9	1.282	1.288	0,5	2.100	2.860	36,2
Sorgo	32	136	321,8	87	91	4,0	371	1.505	305,7
Total	-	-	-	2.725	2.818	3,4	-	-	-

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2013).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Conab; 2º levantamento da safra de grãos (nov. 2013).

levantamento das áreas reservadas ou em execução para o plantio, inserindo-se as médias de produção. Porém, como percebido nos acompanhamentos, trata-se de dados preliminares, que, na maioria das vezes, recebem ajustes.

O aumento da área destinada ao algodão traz uma perspectiva de recuperação da produção, que vem caindo há dois anos. O preço está sendo pressionado pela demanda, o que é um fator motivador para os produtores. A Bahia é um dos maiores produtores do Brasil e possui uma cadeia muito forte no Oeste do estado, desde grandes *traders* mundiais a fornecedores de insumos, como sacos de rafia.

A produção do feijão, primeira safra, segue com perspectiva otimista, com expectativas de recuperação do cenário de seca. É previsto um crescimento de 95,4% na produção, fortemente influenciado pelo melhor rendimento do plantio.

O preço internacional do milho está com viés de queda, devido aos bons resultados da safra americana e aos altos estoques advindos de uma ótima produção em 2013 no Brasil. Isso fez com que a cultura perdesse 0,7% de sua área para a soja, que está num melhor momento. Apesar disso, espera-se uma alta no rendimento de 16,6%, na expectativa de um bom clima na safra de verão, fazendo com que a produção desta primeira safra cresça em torno de 3,0%.

A maior procura da China pela soja brasileira é outro fator a se levar em consideração nas apostas para um novo recorde na produção brasileira de soja. Isso pode fazer com que o país assuma a liderança mundial na exportação da cultura. A previsão para a Bahia também é otimista e acompanha o bom momento do Brasil. Os dados da Conab apontam para uma expansão de 36,0% na produção, movida mais pelo possível ganho de rendimento do que de área. É necessário, para tanto, estar atento aos problemas causados pela lagarta *Helicoverpa armigera*, que podem trazer prejuízos e perdas na produção, adiando em mais um ano a recuperação da safra.

O bom resultado do sorgo advém não apenas da expansão da área plantada (4,0%), mas principalmente da expectativa de aumento do rendimento, devido à melhora do cenário de seca. Está prevista uma produção de 136 mil toneladas, alcançando incremento superior a 320%.

DINAMISMO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL E QUEDA NAS EXPORTAÇÕES

A produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) na Bahia, no acumulado de janeiro a setembro de 2013, apresentou acréscimo de 5,8% quando comparada com o mesmo período de 2012. No mesmo período, o país e o Nordeste apresentaram taxa de 1,6%, respectivamente, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2013) do IBGE. Considerando-se o terceiro trimestre de

2013, a produção industrial baiana cresceu 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado inferior ao obtido no segundo trimestre (9,6%).

A análise setorial evidencia que o desempenho da produção industrial baiana no acumulado de janeiro a setembro foi influenciado, principalmente, pelos resultados positivos apresentados pelos segmentos *Refino de petróleo e produção de álcool* (15,5%), *Metalurgia* (30,2%), *Veículos* (31,9%), *Celulose e papel* (4,4%), *Borracha e plástico* (9,2%) e *Produtos químicos* (0,2%). Em sentido contrário, destacaram-se *Alimentos e bebidas* (-6,4%) e *Minerais não metálicos* (-0,7%).

Entre os fatores que contribuíram para o avanço do crescimento industrial no estado – superior ao observado no país e na Região Nordeste – destacaram-se o aumento da produção de derivados de petróleo (Gráfico 1), ocorrido desde o último trimestre de 2012, e os ganhos de escala da indústria metalúrgica decorrentes dos avanços da nova tecnologia na eletrólise.

Quanto aos derivados de petróleo da refinaria baiana, observou-se, no período de janeiro a setembro, expansão de 14,7%, com aumento de 25,3% em *óleo combustível*; 14,9% em *óleo diesel*; 15,5% em *gasolina* e 2,2% em *nafta*. Esta performance reflete o aumento na demanda por derivados de petróleo, o que pode ser confirmado através da venda de combustíveis que,

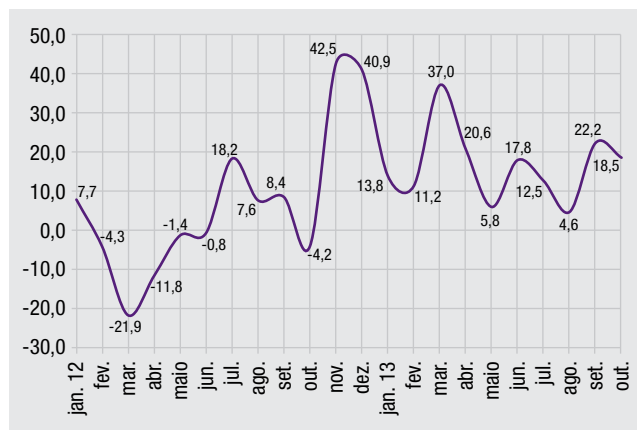


Gráfico 1
Produção física de refino de petróleo e produção de álcool
Bahia – jan. 2012/out. 2013

Fonte: IBGE-PIM/PF Regional.
Elaboração: SEI/CAC.

A balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 1,278 bilhão, no período de janeiro a outubro de 2013, ante o superávit de US\$ 3,011 bilhões no mesmo período do ano anterior

no estado, registrou acréscimo de 11,6% no mesmo período, segundo dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) (2013).

A produção de *Metalurgia básica*, que cresceu 50,8% no terceiro trimestre, respondeu, principalmente, ao aumento na fabricação de produtos de cobre e ouro. O setor do cobre iniciou julho com aumento nos níveis de produtividade a partir da modernização da eletrólise.

No *front* externo, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 1,278 bilhão, no período de janeiro a outubro de 2013, ante o superávit de US\$ 3,011 bilhões no mesmo período do ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2013). No país, foi observado um déficit de US\$ 1,827 bilhão no período de janeiro a outubro, resultado da queda de 0,9% nas exportações e do acréscimo de 9,3% nas importações.

As exportações baianas, no período de janeiro a outubro de 2013, alcançaram US\$ 8,532 bilhões, com decréscimo de 9,8% comparado ao mesmo período de 2012. O recuo das exportações proveio, especialmente, da queda nas vendas nos segmentos *Petróleo e derivados* (-29,4%), *Químicos e petroquímicos* (-11,1%), *Soja e derivados* (-11,0%), *Algodão e subprodutos* (-57,3%), *Metais preciosos* (-24,6%) e *Borracha* (-20,2%). Em sentido contrário, com taxas positivas, destacaram-se os segmentos *Automotivo* (105,1%), *Metalúrgicos* (59,4%) e *Papel e celulose* (2,4%).

Na comparação com 2012, a venda de produtos básicos na Bahia caiu 25,3%, no período de janeiro a outubro de 2013; os manufaturados reduziram-se em 10,2% e os semimanufaturados exibiram acréscimo de 8,7%. O grupo de produtos industrializados respondeu por 77,2% do total exportado pela Bahia no período.

Nos mercados de destino, destacaram-se as vendas para o Mercosul, com variação de 29,6%. As demais áreas apresentaram variação negativa: União Europeia com taxa de -8,9%, Ásia (-10,2%), Nafta (-11,3%), entre outros.

As importações registraram acréscimo de 12,6%, com valores de US\$ 7,254 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) recuou 0,7% no período considerado.

Em termos de participação, as compras de *Intermediários* representaram 42,9% da pauta total, e as de *Bens de capital*, 20,1%, demonstrando que a pauta baiana de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de *Bens de consumo* representaram 14,4%, e as de *Combustíveis e lubrificantes*, 22,6%. Em termos de variação, no período de janeiro a outubro, a categoria *Bens de intermediários* apresentou crescimento de 8,4%, *Combustíveis e lubrificantes* aumentou 17,7%, *Bens de capital* cresceu 39,1% e *Bens de Consumo* reduziu 7,7%, com *Bens de consumo duráveis* caindo 10,0% e *Bens de consumo não duráveis* aumentando 10,1%.

O cenário para a produção industrial do último trimestre do ano ainda é incerto. Enquanto setores como *Automotivo*, de *Construção* e *Papel e celulose* esperam um aumento da demanda, os mais dependentes de investimentos em infraestrutura não indicam retomada da produção. Soma-se a esse cenário a recente apreciação do Real, que traz desafios adicionais à indústria e sua competitividade.

VAREJO MANTÉM CRESCIMENTO NAS VENDAS

O comércio varejista nacional apresentou taxa de crescimento moderado nos nove primeiros meses do ano. Na análise trimestral, observa-se um crescimento de 5,5% nas vendas do setor no terceiro trimestre, em relação a

Na Bahia [...] a expansão dos negócios alcançou 3,6%, posicionando-se acima da variação do segundo trimestre do ano corrente (1,1%)

igual período do ano anterior. Na Bahia, considerando-se a mesma base de comparação, a expansão dos negócios alcançou 3,6%, posicionando-se acima da variação do segundo trimestre do ano corrente (1,1%).

As vendas do varejo baiano, ao longo dos nove meses do ano, apresentaram ritmos descontínuos de crescimento mensal. Entretanto, quando observada a variação apresentada para o acumulado do ano, infere-se que o setor vem demonstrando desde o último mês de junho, em igual base de comparação, suaves taxas de crescimentos, 0,6%, 0,8%, 1,4% e 1,6%, respectivamente (Gráfico 2).

O consumo das famílias no terceiro trimestre de 2013 é considerado relevante para justificar esse processo, refletindo a deflação, especialmente de alimentos, verificada nos últimos meses e a melhora da confiança dos consumidores. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas

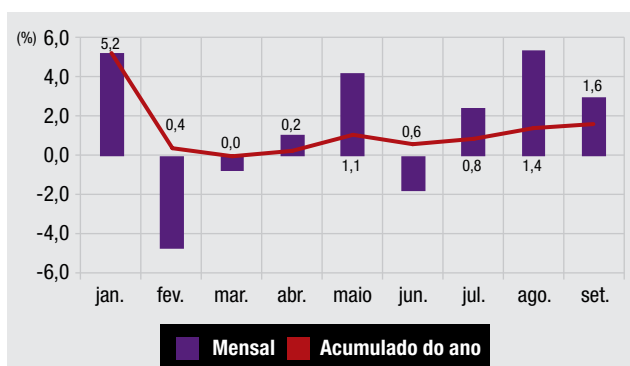


Gráfico 2
Volume de vendas do comércio varejista no acumulado do ano Jan. 2013/set. 2013

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2013).
Elaboração: SEI/CAC.

(FGV), o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 1,0% entre agosto e setembro de 2013, motivado pela melhora das avaliações dos consumidores em relação à economia no momento atual. Segundo a instituição, o avanço no Índice da Situação Atual foi de 3,5%, enquanto as expectativas em relação aos meses seguintes se mantiveram estáveis, variando em 0,4% (SONDAGEM DE EXPECTATIVAS DO CONSUMIDOR, 2013).

A avaliação favorável quanto ao comportamento da economia pode ser observada no desempenho registrado por alguns segmentos que compõem o indicador de volume de vendas do comércio varejista. Por atividade, verificou-se para o acumulado do ano que se destacaram os segmentos *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria* (14,9%) e *Móveis e eletrodomésticos* (8,8%), favorecidos pelas medidas de incentivo do governo ao consumo, através da manutenção de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzidas, bem como o programa federal *Minha Casa Melhor*, e as facilidades de aquisição de crédito (Tabela

3). Nesse período, a expansão apresentada por esta última variável, na Bahia, foi de 21,1%.

Por sua vez, o crescimento do setor no acumulado do ano foi influenciado negativamente pelo comportamento dos segmentos de *Combustíveis e lubrificantes* (-13,3%) e *Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação* (-10,1%). O primeiro apresentou, desde outubro de 2012, variações mensais negativas na comparação interanual, justificado, segundo o IBGE, pela elevação dos preços dos produtos comercializados no ramo e por uma queda na receita de algumas empresas do setor, proveniente do crescimento exacerbado dos postos de “bandeira branca” que, ao praticar ‘guerras de preços’, acabam prejudicando os postos autorizados, e ainda, de acordo com as informações do Sindicombustíveis, pelo aumento da carga tributária praticada sobre o Diesel.

Nesse aspecto, quando observada a variação registrada pelo Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE para o acumulado dos últimos 12 meses, observa-se que em Salvador houve, nos meses

Tabela 3
Variação do volume de vendas no comércio varejista, por atividade – Bahia – 2013

Atividade	Volume de vendas (1)				
	Mensal (2)			Ano (3)	Acumulado 12 meses (4)
	Jul.	Ago.	Set.		
Comércio Varejista	2,5	5,3	3,0	1,6	3,3
1 - Combustíveis e lubrificantes	-13,2	-8,8	-6,8	-13,3	-11,8
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,4	10,3	-0,5	1,0	2,9
2.1 - Hipermercados e supermercados	7,6	15,8	2,2	4,2	6,0
3 - Tecidos, vestuário e calçados	1,8	6,3	1,5	5,4	8,6
4 - Móveis e eletrodomésticos	15,7	10,3	15,6	8,8	8,3
4.1 - Móveis	13,4	10,4	14,8	3,9	4,7
4.2 - Eletrodomésticos	18,8	12,0	17,6	12,1	11,4
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	15,8	22,0	19,2	14,9	12,9
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-11,5	-12,6	-8,1	-10,1	-0,1
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	14,4	14,1	26,5	12,7	12,4
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,1	4,3	12,2	22,9	25,3
Comércio Varejista Ampliado (5)	2,0	-3,3	7,2	1,3	3,9
9 - Veículos, motos, partes e peças	-0,5	-19,3	14,5	-0,6	5,0
10 - Material de construção	8,5	3,6	20,2	6,7	6,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2013).

(1) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

(2) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(3) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(4) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(5) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

*A partir desse mês o IBGE passa a disponibilizar o segmento de móveis e eletrodomésticos desagregado.

de junho, julho e agosto, uma sistemática elevação dos preços dos combustíveis, registrando respectivamente taxas de 10,24%, 15,76% e 16,12% (IBGE, 2013).

Quanto ao varejo ampliado, a variação foi positiva em 1,3%, com destaque para o segmento de *Material de construção* (6,7%) que teve o seu desempenho favorecido pelos incentivos fiscais do governo, como a redução do IPI, enquanto a atividade de *Veículos, motos, partes e peças* registrou comportamento negativo (-0,6%).

Para os próximos meses, a expectativa é que haja uma melhora no desempenho do setor impulsionada por alguns segmentos, especialmente o de *Móveis e eletrodomésticos* em função de incentivos como o programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*, das condições favoráveis do crédito habitacional e do aumento de emprego e renda. Além do IPI em patamar inferior ao original, mantido a princípio em 2,5% até junho de 2014, outros aspectos a considerar é que, em meses de datas comemorativas como Dia das Crianças e Natal, os comerciantes começam a fazer fortes apelos comerciais na tentativa de atrair os consumidores às compras, considerando a antecipação do décimo terceiro para algumas categorias de trabalhadores.

No mesmo sentido, espera-se que o segmento de *Material de construção* tenha suas vendas impulsionadas no próximo ano em função da elevação da demanda pelos produtos comercializados pelo ramo, decorrente do impacto provocado pelas obras em andamento ou finalizadas para a Copa de 2014, bem como do programa *Minha Casa, Minha Vida*.

Quanto ao varejo ampliado, a variação foi positiva em 1,3%, com destaque para o segmento de Material de construção (6,7%) que teve o seu desempenho favorecido pelos incentivos fiscais do governo

Em contrapartida, o segmento de *Veículos, motos, partes e peças* deve registrar expansão mais moderada em 2013. As vendas ficarão comprometidas em função do crescimento já esperado do IPI, além do efeito base, considerando-se que, em 2013, a redução do IPI foi uma medida necessária para escoar o estoque acumulado no início do ano. Assim, espera-se que esse segmento apresente tímidos resultados nas vendas no começo de 2014.

MODERAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho nacional continua aquecido e, apesar das oscilações mês a mês, apresenta estabilidade na análise de longo prazo. A geração de vagas é menor, mas a taxa de desemprego continua baixa. Em outubro, a taxa de desemprego total, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), para o conjunto das regiões pesquisadas, recuou de 10,4% para 9,8%, entre outubro de 2012 e outubro de 2013. No período de janeiro a outubro de 2013, ela apresentou um valor médio de 10,6%, ficando 0,2 p.p. acima do verificado para o mesmo período de 2012.

Entre janeiro e outubro de 2013, conforme estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o estado gerou 49.748 ocupações com carteira assinada, respondendo por 3,4% das vagas líquidas abertas no território nacional, que totalizaram 1.464.457 postos de trabalho.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS), de acordo com a PED divulgada pela SEI, apresentou uma tendência de crescimento nos primeiros quatro meses do ano, comportamento que, nos anos imediatamente anteriores, ocorria apenas até fevereiro. Mas, a partir de maio, a taxa recuou atingindo 17,1% em outubro. O Gráfico 3 mostra a tendência da taxa de desemprego para os anos de 2012 e 2013. No período de janeiro a outubro de 2013, ela apresentou um valor médio de 18,6%, ficando 1,1 p.p. acima do verificado para o mesmo período de 2012.

A evolução do nível de ocupação apresentou perda de dinamismo durante o ano de 2013, atingindo taxa de 1,5% em outubro. Nesse mesmo período, em 2012, a

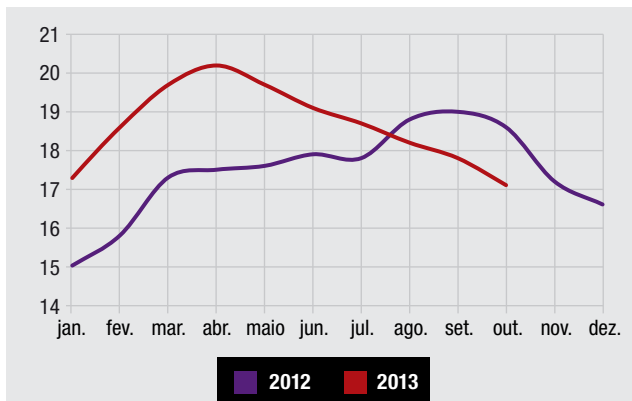


Gráfico 3
Taxa de desemprego na RMS – jan. 2012/out. 2013

Fonte: SEI-PED, 2012/2013.
Elaboração: SEI/CAC.

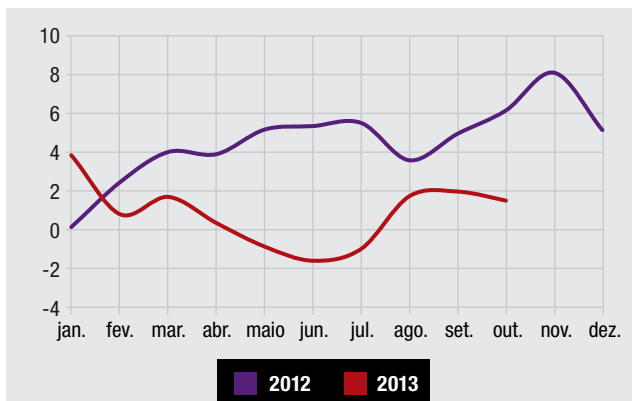


Gráfico 4
Nível de ocupação da RMS – jan. 2012/out. 2013

Fonte: PED, Dieese, 2012/2013.
Elaboração: SEI/CAC.
*Mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

taxa foi de 6,2%. O comportamento mensal da variação do nível de ocupação ao longo dos primeiros dez meses do ano mostra que, em alguns meses (maio a julho), a taxa ficou negativa (Gráfico 4).

Analisando-se a evolução da população por posição na ocupação, o destaque positivo fica por conta dos empregados com carteira assinada, que registraram um crescimento de 6,8% no mês de outubro em relação ao mesmo mês de 2012. Por sua vez, os empregados sem carteira assinada registraram um decréscimo de 6,8%. Já o contingente de autônomos marcou um crescimento de apenas 0,6%, enquanto os domésticos apresentaram acréscimo de 1,6%. Entre os setores analisados destacam-se *Construção* (8,0%), *Comércio*

e *reparação de veículos* (5,1%) e *Indústria de transformação* (3,0%), que obtiveram um bom desempenho no mês de outubro. O setor de *Serviços* apresentou variação negativa, (-0,9%) no mês.

No Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do MTE – o qual cobre todo o território do estado e lida apenas com os vínculos formais –, o setor da *Construção civil* apresentou o maior saldo (17.428 postos de trabalho), seguido por *Serviços* (13.248 postos) e *Comércio* (6.402 postos) no período de janeiro a outubro de 2013.

A perda de dinamismo na capacidade de geração de postos de trabalho desacelerou o crescimento dos rendimentos médios reais, principalmente nos primeiros meses do ano, no entanto, o rendimento real manteve-se em patamares superiores em comparação com o ano de 2012 (Gráfico 5). O rendimento médio real registrou um ganho de 2,6% em setembro em comparação com o mesmo mês do ano de 2012. A variação da média no acumulado de janeiro a setembro dos rendimentos médios reais, entre 2012 e 2013, foi de 2,1%.

A elevação dos rendimentos entre setembro de 2012 e 2013 foi registrada para os trabalhadores com e sem carteira assinada (1,7% e 9,5%, respectivamente). Os

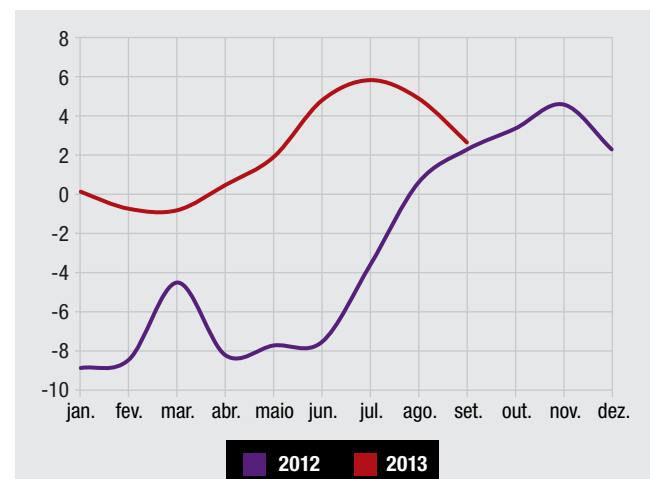


Gráfico 5
Rendimento real médio dos ocupados na RMS Jan. 2012/set. 2013

Fonte: PED, Dieese.
Elaboração: SEI/CAC.
*Mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

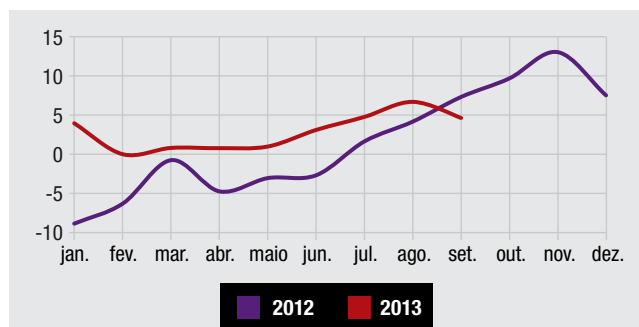


Gráfico 6
Massa de rendimentos reais dos ocupados* na RMS
Jan. 2012/set. 2013

Fonte: PED, Dieese.
Elaboração: SEI/CAC.

*Mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

trabalhadores do setor público e autônomos registraram aumento nos rendimentos de 4,6% e 6,8%, respectivamente. Os ocupados na *Indústria de transformação* perceberam os maiores incrementos nos rendimentos, com taxa de 18,5% no período.

A evolução da massa salarial em 2013 apresentou estabilidade nos primeiros meses de 2013. A partir de junho, a trajetória da curva é de elevação com leve recuo em setembro, conforme ilustrado no Gráfico 6. Esse comportamento reflete a tendência dos rendimentos ao longo do ano de 2013, assim como da evolução da população ocupada no mesmo período. A variação da média no acumulado de janeiro a setembro da massa salarial, entre 2012 e 2013, foi de 2,9%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores de atividade econômica, com dados disponíveis para o acumulado de 2013, reforçaram o movimento de recuperação gradual da taxa de crescimento da economia brasileira nos últimos quatro trimestres. Embora a taxa do PIB no terceiro trimestre, em comparação ao trimestre imediatamente anterior, tenha ficado negativa (-0,5%), a variação em 12 meses se acelerou – 1,0% no quarto trimestre de 2012, 1,3% no primeiro trimestre de 2013, 2,0% no segundo e 2,3% no terceiro. As expectativas de mercado, por sua vez, apontam para uma taxa esperada de 2,5% em 2013 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013a).

Além da recuperação da taxa de crescimento econômico para o ano, outros aspectos foram favoráveis para a economia, tais como o ajuste na política monetária do Banco Central, índices menores de inflação, manutenção das taxas de empregos e estabilização das taxas de câmbio do Real.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (2013), índice oficial para meta de inflação, recuou de uma taxa anualizada de 8,12% no mês de janeiro de 2013 para 5,49% em novembro do mesmo ano, mas a taxa acumulada em 12 meses permanece próxima do limite superior da meta (6,5%).

Entretanto, faz-se necessário enfrentar os gargalos na área de infraestrutura que afetam diretamente o setor industrial brasileiro, importante segmento econômico, gerador de emprego e renda.

Por sua vez, a atividade econômica no estado da Bahia manteve-se ascendente, motivada principalmente pelo bom desempenho da *Indústria de transformação*, vez que o *Comércio varejista* apresentou comportamento moderado e a *Agropecuária* experimentou perda na safra em 2013.

Assim, observam-se dinamismo na indústria baiana e retomada dos investimentos, principalmente públicos, em obras de mobilidade urbana, que estimularam o setor da *Construção civil*. Esse movimento repercutiu no aumento dos empregos formais do setor, ainda que num ritmo mais lento do que o esperado. Essa conjunção de fatores deve contribuir para a economia baiana continuar com tendência positiva. É importante ressaltar que haverá leve desaceleração no último trimestre do ano, atribuída às paradas programadas do setor *Químico e de Veículos da indústria*, fato que não inviabilizará o alcance da taxa de crescimento do PIB acima das expectativas, não obstante o risco de moderação do consumo privado.

As perspectivas de crescimento da economia baiana em 2013 foram ligeiramente revisadas, de 2,5% para 2,7%. Espera-se uma redução da *Agropecuária* e uma expansão um pouco maior da *Indústria*, devido ao melhor resultado da *Indústria de refino de petróleo*. Já o setor de *Serviços* deverá repetir o crescimento de 2012.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- ATIVIDADE econômica da Bahia apresenta expansão de 3,4% no terceiro trimestre *Informativo PIB Trimestral*, Salvador, v. 4, n. 3, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2013_3.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- BAHIA gera 49.748 empregos formais nos primeiros dez meses de 2013. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, out. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_out13.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus: relatório de mercado*. [Brasília]: BACEN, 6. dez. 2013a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. [Brasília]: Bacen, set. 2013b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, out. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_out_2013.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, out. 2013a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, out. 2013. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Segundo levantamento da safra brasileira de grãos 2013/2014*. Brasília: Conab, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2013.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 3º trimestre de 2013: visão geral*. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2013. 38 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201303caderno.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2013.
- MILANI, Rita de Cássia. Mercado doméstico deverá ser o responsável pelo crescimento das vendas de móveis em 2013. Bradesco. Destaque Setorial – Indústria de Móveis. 21 maio 2013. Disponível em: <<http://www.economiaemdia.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- _____. Vendas de veículos leves seguirão impulsionadas pelas condições de renda e crédito neste ano, limitadas pelo aumento escalonado do IPI. Bradesco – Destaque Setorial. Automóveis e comerciais leves. 5 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.economiaemdia.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *Taxa de desemprego diminui na RMS pelo quinto mês*. Salvador: SEI, out. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_set13.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- SONDAGEM DE EXPECTATIVAS DO CONSUMIDOR. *Índice de Confiança do Consumidor*. Rio de Janeiro: FGV, set. de 2013. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lu mChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- TRIGO, Priscila Pacheco. Indústria de materiais de construção deve acelerar ao longo deste ano, reagindo à retomada gradual dos lançamentos imobiliários. Bradesco. Destaque Setorial – Indústria de Móveis. 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.economiaemdia.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

Mathias Becker,
diretor-presidente da Renova Energia

Bahia detém 15% do potencial eólico brasileiro

A energia eólica vem ganhando espaço na matriz energética do estado. Em 2013, a Bahia foi a grande vencedora do segundo Leilão de Energia Nova (A-5), vendendo 41 dos 97 projetos contratados, com a expressiva marca de 1.000,8 Megawatts (MW), do total de 2.337,8 MW de energia. A marca de 1.000 MW foi superada pela primeira vez por um único estado em um certame e, entre as companhias vencedoras, está a Renova Energia, empresa que, em 2012, implantou no estado o maior complexo eólico da América Latina. O potencial dos ventos na Bahia, com destaque para o semiárido, é um dos assuntos desta entrevista com o engenheiro mecânico Carlos Mathias Aloysius Becker Neto, diretor-presidente da empresa. Mathias Becker fala sobre a expansão e os investimentos da Renova no estado, das vantagens econômicas e socioambientais da energia eólica e da formação de uma cadeia produtiva do setor.





O potencial brasileiro para a produção de energia eólica é de 143 GW e a Bahia tem uma posição de destaque, pois detém 15% de todo esse potencial

SEI – O uso da energia eólica não é recente no mundo. Quais as potencialidades dessa fonte de energia, em especial na Bahia?

Mathias Becker – Realmente, a energia eólica já é uma fonte renovável usada em larga escala em muitos países, como a Dinamarca, por exemplo, onde representa 25% da produção de energia elétrica. No Brasil, a indústria eólica ganhou impulso em 2009 com a realização do primeiro leilão específico para essa fonte, e vem crescendo em grande velocidade. Saímos de menos de 1 Gigawatt (GW) de capacidade instalada naquele ano para 5,6 GW no ano passado. A expectativa é a de fecharmos 2014 com um total de 7,4 GW de capacidade instalada. O potencial brasileiro para a produção de energia eólica é de 143 GW e a Bahia tem uma posição de destaque, pois detém 15% de todo esse potencial.

SEI – Uma das grandes vantagens da energia eólica é ser de baixo impacto ambiental. Quanto aos custos, ela é competitiva quando comparada às fontes tradicionais?

MB – O investimento em energias renováveis atende a uma demanda da sociedade atual e é um fator de sobrevivência do planeta, que precisa reduzir o consumo de combustível fóssil, seja por razões econômicas,

seja pela necessidade de proteger o meio ambiente. No Brasil, a energia eólica já é uma fonte viável economicamente e excelente opção para compor, juntamente com a água, a matriz energética do país, pois, quando o período de chuvas é intenso, o vento diminui; e, quando venta bastante, há uma diminuição no volume de chuvas. A fonte eólica ainda traz vantagens na implantação e na operação dos parques. A implantação de um parque eólico é considerada de baixo impacto ambiental e social por vários motivos, dentre os quais: não interfere em cursos d'água; a supressão de vegetação é mínima e pode ser compensada; é possível a convivência com outras atividades como agricultura e pecuária; o deslocamento de pessoas é muito pequeno. A Renova trabalha com arrendamento de terras para a colocação das torres e este modelo agrega um enorme valor econômico e social para as regiões onde atuamos, uma vez que gera renda extra para o proprietário que ainda permanece como legítimo dono de sua terra e pode continuar a desenvolver as suas atividades.

SEI – Qual o volume de investimentos previstos pela Renova Energia para a Bahia nos próximos anos?

MB – A Renova Energia tem apostado fortemente na Bahia e investiu em

No Brasil, a energia eólica já é uma fonte viável economicamente e excelente opção para compor, juntamente com a água, a matriz energética do país

Nossos parques estão todos no sudoeste da Bahia, na região que compreende os municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí

2012 R\$ 1,2 bilhão na construção do Complexo Eólico Alto Sertão I, inaugurado em julho de 2013 e que é considerado o maior empreendimento do gênero na América Latina. O Alto Sertão I tem capacidade instalada de 294 MW, energia suficiente para abastecer 1,5 milhão de habitantes. No final do ano passado, iniciamos a implantação do Complexo Eólico Alto Sertão II, com capacidade instalada de 386,10 MW, energia que pode abastecer uma cidade com cerca de 1,9 milhão de habitantes. Os investimentos são de R\$ 1,4 bilhão. Novos investimentos estão previstos para a Bahia, pois participamos de outros dois leilões no ano passado e alguns projetos serão implantados na mesma região onde temos hoje os dois complexos eólicos. Comercializamos 183,9 MW, que correspondem a 355,5 MW de capacidade instalada, no último leilão do ano, o Leilão de Energia Nova (A-5 2013). Anteriormente, a companhia havia comercializado, em agosto, 73,7 MW médios (159 MW de capacidade instalada) no Leilão de Energia de Reserva (LER 2013).

SEI – Em quais municípios da Bahia a Renova Energia vai atuar e quais os benefícios econômicos e sociais destes empreendimentos?

MB – Nossos parques estão todos no sudoeste da Bahia, na região

O estado caminha para a consolidação de uma cadeia produtiva completa para o setor

que compreende os municípios de Caetitê, Guanambi, Igaporã e Pindaí. Contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável da região onde atuamos está no DNA da nossa empresa. A implantação de nossos parques trouxe uma nova dinâmica para a economia da região, com a contratação de serviços, a geração de empregos e a criação de demanda por uma série de produtos. A construção de um parque eólico exige um volume considerável de trabalhadores, e nas obras da Renova mais de 70% dos contratados são originários dos municípios do entorno dos empreendimentos.

Além disto, a empresa criou o Programa Catavento, contrapartida em busca do desenvolvimento territorial sustentável das regiões onde atuamos e na qual estamos investindo R\$ 9,4 milhões. É uma iniciativa voluntária e da qual nos orgulhamos muito. O Catavento reúne os investimentos de nossa empresa em projetos socioambientais. Iniciamos a implantação dos projetos em 2012 e já temos resultados surpreendentes que nos mostram que estamos no caminho certo. O mais importante

para nós é que todos os projetos partem da vontade, das demandas das comunidades. No futuro são estas comunidades que vão gerir os projetos, isto é, vão caminhar por conta própria, mas a Renova será sempre uma grande parceira.

SEI – Existe a possibilidade de se criar uma cadeia de fornecedores locais para o parque eólico na Bahia?

MB – Sim. Isto já está acontecendo. Na Bahia já temos fabricantes de pás, aerogeradores e torres. A Renova atuou como um catalisador para atrair para o estado empresas de diversos portes. Um exemplo muito importante foi a formalização, no ano passado, de um contrato com a Alstom, líder global em geração e transmissão de energia, que deu início a uma das maiores parcerias no mercado mundial de aerogeradores *onshore*. O montante da operação é de mais de € 1 bilhão e envolve o fornecimento ao longo de, aproximadamente, quatro anos de cerca de 440 aerogeradores, que juntos possuem capacidade mínima instalada de 1,2 GW, além dos serviços de operação e manutenção. A parceria resultará na ampliação da fábrica da Alstom na Bahia. Este é outro ponto importante: o estado caminha para a consolidação de uma cadeia produtiva completa para o setor.

Os ventos da Bahia são únicos e o estado já é considerado uma referência na produção eólica nacional, tanto pelos projetos já instalados e em fase de construção como pela potencialidade

SEI – A oferta de energia eólica é um prerequisite para um crescimento sustentável. Desse ponto de vista, estamos no caminho certo?

MB – Sem dúvida, o Brasil está no rumo certo ao incentivar a produção eólica, uma fonte renovável que tem se tornado, a cada ano, mais viável economicamente e que contribui de forma significativa com a segurança do sistema elétrico brasileiro.

SEI – O senhor acredita que a Bahia, considerando-se suas condições climáticas, pode vir a ser referência na produção de energia eólica no Brasil?

MB – Sim, sem dúvida! Os ventos da Bahia são únicos e o estado já é considerado uma referência na produção eólica nacional, tanto pelos projetos já instalados e em fase de construção como pela potencialidade que, como já disse, é de cerca de 15% de todo o potencial brasileiro.





Dinâmica da indústria baiana de calçados e o comércio internacional

Luís Abel da Silva Filho*
Antonio Wisney Pedrosa Cavalcante**
Patrick Leite Santos***

O processo de reestruturação produtiva industrial brasileira foi marcado por uma série de fatores, dentre eles: a inovação tecnológica e a migração das unidades fabris, motivadas pelo incentivo fiscal e por mão de obra barata, além da necessidade de aproximação dos mercados consumidores potenciais. Esses fatores orientaram a realocização espacial das unidades produtivas nacionais, sobretudo aquelas intensivas em mão de obra, e permitiram a competitividade no mercado doméstico e internacional.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca), pesquisador do Observatório das Metrópoles, núcleo da UFRN. abeleconomia@hotmail.com

** Graduando em Economia pela Universidade Regional do Cariri (Urca). wisneyeconomia@hotmail.com

*** Graduando em Economia pela Universidade Regional do Cariri (Urca). patrickeconomia@hotmail.com

Foi durante a abertura econômica nacional, orientada pela mundialização da produção e de capitais, que se assistiu a modificações consideráveis nos sistemas produtivos anteriormente vigentes. As indústrias que funcionavam sob a orientação da proteção de mercado, via barreiras alfandegárias, passaram por um forte processo de organização da produção, com o fito de manter sua participação no mercado de produtos, diante da forte ameaça global (CARDOSO, 2007; SILVA FILHO; QUEIROZ, 2011).

Segmentos como o têxtil e o calçadista experimentaram uma grande concorrência internacional que afetou tanto o seu desempenho no mercado doméstico quanto sua competitividade no mercado externo (KON; COAN, 2004; SILVA FILHO; QUEIROZ, 2011). O setor calçadista foi ameaçado pela entronização das produções chinesa e italiana, sobretudo no mercado internacional (BIMBATTI, 2007; SILVA FILHO; PAIVA, 2008). Com isso, a reestruturação da indústria brasileira de calçados se fez necessária, tanto nas formas de produção quanto na localização das atividades produtivas (QUEIROZ; COSTA JUNIOR, 2008).

A aproximação dos mercados consumidores mundiais, sobretudo os Estados Unidos da América, principal país importador do produto brasileiro, fez-se necessária e urgente (SILVA FILHO; PAIVA, 2008; GODINHO FILHO; FERNANDES; LIMA, 2009). Acoplados a isso, os incentivos fiscais e a mão de obra barata corroboraram a migração de unidades produtivas nacionais do Sul e do Sudeste para o Nordeste. Desta feita, estados como Ceará, Paraíba, Sergipe e Bahia foram destinos de muitas indústrias do segmento calçadista nos anos 1990 e perduraram como tais nos anos 2000 (LAGES, 2003; ALVES et al., 2004).

No caso da Bahia, essa atividade econômica ganhou impulso no final dos anos 1990. As políticas de atração de indústrias via incentivos fiscais, do governo do estado, objetivavam, principalmente, a geração de postos de trabalho em áreas do interior (GALEANO; MERELLES; WANDERLEY, 2011; SILVA; FREITAS FILHO; SILVA, 2011). Com isso, indústrias intensivas em mão de obra, a exemplo da calçadista, foram significativamente favorecidas com sua implementação em território baiano. Se,

por um lado, o estado beneficiava-se com a geração de postos de trabalho, por outro, as atividades produtivas logravam vantagens com a aproximação dos mercados internacionais compradores em grande escala, bem como pela redução de custos de produção respaldada na mão de obra barata e a diminuição da carga tributária. Havia ainda a vantagem de tais indústrias não lidarem com pressões sindicais tão fortes e desenvolvidas quanto as dos principais centros de produção do país (SILVA FILHO; PAIVA, 2008).

Com isso, o estado da Bahia foi beneficiado sobremaneira na geração de postos formais de trabalho, já que, no ano de 1998, o estado respondia por apenas 5,0% dos empregos formais do setor em relação ao Nordeste, e elevou para 30,3% em 2011, principalmente pela atração de grandes indústrias do setor calçadista (RAIS/MTE). Além disso, elevou-se a participação do estado nas exportações do produto, haja vista que, em 1998, a Bahia respondia por menos de 1,0% das exportações e, em 2012, passou à cifra de aproximadamente 8,0% do total exportado pelo país (Secex/MDIC).

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica internacional da indústria calçadista baiana no período de 1998 a 2012. Para tanto, serão

O estado da Bahia foi beneficiado [...] na geração de postos formais de trabalho [...] no ano de 1998, o estado respondia por apenas 5,0% dos empregos formais do setor em relação ao Nordeste, e elevou para 30,3% em 2011, principalmente pela atração de grandes indústrias do setor calçadista

utilizados dados do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (Alice-Web), da Secretaria do Comércio Exterior (Secex) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Propõe-se aqui avaliar a dinâmica da indústria calçadista e a integração internacional da indústria calçadista baiana.

A seção que se segue apresenta as descrições metodológicas e a organização estrutural deste artigo.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia aplicada ao estudo encontra suporte nos dados da Secex e no banco de dados do MDIC para observar a inserção do calçado baiano no comércio internacional.

No primeiro caso, recorreu-se ao sistema de tabulação simplificada de dados e utilizou-se apenas cálculos simples de taxa de crescimento e percentual. Já para a inserção do estado da Bahia no comércio internacional, fez-se necessário o uso de um instrumental matemático proposto por Balassa (1965) denominado de Vantagens Relativas nas Exportações; e, posteriormente, foi introduzida a Competitividade Revelada, de Vollrath (1989).

Na construção do indicador de vantagem relativa nas exportações recorreu-se a informações acerca das exportações, do produto e do país, da região ou do estado. Diante disso, utilizou-se como fórmula para cálculo a expressão que se segue:

$$IVRE_{ki} = \ln \left[\frac{\left(\frac{X_{ki}}{X_{kr}} \right)}{\left(\frac{X_{mi}}{X_{mr}} \right)} \right] \quad (1)$$

O resultado algébrico da expressão matemática exposta revela se há vantagem relativa nas exportações de calçados pelo estado da Bahia. Com isso, tem-se que:

X = exportações;

k = produto;

i = país, região ou estado (Bahia);

m = ao agregado de todos os produtos (-) k produto (calçados);

r = ao conjunto de todos os países, regiões ou estados (-) o país, a região ou o estado i .

O índice orienta que: se $IVRE = 0$, as exportações do produto k no total das X do país ou região i corresponde ao mesmo observado nos demais países ou regiões, o que atribui à neutralidade do país, da região ou do estado. Assim, ele nem apresenta vantagem nem desvantagem na X de k . Porém, se $IVRE > 0$, o país, a região ou o estado i registra vantagem na X de k . Contudo, se $IVRE < 0$, tem-se o caso contrário (BALASSA, 1965).

No que se refere à competitividade revelada, faz-se necessário o uso de todas as informações (exportações e importações) do país ou da região. Com isso, utilizam-se as informações referentes tanto às exportações quanto às importações para a construção do índice. Destarte, tem-se que:

$$ICR_{ki} = \ln \left[\frac{\left(\frac{X_{ki}}{X_{kr}} \right) / \left(\frac{M_{ki}}{M_{kr}} \right)}{\left(\frac{X_{mi}}{X_{mr}} \right) / \left(\frac{M_{mi}}{M_{mr}} \right)} \right] \quad (2)$$

M = importações;

k = produto;

i = país ou região;

m = agregado de todos os produtos (-) k produto;

r = conjunto de todos os países ou regiões (-) o país ou a região i .

Com resultados, confere-se: se $ICR = 0$, registra-se neutralidade do país, da região ou do estado i na X de k ; com $ICR > 0$, o país, a região ou o estado i apresenta vantagem relativa no comércio do produto k ; e, se $ICR < 0$, tem-se desvantagem (VOLLRATH, 1989).

A BAHIA NO CONTEXTO INTERNACIONAL: CÂMBIO, COMÉRCIO INTERNACIONAL E EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS

A taxa de câmbio deve ser analisada como uma das variáveis explicativas do desempenho econômico dos países no comércio externo. Durante as últimas duas décadas, a economia brasileira, em seu caráter macroeconômico, foi abalada por turbulências que incitaram inúmeras mudanças nas políticas vigentes até então (FREIRE JÚNIOR; PAIVA; TROMPIERI NETO, 2010). A partir da abertura do mercado, o câmbio passou a exercer influências significativas na dinâmica comercial do Brasil. Durante a década de 1990, diversos modelos de câmbio foram testados. A partir de 1999, o câmbio flutuante foi adotado e permaneceu porque, de acordo com Freire Júnior, Paiva e Trompieri Neto (2010), esse modelo garantiu uma melhor flexibilização da política econômica nacional.

De 1990 a 1994, o câmbio brasileiro funcionava em regime de *crawling-peg*, que são basicamente desvalorizações nominais diárias. Porém, não funcionava de forma ideal, pois, apesar de atrair capital externo, o país sofria com inflações internas provocadas pelas altas taxas de juros (MEYER; PAULA, 2007). A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, o governo adotou as bandas cambiais, em que se determinam os limites para a oscilação da taxa; esse formato perdurou até início de 1999 (MEYER; PAULA,

2007). Esse período ficou marcado pelas constantes crises externas.

Em 1995, o país foi atingido pela crise mexicana e viu-se obrigado a ajustar sua política cambial; optou-se por uma intervenção diária, a fim de se ter um controle mais rígido da oscilação (MEYER; PAULA, 2007). Em 1998, o estouro da crise russa acarretou o fim das políticas cambiais vigentes e, a partir de então, foi inserido o câmbio flutuante. Inicialmente, registrou-se alta volatilidade do câmbio, normalizando-se posteriormente. Atualmente, o câmbio caracteriza-se por ser flutuante, porém, em períodos de alta movimentação, sofre interferências governamentais com intuito de se manter o controle cambial (MEYER; PAULA, 2007).

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, houve uma tendência de elevação constante da taxa média anual de câmbio no Brasil a partir de 1998. A escalada desta taxa foi crescente até o ano de 2003, quando se registra o ápice da série. A partir daí, a redução da taxa de câmbio anual foi constante. Até 2008, a média desta taxa seguiu uma tendência de baixa constante, porém, a partir desse ano, com a crise econômica internacional e a entronização da política de recuperação econômica norte-americana, com a injeção constante de dólares na economia, registrou-se leve elevação em 2009. Porém, a taxa média anual voltou a reduzir-se em 2010 e 2011, tendo ligeira recuperação em 2012.

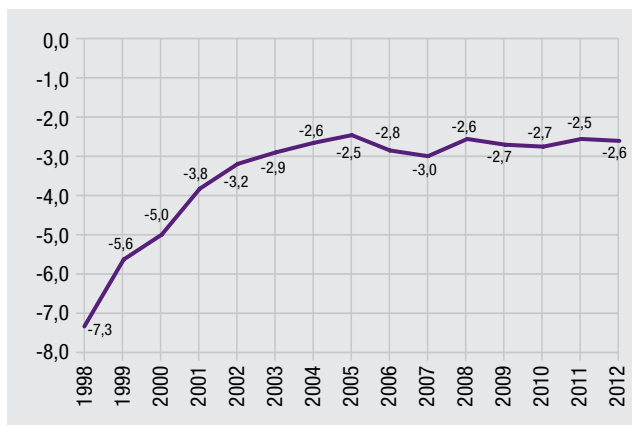


Gráfico 1
Taxa de câmbio comercial para venda: Real (R\$) / Dólar americano (US\$) – média anual – 1997-2012

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013).

Durante as últimas duas décadas, a economia brasileira, em seu caráter macroeconômico, foi abalada por turbulências que incitaram inúmeras mudanças nas políticas vigentes

A presença da Bahia no comércio internacional brasileiro torna-se evidente a partir da observação dos dados do Gráfico 2. Tanto em termos de exportações quanto de importações, o estado aumenta a sua participação relativa neste comércio. No ano de 1998, a Bahia respondia por apenas 3,6% das exportações totais do Brasil, e, em relação às importações, sua participação era ainda menor nesse mesmo período, 2,6%. Há relativa influência do câmbio nas exportações brasileiras. A concorrência via preço é predominante no comércio de *commodities* e de produtos manufaturados, haja vista a forte concorrência internacional desses produtos e daqueles de baixa intensidade tecnológica.

Nesse sentido, observa-se que acordos firmados por período determinado, além da abertura de novos mercados, também tendem a reduzir o impacto da depreciação do câmbio nas exportações de um país. Nesse caso, outras variáveis influenciam na quantidade exportada/importada, além da apreciação cambial.

No caso da Bahia destaca-se que, em apenas três dos anos selecionados, a participação relativa das importações foi superior à das exportações. Nos anos 2000, 2001 e 2004, o estado registrou maior participação relativa nas importações na comparação com as exportações. Além disso, foi no ano de 2005 que se registrou sua maior participação nas exportações brasileiras, quando 5,1% do total delas foram oriundas da Bahia. Cabe ainda acrescentar que, em relação às importações, a maior participação foi registrada em 2006, 4,9%.

A partir de 2008, distanciaram-se as taxas de participação baiana no comércio internacional no que se referiu às exportações e importações. A partir desse ano, a participação nas exportações foi superior a 4,0%, até o último ano observado; já a participação nas importações totais foi inferior a esse índice em todos os anos verificados. No último ano, a Bahia respondia por 4,6% das exportações brasileira, sendo essa participação ainda relativamente baixa. Em relação às importações, a porcentagem foi de 3,5%.

Cabe ressaltar, contudo, que o estado da Bahia tem a maior participação relativa no comércio internacional

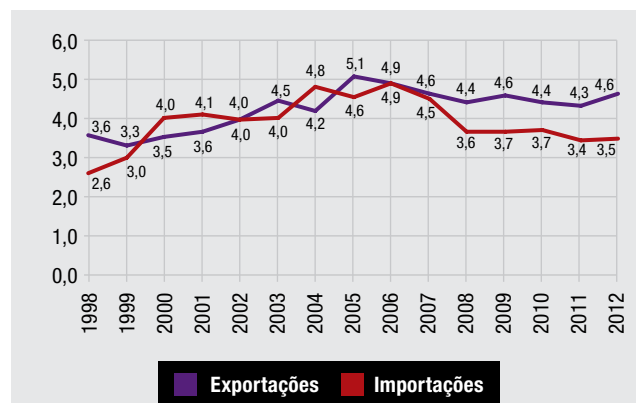


Gráfico 2
Participação relativa da Bahia nas exportações e importações totais brasileiras – 1998-2012

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC – Brasil (2013).

brasileiro, quando comparado aos demais estados do Nordeste. A dinâmica econômica desta unidade da Federação se sobressai em relação às demais, o que a coloca em um contexto de maiores relações comerciais, já que segmentos de grande relevância internacional são produzidos em seu território. Isso, portanto, a torna mais relacionada internacionalmente.

As taxas de crescimento das exportações e importações baianas podem ser visualizadas no Gráfico 3. O desempenho em 2012 em relação a 1998, tanto das exportações quanto das importações, apresentou taxas negativas maiores para as importações. Além disso, a recuperação nas taxas de crescimento ocorreu a partir do ano 2000. No entanto, as importações tiveram taxa negativa em 2002, tendo-se registrado em 2004 sua maior taxa de crescimento, 55,3%.

Já as exportações apresentaram taxas positivas em quase todos os anos da década de 2000, sendo que, em 2005, se verificou a maior taxa de crescimento, coincidente com a recuperação das exportações brasileiras para o mercado internacional, conforme observado por Cintra (2005). No ano de 2005, as exportações baianas cresceram 47,3% em relação ao ano anterior.

Em 2009, como reflexo da crise econômica mundial de 2008, ocorreram taxas de crescimento negativas tanto para importações quanto para exportações na Bahia,

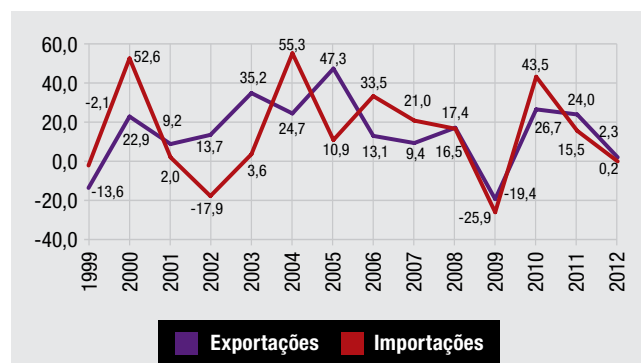


Gráfico 3
Taxa de crescimento das exportações e importações da Bahia (1998=100) 1999-2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC – Brasil (2013).

sendo mais significativas nesse ponto para as importações. No ano de 2012, registraram-se as menores taxas de crescimento das exportações baianas desde o ano 2000 (à exceção de 2009). Em 2012, o crescimento foi de apenas 2,3% em relação ao ano anterior. As importações também apresentaram crescimento ínfimo no mesmo período (0,2%).

Em relação à participação do setor calçadista baiano no comércio internacional, os dados do Gráfico 4 mostram o bom desempenho da Bahia nas exportações em todos os anos analisados. Além disso, a baixa participação relativa nas importações foi constatada em quase todos os anos observados. Do ano de 1998 ao ano de 2005, a participação baiana nas exportações brasileiras de calçados foi significativamente crescente; saiu de 0,07%, em 1998, e alcançou 8,13% em 2005. Em relação às importações, o desempenho observado no mesmo ano foi apenas inferior ao registrado em 2007. Porém, muito baixo em todo o período.

Quanto às exportações, houve queda da participação nos anos de 2006 e 2007 e recuperação a partir de 2008. A Bahia saiu de uma participação relativa nas exportações brasileiras de calçados de menos de 1,0% e atingiu 7,21%, em 2012. As mudanças estruturais dessa atividade econômica no cenário nacional, dadas pelo processo de reestruturação produtiva, foram responsáveis pela entronização de grandes fábricas no setor, melhorando-se o desempenho do estado tanto no que se refere à capacidade ocupadora

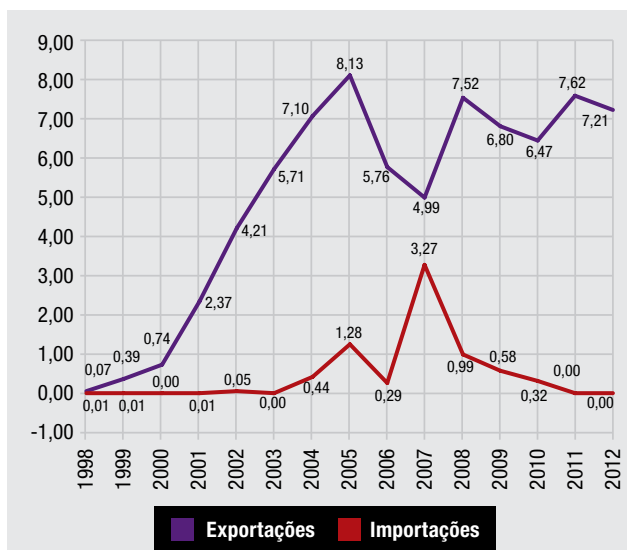


Gráfico 4
Participação relativa da Bahia nas exportações e importações totais brasileiras de calçados – 1998-2012

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC – Brasil (2013).

de mão de obra quanto no comércio internacional desse produto.

Esse desempenho no setor resulta em grande parte da aproximação das indústrias dos principais mercados consumidores internacionais. Em consequência, a Bahia, a Paraíba e o Ceará ganharam posição de destaque nas exportações brasileiras de calçados a partir dos anos 2000. É o que se confirma analisando-se os dados do Gráfico 4.

O Gráfico 5 apresenta um comparativo entre a variação das exportações de calçados da Bahia e a taxa de variação do câmbio, ambas anualmente, entre os anos de 1998 e 2012. Pelo gráfico é possível observar que não há uma relação direta entre as variáveis; a variação cambial não apresentou relação positiva com a quantidade de calçados exportados pela Bahia. Supõe-se que a baixa participação do estado no comércio internacional de calçados, além da exportação de produtos de baixo valor agregado e de contratos firmados com compradores externos, faça com que a taxa de câmbio não perturbe em curto prazo o fluxo de comércio.

Observa-se que a variação cambial e a variação das exportações de calçados não têm relação inversamente

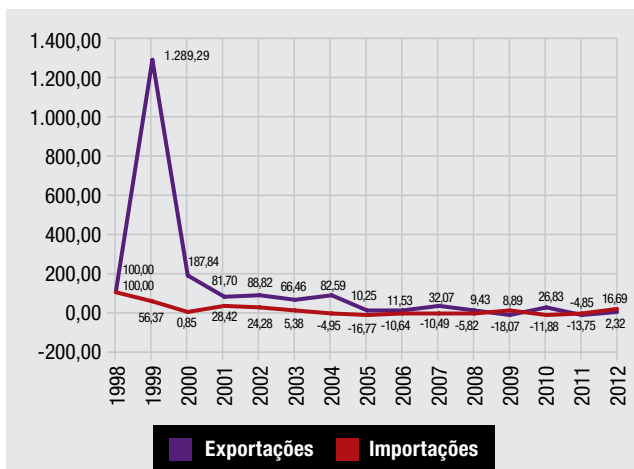


Gráfico 5
Comparativo da variação das exportações baianas de calçados e do câmbio – 1998-2012 (1998=100%)

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC – Brasil (2013) e do Ipeadata (2013).

proporcional na maioria dos anos. Ou seja, a taxa de crescimento das exportações de calçados pode estar mais ligada ao crescimento do comércio mundial do que às oscilações da taxa de câmbio para o produto específico.

Comparando-se as duas variáveis expostas, observa-se que os movimentos durante alguns anos são sincronizados, conforme a teoria econômica. Quando se eleva a variação cambial positivamente, as exportações respondem de forma crescente; quando se reduz a taxa de variação do câmbio, reduz-se também a taxa de variação das exportações. Porém, outras variáveis provocam o não cumprimento da teoria na maioria dos anos.

Calculando-se a elasticidade da quantidade exportada, em valor monetário, em relação à taxa de câmbio, consegue-se quantificar a sensibilidade das exportações de calçado produzido na Bahia a alterações do câmbio (MEYER; PAULA, 2007). Conforme pode ser observado, não há sensibilidade relativamente significativa da taxa de câmbio em relação à quantidade exportada. O fato de a produção calçadista baiana, mesmo com crescente participação ao longo dos anos, ainda ser pouco representativa nas exportações de calçados brasileiras, bem como o produto ser de baixo valor agregado, na maioria sintéticos, não há uma influência significativa do câmbio nas exportações do produto ora estudado.

Tabela 1
Elasticidade das exportações de calçados da Bahia em relação à taxa de câmbio – 1998-2012 (em US\$)

Ano	Quantidade exportada	Taxa de câmbio	Elasticidade
1998	121.914,00	1,1605	22,87
1999	1.693.741,00	1,8147	220,15
2000	4.875.193,00	1,8302	2,87
2001	8.858.328,00	2,3504	3,66
2002	16.726.026,00	2,9212	12,35
2003	27.841.897,00	3,0783	-16,68
2004	50.835.248,00	2,9259	-0,61
2005	56.043.811,00	2,4352	-1,08
2006	62.504.777,00	2,1761	-3,06
2007	82.548.437,00	1,9479	-1,62
2008	90.334.170,00	1,8346	-2,03
2009	74.009.180,00	1,9976	-2,26
2010	93.863.347,00	1,7603	2,84
2011	80.960.675,00	1,6750	0,14
2012	82.841.303,00	1,9546	1,00

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC – Brasil (2013) e do Ipeadata (2013).

Observa-se que a elasticidade do período não é constantemente positiva ou negativa, o que significa que outras variáveis possuem influência sobre a relação exportação/taxa de câmbio, alterando seu funcionamento básico. Essa inversão, ou perturbação do funcionamento normal, pode ser provocada por fatores econômicos, tais como existência de contratos, abertura de novos mercados e renda do resto do mundo.

COMPETITIVIDADE CALÇADISTA BAIANA: CONJUNTURA E ANÁLISE

Em relação ao indicador de vantagens relativas nas exportações de calçados da Bahia, os dados do Gráfico 6 mostram que não se verificaram vantagens em nenhum dos anos selecionados. Assistiu-se a uma redução no nível de desvantagem nas exportações do produto. Esses resultados podem ser justificados

pelo fato de o setor calçadista representar, em todos os anos analisados, menos de 1,0% das exportações. Nesse contexto, tem-se que, mesmo se elevando a participação nas exportações de calçados brasileiros, ainda existe, no comércio internacional do produto, um baixo desempenho visível no confronto das exportações totais.

Em todos os anos, o indicador foi menor que zero, o que acarretou desvantagem nas exportações de calçados. Mas o nível da desvantagem se reduziu ao longo dos anos, antevendo um maior incremento das exportações de calçados. Além do mais, o setor, embora com desempenho na ocupação industrial e na geração de emprego, segue a dinâmica da produção brasileira de calçados, e sua participação se dá em maior escala no sentido de atender ao mercado interno, explicando-se assim a desvantagem nas exportações.

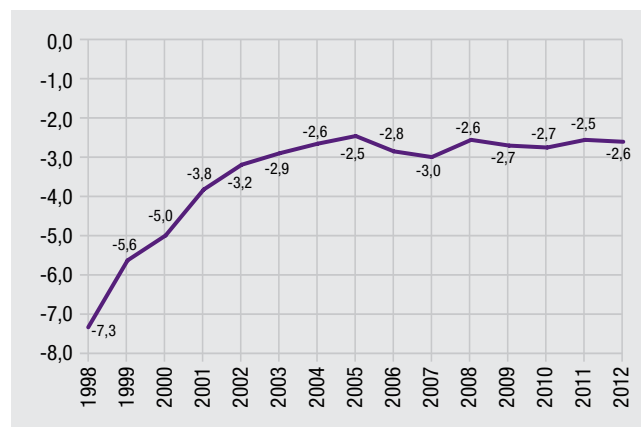


Gráfico 6
Índice de vantagem relativa na exportação de calçados do estado da Bahia – 1998-2012

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC – Brasil (2013).

Como se pode ver no Gráfico 6, o índice saiu de -7,3 no ano de 1998 e atingiu -2,6 no ano de 2012. Sua trajetória aponta para a maior dinamização da produção calçadista baiana no comércio internacional, não sendo, porém, registrada vantagem relativa nas exportações. Desse modo, a proposta de inserção calçadista no estado da Bahia também trouxe forte impacto no atendimento da demanda local e de estados vizinhos.

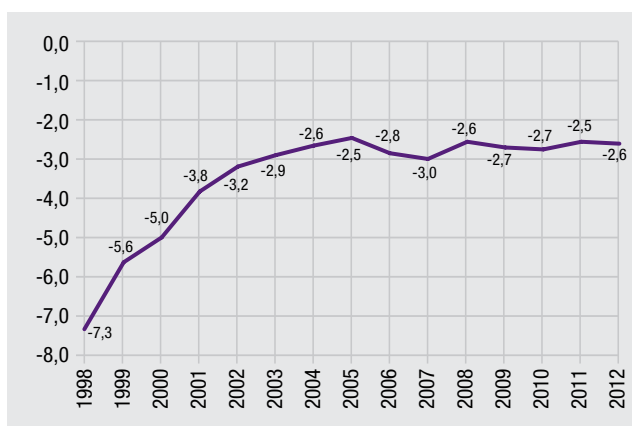


Gráfico 7
Índice de competitividade revelada da Bahia nas exportações de calçados – 1998-2012

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC – Brasil (2013).

Em relação à competitividade revelada, os dados do Gráfico 7 indicam situação de desvantagem na maioria dos anos da série. Em 2000, 2003 e 2011, o fato de o estado não importar nenhuma unidade implicou a neutralidade do índice. Além disso, o indicador sinaliza uma situação de vantagem apenas nos anos de 2001, 2002, e 2012. Nos demais anos, só houve desvantagens.

Destaque-se ainda o seguinte: a competitividade revelada leva em consideração tanto as exportações quanto as importações, e, dessa forma, as relações comerciais corroboram a construção do índice. A grande parcela de produção destinada ao mercado interno influi nos resultados do indicador, sem contar que a demanda interna por produtos importados também reduz o tamanho do índice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo analisar a dinâmica da indústria calçadista na Bahia, dando ênfase à capacidade de ocupação de mão de obra e à inserção da atividade produtiva no comércio internacional. Tal proposta justificou a utilização de bases de dados distintas para atingir os resultados.

Conforme pode ser observado, a indústria calçadista baiana elevou sobremaneira sua capacidade de

ocupação de mão de obra em comparação com todo o Nordeste. Além disso, constatou-se ainda que a capacidade de ocupação de mão de obra por unidade produtiva foi acentuadamente elevada, sendo a maior no contexto observado. O setor ganhou dimensão no estado, sobretudo a partir dos anos 2000.

No que se refere à inserção da Bahia no comércio internacional, os principais achados revelam elevada participação ao longo dos anos, tanto nas importações quanto nas exportações. Isso se deveu à dinâmica acentuadamente elevada em relação aos estados do Nordeste e à circunstância de sua localização geográfica como entreposto comercial da região.

Em relação ao comércio de calçados, a Bahia elevou sobremaneira sua participação relativa nas exportações deste produto em comparação com o resto do Brasil. De uma participação inferior a 1% no ano de 1998, chega a mais de 7% em 2012. Tais resultados ratificam a maior inserção da Bahia nas exportações brasileiras de calçados. Além disso, não se observa influência acentuada das oscilações cambiais no comércio internacional de calçados.

Porém, no que se refere às vantagens relativas nas exportações de calçados, o índice revela que o estado saiu de uma situação de desvantagem elevada para uma situação de desvantagem menos relevante, porém, sem qualquer superioridade na comercialização do produto. Isso pode ser justificado pelo fato de as exportações de calçados terem representado, em todos os anos analisados, menos de 1% de sua pauta de exportação. Assim é que, mesmo se observando um melhor desempenho nas exportações nacionais, esse produto ainda não é expressivo na pauta de comercialização.

Além do mais, a competitividade revelada apresentou oscilação entre vantagem, desvantagem e situação de neutralidade ao longo da série, não sendo possível inferir nenhuma situação constante em relação ao índice. Isso, antes de tudo, revelou as oscilações no comércio internacional baiano tanto nas exportações quanto nas importações.

Estudos posteriores poderão aprofundar a temática aqui proposta, observando-se o comportamento do setor calçadista baiano no que tange à sua inserção na produção de calçados para atender à demanda interna e à de estados vizinhos. Isso justificará o crescimento acentuadamente elevado de sua participação na geração de empregos formais e na sua capacidade relativamente elevada de empregar força de trabalho por cada unidade produtiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. A.; BRAGA FILHO, H. Reestruturação produtiva na indústria calçadista francana: expressões da precarização do ambiente fabril. SIMPÓSIO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 11., 2004, Bauru. *Anais...* Bauru, SP: Unesp, 2005.
- ALVES, S. J.; SOUSA, V. R. T.; MOUTINHO, G. M. L.; CAVALCANTI FILHO, B. M. F. P. Arranjos produtivos e inovativos locais de calçados: um estudo comparativo dos APILs de Franca/SP e Campina Grande/PB. SIMPÓSIO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 11., 2004, Bauru. *Anais...* Bauru, SP: Unesp, 2004.
- BALASSA, B. Trade liberalization and revealed comparative advantage. *The Manchester School of Economic and Social Studies*, [S. l.], n. 33, May 1965.
- BALTAR, P. E. de A. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.
- BIMBATTI, M. L. Como enfrenta o fenômeno China na produção de calçados: proposta de estratégia competitiva para a indústria calçadista brasileira. 2007. 190 f. Tese (Doutorado)–Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *ALICE-Web- Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior*. Brasília, DF: MDIC, 2013. Disponível em: <<http://alicesweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. *RAIS- Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília, DF: MTE, 2013.

CARDOSO, E. A inflação no Brasil. In: MOURA, A. R. (Org.). *PAEG e REAL: dois planos que mudaram a economia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CÍCERO, E. C. *A indústria de calçados de Birigui: origem, reestruturação produtiva e formação de uma economia de aglomeração*. 2011. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Botucatu, SP, 2011.

CINTRA, M. A. M. Suave fracasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 73, nov. 2005.

DEDECCA, C. S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: e Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

DINIZ, C. C.; BASQUES, M. F. D. *A industrialização nordestina recente e suas perspectivas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

FRANCISCHINI, N. S. A.; AZEVEDO, F. P. Impactos do novo ambiente competitivo em empresas do setor calçadista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23., 2003, Ouro Preto, MG. *Anais... Ouro Preto*, MG: UFOP; Abepro, 2003a. 1 CD-ROM.

FRANCISCHINI, N. S. A.; AZEVEDO, F. P. Estratégias das empresas do setor calçadista diante do novo ambiente competitivo: análise de três casos. *Gestão & Produção*, São Carlos, SP, v. 10, n. 3, p. 251-265, 2003b.

FREIRE JÚNIOR, J.; PAIVA, W. L.; TROMPIERI NETO, N. Taxa de câmbio, renda mundial e exportações de calçados: um estudo para economia cearense. Ceará: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2010.

GALEANO, E. V.; MERELLES, A. E. F.; WANDERLEY, L. A. Produtividade industrial do trabalho no estado da Bahia e nas regiões do Brasil entre 1996-2007. *Revista Desenharia*, Salvador, v. 8, n. 15, set. 2011.

GODINHO FILHO, M.; FERNANDES, F. C. F.; LIMA, A. D. Pesquisa em Gestão da Produção na indústria de calçados: revisão, classificação e análise. *Gestão da Produção*, São Carlos, SP, v. 16, n. 2, p. 163-186, abr./jun. 2009.

GUIDOLIN, S. M.; COSTA, A. C. R.; ROCHA, E. R. P. Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade. *BNDES Setorial*, [S.l.], n. 31, p. 147-184, mar. 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Calçados/201003_04.html>. Acesso em: 30 dez. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA. *Dados econômicos e financeiros do Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2013.

KON, A.; COAN, D. C. Transformações da indústria têxtil brasileira: a transição para a modernização. *Revista Economia Mackenzie*, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 11-34, 2004.

LAGES, G. M. A. *A relocação espacial da indústria de calçados de couro brasileira na década de 90: aspectos teóricos e empíricos*. 2003. 162 f. Tese (Doutorado)–Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MELO, M. O. B. C. et al. Inovações tecnológicas na cadeia produtiva têxtil: análise e estudo de caso em indústria no Nordeste do Brasil. *Produção Online*, v. 7, n. 2, ago. 2007.

MEYER, T. R.; PAULA, L. F. *Taxa de câmbio, exportações e balança comercial no Brasil: uma análise do período 1999-2006*. 2007. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NAVARRO, Vera Lucia. *A produção de calçados de couro em Franca (SP): a reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho*. 1998. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Araraquara, SP, 1998.

PAIVA JÚNIOR, J. F.; W. L.; TROMPIERI NETO, N. Taxa de câmbio, renda mundial e exportações de calçados: um estudo para economia cearense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE. 7., 2012, Fortaleza. *Anais... Fortaleza*: [s.n.], 2012.

QUEIROZ, S. N. de; COSTA JUNIOR, M. P. N. da. Diferenças e semelhanças entre os empregados na indústria formal de calçados no Ceará e no Rio Grande do Sul 1994/2004. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. *Anais... Caxambu*, MG: ABEP, 2008.

REMY, M. A. P. A.; QUEIROZ, S. N.; SILVA FILHO, L. A.

Evolução recente do emprego formal no Brasil – 2000-2008. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2010.

SILVA FILHO, L. A.; PAIVA, M. J. G. de. Considerações sobre as exportações de calçados do Ceará (de 2001 a 2007). In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12., 2008, São José dos Campos, SP. *Anais...* São José dos Campos, SP: Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. Industrialização e emprego formal: notas para o Nordeste, Bahia e Ceará – 1998/2008. *Informe Gepec*, Toledo, PR, v. 15, n. especial, p. 254-278, 2011.

SILVA, L. D. C.; FREITAS FILHO, P. R. S.; SILVA, M. V. B. A dinâmica do emprego industrial na Bahia: uma análise para o setor de couros e calçados no período 2000-2009. *Revista Desenbahia*, Salvador, v. 8, n. 15, set. 2011.

SILVESTRIN, L. E.; TRINCHES, D. A análise do setor calçadista brasileiro e os reflexos das importações chinesas no período de 1994 a 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 145-170, jul. 2008.

VOLLRATH, T. L. Competitiveness and protection in world agriculture. *Agriculture Information Bulletin*, [S.l.], n. 567, USDA, July, 1989.



A logística baiana e a FIOLE: uma análise da dimensão organizacional-estratégica

José Gileá de Souza*

Henrique Campos de Oliveira**

Gustavo Henrique Dutra Mettig***

Alessandro Leboreiro de Souza****

O projeto de conectar a Costa Atlântica baiana ao Oeste do país por estrada de ferro não é recente. Em 1911, Antônio Berílio de Oliveira já tinha a pretensão de construir uma estrada que ligaria Ilhéus a Vitória da Conquista. Posteriormente, na década de 1950, surgiu a ideia da construção de uma ferrovia para dar à nova capital brasileira, Brasília, acesso ao Oceano Atlântico por meio de um porto construído na Baía de Camamu, passando, assim, pelo Oeste baiano e pelo Centro-Oeste brasileiro (OLIVEIRA, 2011).

Este último empreendimento teve continuidade sustentada pelo professor e deputado federal Vasco Neto, entre a década de 1970 e o seu falecimento em 2010 (OLIVEIRA, 2011; GOULARTI FILHO, 2007). Vasco Neto ampliou o projeto inicial, antes voltado para a integração nacional, idealizando a construção de uma ferrovia bioceânica. Com esse objetivo, a ligação da Costa Atlântica baiana iria além da região Centro-Oeste brasileira, ultrapassaria a Cordilheira dos Andes, até chegar à almejada Costa do Pacífico, na cidade de Bayóvar, no Peru. Consolidar-se-ia, dessa forma, uma importante conexão do estado e do país com a Ásia e a Costa Oeste dos Estados Unidos da América, além da América do Sul.

Frente a essas duas pretensões de inserção da Região Litoral Sul da Bahia à integração física via ferrovia, a ideia de Berílio de Oliveira ficou limitada a uma estrada

de ferro até Itabuna. Responsável pelo transporte do cacau e pela circulação da população na região, essa estrada foi completamente abandonada no Governo dos Militares, na década de 1970 (OLIVEIRA, 2011; GOULARTI FILHO, 2007). Já o projeto de Vasco Neto manteve-se com algumas alterações, para se adequar às inovações tecnológicas, e ainda chegou a ser parte integrante do Programa Estadual de Logística e Transporte da Bahia (PELT) em 2002 (ALBAN, 2002).

Recentemente, no final do primeiro governo de Jaques Wagner (2006-2010), surgiu o projeto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) ou Estrada de Ferro (EF) 334, algo híbrido entre os dois projetos antecessores destinados à integração física da costa baiana com o Oeste pelo modal ferroviário. Nesse projeto de realização federal, com o governo estadual como empreendedor político, a ferrovia origina-se de um porto localizado em Ilhéus, denominado Porto Sul, como no projeto de Berílio de Oliveira. Todavia, segue sob o traçado influenciado pelo

* Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); Coordenador do Curso de Logística e professor na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). josegilea@hotmail.com

** Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduado em Negócios Internacionais pela Universidade Salvador (Unifacs). Professor na Unifacs. henrique.oliveira@pro.unifacs.br

*** Especialista em Gestão e Desenvolvimento de Seres Humanos pela Fundação Visconde de Cairu (FVC), graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Ruy Barbosa (FRB). gmettig@hotmail.com

**** Especialista em Logística e Distribuição e graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Professor na Universidade Salvador (Unifacs). alessandroleboreiro@yahoo.com.br



Figura 1
Mapa do trajeto da FIOI

Fonte: Valec Engenharia Construção e Ferrovias (2013).

desenho de Vasco Neto às margens do Rio de Contas. O objetivo inicial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOI) é integrar o Porto Sul com o Oeste do estado da Bahia para promover o escoamento de minério e grãos, com o foco nas regiões circunvizinhas de Caetité e Barreiras. Posteriormente, pretende entroncá-la com a Ferrovia Norte-Sul (FNS) no estado de Tocantins, como se pode observar na Figura 1.

Com isso, o governo pretende resolver duas questões cruciais para o desenvolvimento regional do estado: a desintegração física estadual das principais regiões produtivas, dependentes do modal rodoviário, e a concentração econômica na Região Metropolitana e Salvador (RMS).

Sem embargo, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), haveria um hiato na Ferrovia de Integração Oeste-Leste ou Estrada de Ferro 334, conforme pode ser observado na Figura 2.

O trecho de ligação da região de Barreiras com a região de Caetité não seria prioridade. As obras estariam concentradas inicialmente entre Caetité e o Porto Sul; em seguida, Barreiras à Ferrovia Norte-Sul. Esses trechos,



Mapa ferroviário prioritário



Figura 2
Mapa dos investimentos ferroviários prioritários

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010, p. 48).

como se pode observar na Tabela 1, serão os principais responsáveis pela movimentação de cargas da ferrovia.

Essa configuração da disposição limitada da FIOI no território baiano implicaria a promoção seletiva de externalidades positivas para o desempenho do escoamento

Tabela 1
Carregamento do trecho Figueirópolis – Ilhéus

Trechos	Sentido	Toneladas úteis anuais (106 TU)				
		2013	2018	2025	2035	2045
Figueirópolis/ Taipas do Tocantins	Exp.	0,46	0,99	1,80	2,09	2,30
	Imp.	0,05	0,05	0,06	0,07	0,08
	Total	0,51	1,04	1,86	2,16	2,38
Taipas do Tocantins/ Luis Eduardo Magalhães	Exp.	3,96	7,13	12,79	14,84	16,39
	Imp.	0,06	0,06	0,08	0,09	0,11
	Total	4,02	7,19	12,87	14,93	16,50
Luis Eduardo Magalhães/ Caetité	Exp.	3,95	7,12	12,79	14,84	16,39
	Imp.	0,06	0,07	0,08	0,10	0,11
	Total	4,01	7,19	12,87	14,94	16,50
Caetité/Tanhaçu	Exp.	13,95	27,12	32,79	35,86	39,61
	Imp.	0,06	0,07	0,08	0,10	0,11
	Total	14,01	27,19	32,87	35,96	39,72
Tanhaçu/Ilhéus	Exp.	38,89	51,99	57,50	61,81	68,27
	Imp.	-	-	-	-	-
	Total	38,89	51,99	57,50	61,81	68,27

Fonte: Valec Engenharia Construção e Ferrovias – Brasil (2009a).

logístico voltado somente para as atividades primário-exportadoras, ao limitar o acesso à ferrovia às indústrias de minério e de grãos. Dessa forma, abriria a possibilidade de intensificar ainda mais a fuga de cargas do Oeste por outros estados, aprofundando a desintegração regional no estado baiano.

Portanto, ao mesmo tempo em que esse projeto, em termos conceituais, apresenta externalidades positivas para o território baiano, pode também ampliar assimetrias e reproduzir o modelo de infraestrutura de transporte voltado para atividades produtivas exógenas. Esse cenário pode ir ao sentido oposto à integração: ampliando a fuga de cargas da Região Oeste.

A partir desse paradoxo, surge a seguinte questão norteadora deste trabalho: quais as principais limitações e desafios que influenciam a dimensão estratégica da FIOL?

A maior participação no comércio internacional de países asiáticos e do Leste Europeu, principalmente Rússia, Índia e China, influencia o aumento dos preços de *commodities* e a intensificação da produtividade dos bens manufaturados, ao mesmo tempo em que promove maior acirramento na competitividade. Os governos dão suporte às empresas que, para obter maior êxito e ampliar o seu espaço diante do mercado internacional, reduzem custos em setores, como o da logística do transporte (DRUVOT; MAGALHÃES, 2003).

Assim, as políticas públicas de infraestrutura de transporte são desenvolvidas por estados que dependem justamente de relações comerciais e políticas e da autossuficiência infraestrutural para o melhor desempenho da atividade econômica. Essa condição intensifica as posições assimétricas de negociação entre governos regionais e empresas transnacionais (FURTADO, 2000). A competição entre os atores internacionais, como empresas transnacionais e governos, diante do comércio internacional, no âmbito do transporte marítimo, passa a ser travada em basicamente duas dimensões: tecnológica e geopolítica.

Os governos dão suporte às empresas que, para obter maior êxito e ampliar o seu espaço diante do mercado internacional, reduzem custos em setores, como o da logística do transporte

A partir dessa dinâmica competitiva apoiada na interação entre o transporte e a logística, Braga (2008, p. 72) cunhou o conceito de logística territorial, em que, por meio de três competências – organizacional (planejamento, estratégias, orçamento), institucional (agências, burocracia) e infraestrutural (instalações físicas) –, é possível conferir ao departamento geográfico vantagens competitivas, ou seja, externalidades positivas factíveis às firmas ali instaladas para atuar no ambiente de grande concorrência atual do comércio internacional. Essas competências podem estar dispostas de forma concentrada e acessível seletivamente àqueles com mais recursos. Esse desfecho implicaria a redução da possibilidade de se promover o desenvolvimento econômico, ou melhor, a distribuição menos concentrada dos ganhos resultantes do acúmulo de capital no território. Este artigo propõe-se à análise organizacional-estratégica da Logística Territorial no estado da Bahia com o recorte na FIOl.

A DIMENSÃO ORGANIZACIONAL-ESTRATÉGICA: IDEOLOGIA, INTERESSES GEOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS

Conforme exposto anteriormente, a competência organizacional, dentro do conceito amplo da logística territorial, corresponde ao conhecimento e às estratégias no delineamento do planejamento do transporte e demais instalações físicas necessárias para o desempenho da logística empresarial. A decisão sobre como melhor distribuir os investimentos no tempo, no espaço e nos modais de transporte, bem como a dotação da melhor tecnologia disponível, é a principal atividade oriunda dessa competência.

De acordo com Oliveira (2009), com base na escola funcionalista-desenvolvimentista, podem-se destacar alguns desafios ao planejamento dos transportes, logo, à competência organizacional:

1. A infraestrutura de transporte é capaz de conferir vantagens competitivas em prol do desenvolvimento regional; ao mesmo tempo, o seu acesso tende a ser restrito e concentrado.
2. As infraestruturas de transporte possuem retornos qualitativos difíceis de serem mensurados e apresentam considerável grau de incerteza, ao mesmo

tempo em que são provenientes de investimentos com grande volume de capital fixo.

3. O valor agregado dos produtos em determinada região é proporcional à qualidade da infraestrutura de transporte disponível. O que passa a constituir um ciclo vicioso.
4. As infraestruturas, em particular as de transporte, possuem uma inelasticidade para atender à demanda de cargas de uma região em função do tempo de construção. É essencialmente uma política de longo prazo.

Ainda com base em Oliveira (2009), podem-se destacar algumas medidas, dentro da competência organizacional, como alternativas efetivas para os desafios expostos acima, diante da relação entre desenvolvimento regional e logística territorial:

1. A reforma tributária é mais aconselhada do que o endividamento externo para a construção das infraestruturas de transporte.
2. O planejamento do sistema de transporte objetivando o desenvolvimento econômico consiste na hierarquização das principais demandas sociais da região e na comparação entre as alternativas dispostas.
3. A partir desse ponto é importante buscar uma relação harmônica entre o custo de operação e de manutenção dos dispositivos logísticos instalados no território.
4. A matriz de transporte equilibrada é essencial para promover um desenvolvimento regional ao permitir a intermodalidade e evitar a superutilização de determinado modal. Com isso se evitam custos elevados com a manutenção e a operacionalização.

Autores como Yago (1984) e Lefebvre (1970), no entanto, procuram destacar o caráter político e retiram a visão meramente técnica no planejamento dos transportes, sendo este subsumido em uma posição de classe. Portanto, a dimensão organizacional, correspondente ao conhecimento e à estratégia, não é desvinculada dos interesses políticos, sejam eles de classe ou entre facções políticas e/ou plutocráticas. A partir dessa relação, composta de uma linha tênue entre a técnica e a política, desdobram-se os orçamentos e o delineamento de planos federais, estaduais e municipais sobre a integração física do território. Logo, é importante identificar

os interesses de ordem geopolítica, econômica e ideológica que podem influenciar, especificamente, a FIOI¹.

Os interesses econômicos atrelados à exportação do minério de Caetité, reflexo da valorização significativa dessa *commodity* no comércio internacional, resultaram na viabilidade da mina que possui baixo teor de ferro por metro cúbico extraído. Esses interesses convergiram com o plano político de consolidação do PT na Bahia, via governo Wagner (PT), após quase 30 anos de governos carlistas² (OLIVEIRA, 2011).

Além desses interesses políticos e econômicos, há um ponto geopolítico sensível ao estado da Bahia: a possibilidade da segmentação deste, com a criação do estado de São Francisco, assim como a intenção de sua descentralização econômica, bandeira levantada pela Secretaria do Planejamento do Estado. Soma-se a essas duas condições geopolíticas significativas a necessidade de gerar uma solução mais apropriada para o escoamento dos grãos, ponto levantado pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia ao longo dos anos 1990 e 2000 em conformidade à ascensão da produção de grãos no Oeste baiano. Portanto, a partir desses interesses econômicos e objetivos geopolíticos estratégicos, fechou um projeto para a construção da FIOI, a qual pretende interligar à Ferrovia Norte Sul e, assim, inserir a Bahia no cenário logístico nacional e, quiçá, internacional (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) – documentos elaborados como condição necessária para a

Os interesses econômicos atrelados à exportação do minério de Caetité [...] resultaram na viabilidade da mina que possui baixo teor de ferro por metro cúbico extraído

obtenção do licenciamento ambiental da obra no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) –, é possível apontar as seguintes vantagens almejadas com a FIOI: 1) redução nos custos do transporte da base produtiva da região de influência direta; 2) desoneração do modal rodoviário; 3) redução de acidentes e sinistros das cargas como consequência da segunda vantagem; 4) integração física estadual e nacional; 5) maior atração de investimentos; 6) dinamização das atividades agrícolas.

O principal interesse econômico indutor para a obra, a exportação do minério, é uma orientação similar ao governo militar, quando as ferrovias eram pensadas quase exclusivamente para a transferência de minério. O planejamento dava prioridade aos recursos para os corredores de exportação, ficando a dimensão local limitada a essa infraestrutura disponível para os grandes centros industriais, o que acabava por gerar concentrações econômicas espaciais no território. Regiões metropolitanas litorâneas, principais polos de escoamento da produção no corredor de exportação, ficaram guarnecidas de dispositivos logísticos, tais como portos, ferrovias e aeroportos, enquanto o interior do país se integrava prioritariamente pelo rodoviário³. Sem contar

1 Embora, como já foi destacado, o projeto da FIOI seja originário de ideias datadas há mais de 50 anos, a sua reincorporação à agenda do governo federal veio no encaixe da construção do Porto Sul, em Ilhéus, no primeiro governo Wagner (PT), destinado a escoar, inicialmente, o minério de ferro da região de Caetité. Abortada a ideia da construção de um mineroduto, por conta de pressões ambientais e por questões de viabilidade econômica, decidiu-se, a partir de 2008, incorporar a ferrovia ao plano do Porto Sul, incluindo a FIOI no PAC, durante o governo Lula (OLIVEIRA, 2011). Com o governo Dilma e a consequente manutenção do PT no governo federal e a reeleição de Jaques Wagner (PT) para governador da Bahia, nada mais natural do que a manutenção da obra no planejamento federal dentro do PNL.

2 Antonio Carlos Magalhães teve seu primeiro mandato como governador entre 1971 e 1975, no seu segundo mandato (1979-1983), período da transição política do regime autoritário para a democracia política, o “carlismo” consolida-se como força política baiano-nacional, porém sofre uma derrota eleitoral em 1986 e retorna ao comando do estado em 1991, pelo voto direto, mantendo a hegemonia política e o controle estadual até 2006 (DANTAS NETO, 2003).

3 Durante o governo militar, houve uma maior concentração de recursos na construção de rodovias. Além de obter um custo de implantação mais baixo, promoveu o consumo de automóveis, consequentemente, incentivou a indústria automobilística. Bem como, segundo a aposta dos governos militares, dessa forma, focando no modal rodoviário, era mais factível conseguir o objetivo de integração física nacional em um menor tempo com um menor custo, daí a opção em se concentrar no Rodoviário no período de 1960 a 1980.

a pouca preocupação com políticas sociais e urbanas correspondentes às obras. o, ficando a integração de corredores de exportação, da grade inserido no EIA/RIMA do empreendimento abre precedentes para uma i

Embora ainda não se tenha distanciado tanto do paradigma presente no governo militar, de planejamento do transporte ferroviário como um modal exclusivo para exportação de minério, o projeto da FIOl, segundo as informações do EIA/RIMA apresentados ao Ibama (BRASIL, 2009a, 2009b) em audiência pública, guarda algumas características distintas dessa lógica predominante nos governos militares em relação ao planejamento do modal ferroviário no Brasil. Os programas e planos do governo federal referentes à construção da ferrovia são sinais da intenção da mudança de curso no planejamento. Convergentes com esse intuito, podem-se apontar as seguintes ações: 1) o programa de Fortalecimento da Agricultura Família (Pronaf), com financiamentos; 2) projetos de irrigação na Bahia, precisamente nas regiões de Curral Novo e Fazenda Velha; 3) programas específicos de aprimoramento e ampliação da agricultura, como o Programa São Francisco e o Programa Mata Verde; 4) a construção de estaleiros em Ilhéus; 5) o incentivo à produção de biodiesel. O resultado seria um planejamento do modal ferroviário mais orgânico em relação à região diretamente afetada.

Certamente, a concretização desses programas e planos pode ser questionada, mas, ao estarem inseridos no EIA/RIMA do empreendimento abre precedentes para uma intervenção de órgãos de controle institucional, dentre diversas possibilidades, por meio de representação funcional e ações coletivas asseguradas pela Constituição. Sem contar que, além de atrelar a obra a essas ações do governo, a Licença de Operação, emitida pelo Ibama, fica condicionada às ações de mitigação e compensação também apontadas nos documentos exigidos pelo órgão ambiental⁴.

4 Esse processo institucional é relativamente recente no país, resultante de resoluções aprovadas no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em consequência da Constituição de 1988. No anuário de infraestrutura da revista Exame há exemplos de obras que obtiveram licença prévia e de instalação, mas não obtiveram a licença de operação por conta das contrapartidas, mitigações e compensatórias não serem cumpridas (REVISTA ANUÁRIO EXAME, 2012).

Não somente interesses e objetivos positivos em direção à consolidação do projeto habitam a dimensão organizacional-estratégica. São apontados interesses de ordem geopolítica, econômica e ideológica que contrariam a construção da FIOl

Por ora, cabe destacar que não somente interesses e objetivos positivos em direção à consolidação do projeto habitam a dimensão organizacional-estratégica. São apontados interesses de ordem geopolítica, econômica e ideológica que contrariam a construção da FIOl. Pode-se começar pela pressão ambientalista contra a construção do Porto Sul que reverbera na FIOl, pois a ferrovia está condicionada à existência do porto que sofre significativa oposição de grupos ambientalistas. Portanto, surge a questão: como poderia se construir uma ferrovia sem a certeza de um porto?

A contestação ao porto em Ilhéus pode ter sido arrefecida quanto a sua amplitude, principalmente na dimensão local, no entanto o grupo de contestação é bem organizado, com atuação intensa e articulado com grupos de interesses nacionais e internacionais. Sem contar a ação junto aos órgãos de controle institucional tais como o Ibama e o Ministério Público Federal (OLIVEIRA, 2011). Ademais, não se pode desprezar a contestação de movimentos rurais em prol da reforma agrária. De acordo com Almeida, Souza e Santana (2011), a ferrovia irá desalojar e segregar assentamentos ao ser construída sobre esses territórios sem passagem de nível, dentre outras ações. Esse argumento diverge das intenções e objetivos apontados pelo EIA/RIMA em relação ao desenvolvimento da atividade agrícola familiar.

Correspondentes aos interesses econômicos, podem-se apontar interesses ligados ao ecoturismo de alto padrão

na região de Ilhéus, com atuações conjuntas com grupos de contestação de ideologia preservacionista. Especula-se, também, sobre o interesse da Vale na mina de Caetité. Pouco se pode evidenciar sobre o envolvimento direto da ex-estatal no apoio à contestação ao empreendimento da Bahia Mineração. Todavia, corriqueiramente, a Vale veicula na mídia as intenções em investir na Ferrovia Centro Atlântica (FCA) – a única disponível no estado da Bahia sob monopólio de uso da mineradora desde a década de 1990 no processo de privatização da empresa – que passa pela cidade de Brumado, próxima a Caetité. Portanto, a FCA, com os devidos investimentos, seria a rota alternativa à FIOIOL e um dos principais pontos de argumentação dos grupos de contestação para fundamentar a falta de necessidade de construção de um novo porto na cidade de Ilhéus (OLIVEIRA, 2011).

Por fim, a respeito dos interesses geopolíticos negativos, destaca-se a corrida nacional dos estados pelo escoamento da carga gerada com o *agribusiness* no Centro-Oeste do país. Nesse sentido, há uma corrida entre as unidades federativas em busca da garantia de recursos e cargas para os seus empreendimentos infraestruturais.

Todavia, ao retomar a premissa da FIOIOL tal como está exposta no estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), observa-se que tanto os interesses a favor quanto os contra têm condições de chegar a um denominador comum com essa formação fragmentada e

limitada da ferrovia, em que uma parte integraria somente Caetité ao porto em Ilhéus e a outra, de Barreiras a Figueirópolis (TO), onde entroncaria com a Norte-Sul. Com essa disposição, os interesses ligados ao agro-negócio seriam atendidos, assim como os interesses vinculados à exploração do minério de Caetité, o qual teria sua via de escoamento disponibilizada com a construção em direção a Ilhéus. Essa formação segregada pouco interferiria nos interesses da Vale ante uma ferrovia limitada para atender a sua concorrente e geraria pouco desconforto aos demais estados que contariam com as cargas do Oeste baiano para viabilizar seus empreendimentos logísticos.

Assim pode-se destacar o seguinte paradoxo nesse contexto organizacional-estratégico: quanto mais limitada a obra, reduzem-se os custos políticos, no entanto, compromete a capacidade desta de promover uma logística territorial mais competitiva no estado da Bahia.

Portanto, cabe ressaltar que a possibilidade de êxito na difusão das externalidades positivas provenientes dessa obra reside na integralidade do projeto. Ao mesmo tempo, essa integralidade se contrapõe aos interesses econômicos, geopolíticos e perspectivas ideológicas presentes tanto no nível local quanto nacional. Com a disposição desse interesse no tabuleiro do jogo político, recai maior peso sobre a importância da competência política e institucional do governo, tanto em nível federal quanto estadual, em fazer prevalecer o projeto integral, contando-se ainda com a capacidade dos grupos locais de se organizarem suficientemente para fazer valer a integralidade do projeto, em contraponto aos grupos de interesses apontados até aqui que se satisfazem com a FIOIOL fragmentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ante a questão-guia deste trabalho: quais as principais limitações e desafios que influenciam a dimensão organizacional-estratégica da FIOIOL? Sem desconsiderar a importância da obra, principalmente para o escoamento de minério da região de Caetité, ora sem via disponível, as demais regiões que guardam certo dinamismo econômico não estão sendo diretamente

A FCA [...] seria a rota alternativa à FIOIOL e um dos principais pontos de argumentação dos grupos de contestação para fundamentar a falta de necessidade de construção de um novo porto na cidade de Ilhéus

atendidas pela obra, tais como a região de Vitória da Conquista e parte do sertão baiano. A Região Oeste ainda depende do êxito da primeira etapa para, assim, ser construído um ramal até a Ferrovia Norte-Sul, assim como corre-se o risco de essa região não ser ligada ao Porto Sul, em Ilhéus. O que aumenta a possibilidade da ampliação da fuga de carga dessa região para outros estados do país, o que já existe.

A dimensão organizacional-estratégica carece de uma melhor coordenação dos interesses, sobretudo os geopolíticos. Os três trechos (Ilhéus-Brumado, Brumado-Barreiras e Barreiras-Norte Sul) devem ser tomados como pontos indissociáveis. Com isso, os custos políticos internos seriam reduzidos e os externos ao estado poderiam ser minimizados com a busca por empreendedores nacionais e internacionais. Para tanto, é importante, dentro da dimensão institucional, rever os processos de concessão e de parceria público-privada que forneçam maior segurança à iniciativa privada sem se abster das responsabilidades e obrigações destes, se isso for possível. Sem embargo à necessidade de estudos e propostas no âmbito institucional, deve-se apontar para a sensibilidade da obra no trecho justamente no hiato apontado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), entre Brumado e Barreiras, no qual obras de arte especiais, como a ponte sobre o Rio São Francisco, convergem com os interesses geopolíticos e econômicos que comprometem a integralidade do projeto.

Não obstante, é possível observar alguma transformação na lógica de planejamento dessa ferrovia em comparação com o paradigma tradicional no país de construir ferrovias predominantemente para a exportação de minério sem políticas socioambientais e economias adjacentes que deem uma aderência orgânica às regiões diretamente afetadas. No entanto, esse fato aparenta ser consequência, principalmente, de transformações na competência institucional decorrente de uma maior participação de órgãos de controle, tais como o MPF e o Ibama.

Ademais, cabe ressaltar tecnologias disponíveis como o rodotrilho, uma alternativa para a bimodalidade, que não é citado no EIA/RIMA, que poderia interligar a FIOl às rodovias locais. Essa tecnologia permitiria também a ligação da FIOl com a FCA, mesmo havendo incompatibilidade de bitolas

dos trilhos. Assim, essa alternativa tecnológica serviria para potencializar a abrangência da área de influência ao disseminar as vantagens competitivas de forma mais extensa no território, permitindo interligar centros dinâmicos de economia endógena, tais como Vitória da Conquista, Itabuna, Bom Jesus da Lapa, Santo Antônio, Recôncavo Baiano, Ibotirama, dentre outras.

Para superar o quadro definido a partir de uma FIOl fragmentada e limitada – tendência comum nas obras de infraestrutura na realidade brasileira – no contexto institucional, além da necessidade de reforma na administração do estado, principalmente no nível estadual e nos setores correspondentes ao planejamento dos transportes, no contexto organizacional-estratégico é vital a formação de grupos de coalizões locais que reivindiquem a interdependência dos trechos para se obter a viabilidade do projeto. Portanto, é importante desenvolver pesquisas e estudos funcionalistas e avaliativos quanto à efetividade técnica de soluções como o rodotrilho e a viabilidade econômica e política da busca por parcerias no cenário nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

- ALBAN, Marcus (Elab.). *Transportes e logística: os modais e os desafios da multimodalidade*. Salvador: FLEM, 2002. 124 p.
- ALMEIDA, M. C. C.; SOUZA, S. T.; SANTANA, M. R. C. O traçado da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOl) e os impactos sócio-espaciais no município de Tanhaçu-BA. In: ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, 8., 2011, Vitória da Conquista, BA; SEMAN DE GEOGRAFIA DA UESB, 10., 2011, Vitória da Conquista, BA. *Anais...* Vitória da Conquista, BA: UESB, 2011. p. 1-15.
- AZEVEDO NETO, Vasco. Portos e ferrovias: projeção para o III milênio. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 161-167, set. 2003.
- BRAGA, V. Logística, planejamento territorial dos transportes e o projeto dos Centros Logísticos Integrados no Estado de São Paulo. *E-Premissas*, São Paulo, n. 3, p. 68-92, 2008.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. *Estudo de Impacto Ambiental (EIA) das obras de Implantação da Ferrovia Oeste-Leste (EF334), entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA)*. Brasília: Oikos, 2009a. 142 p. t. 1, v. 1. Disponível em: <http://www.oikos.com.br/site_ok/adobados/EIA_RIMA_FIOl/88FOL_2009_11_27_VOL2D_FLORA/88FOL_2009_11_TOMO_2D_FLORA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *RIMA- Relatório Ambiental: Ferrovia de Integração Oeste-Leste (EF-334) entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA)*. Brasília: Oikos, 2009b. 28 p. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Ferrovias/EF-334_Ferrovia%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Oeste%20Leste%20-%20FIOL_2052-08/RIMA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

DROUVOT, Huberte; MAGALHÃES, Cláudia. Vantagens. Competitivas das empresas de países emergentes. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, RS, n. 8, p. 75-103, 2003. Semestral.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 83 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p.455-489, dez. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Transporte ferroviário de cargas no Brasil: gargalos e perspectivas para o desenvolvimento econômico e regional*. Brasília: Ipea, 2010. (Comunidades do Ipea, 50).

LEFEBEVRE, H. *Espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1970.

OLIVEIRA, H. C. de. A relação da infraestrutura de transporte da região Litoral Sul da Bahia com o comércio internacional e o desenvolvimento econômico regional. In: CONGRES DE L'INSTITUT FRANCO-BRASILIEEN ADMINISTRATIO DES ENTERPRISES: PÔLES TERRITORIAUX, INNOVATION ET INTERNATIONALISATION, 5., 2009, Grenoble. [Anais...] Grenoble: IFBAE, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Campos de. *O processo decisório de incorporação do Porto Sul à Agenda do Governo do Estado da Bahia*. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

REVISTA ANUÁRIO EXAME: infraestrutura 2012-2013. São Paulo: Abril. out. 2012.

SANTOS, Joêmia da Conceição. *Maraú Ilhéus: o conflito das elites em torno de um novo porto (1950-1970)*. 2001. 54 f. Monografia (Graduação em História)-Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Ilhéus, o porto e a crise regional*. 2001. 199 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas*. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

VALEC ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E FERROVIAS. *Mapa da FIOL*. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/FerroviasFiol.php>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

YAGO, Glenn. *The decline of transit: urban transportation in German and U.S. Cities, 1900-1970*. New York: Cambridge University Press, 1984. ix 293 p.



Políticas públicas ambientais: delineamento dos programas de ação do Ministério do Meio Ambiente do Brasil no período 2004-2011

Antonio Gil da Costa Júnior*
Carlos Eduardo de Mira Costa**

O governo brasileiro, utilizando-se do seu poder regulador e diretivo, criou políticas públicas voltadas ao meio ambiente, como instrumento para evitar e conter problemas ambientais. O arcabouço dessas iniciativas está baseado na Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, com o intuito de integrar as ações governamentais dentro de uma abordagem sistêmica.

* Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). antonio.gil@gmail.com

** Graduado em Administração pelo Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação (FAI), mestrando em Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei). cadumira@gmail.com

A Política Nacional do Meio Ambiente do Brasil derivou dos debates mundiais, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, que tiveram como marco a realização da Conferência de Estocolmo em 1972, que contribuiu de maneira importante para gerar um novo entendimento sobre os problemas ambientais e a forma como a sociedade provê sua subsistência. Desde então, os debates têm evoluído, o que implica uma atualização constante das políticas públicas ambientais no Brasil, que têm o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como o seu principal articulador na formulação, na implementação e na avaliação dos programas de ação do governo federal e de outras esferas do poder. O propósito deste artigo é apresentar um delineamento dos programas de ação do MMA exposto nos Planos Plurianuais 2004-2007 e 2008-2011, identificando seus objetivos e verificando se estes apontavam claramente, e no mesmo documento, como deveriam ser atingidos.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Procurou-se, com o advento da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, uniformizar as ações destinadas à conservação e proteção do meio ambiente Segundo Barbieri (2007, p. 100) “[...] essa lei tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida.”

A finalidade da Política Nacional do Meio Ambiente é preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental, assegurando o desenvolvimento socioeconômico, através de ações governamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico. O incentivo às pesquisas tecnológicas, o uso racional dos recursos naturais, o acompanhamento da qualidade ambiental e a proteção das áreas ameaçadas de degradação são atitudes que visam à proteção e ao equilíbrio do meio ambiente. Este passa a ser considerado um patrimônio público e deve ser resguardado em prol do bem-estar coletivo.

Assim busca-se preservar a qualidade e o equilíbrio do meio ambiente, definindo as áreas de ação governamental que devem ser priorizadas, atendendo aos interesses da União, do Distrito Federal, dos territórios e municípios.

Além da formação de uma consciência pública da necessidade da preservação ambiental.

Essas diretrizes são formuladas através de normas e planos destinados a orientar as ações governamentais através da Política Nacional do Meio Ambiente que exerce, em conjunto, atividades públicas e privadas. Esta política é constituída pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), estruturado como órgão superior de conselho do governo, cuja função é assessorar o presidente da República na formulação de políticas nacionais e diretrizes governamentais para o meio ambiente. Conta também com um órgão consultivo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), com a finalidade de deliberar sobre normas ambientais e padrões compatíveis com uma essencial qualidade de vida. Conta ainda com órgão executor, seccionais e órgãos locais.

Embora aprovada em 1981, a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente somente deslanchou efetivamente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou outro avanço considerável em matéria ambiental. Ela estabeleceu a defesa do meio ambiente como um dos princípios a serem verificados para as atividades econômicas em geral e agregou o conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo VI (do Título VIII), dedicado ao meio ambiente (BARBIERI, 2007). De acordo

A finalidade da Política Nacional do Meio Ambiente é preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental, assegurando o desenvolvimento socioeconômico, através de ações governamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico

com a Constituição Federal, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

promover a adoção dos princípios e estratégias para a proteção e uso do meio ambiente e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e implementação de políticas públicas, de forma transversal, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e na sociedade (BRASIL, 2003).

DELINEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

As políticas públicas ambientais do Brasil, estabelecidas pelo poder público federal, são formuladas pelo MMA, que tem como missão:

O MMA dividiu sua orientação estratégica no período 2004-2007 em 15 objetivos setoriais, que podem ser visualizados no Quadro I.

Pelos objetivos setoriais do PPA 2004-2007 identifica-se um forte direcionamento ao desenvolvimento sustentável,

Objetivo setorial 1	Promover a gestão integrada do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as diversidades regionais, biomas, bacias hidrográficas e regiões geoeconômicas, aprimorando os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e resolução de conflitos, orientados pela participação democrática e com controle social.
Objetivo setorial 2	Promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, da Caatinga, dos Campos Sulinos, do Cerrado, da Mata Atlântica, do Pantanal e da Zona Costeira, envolvendo geração e multiplicação de alternativas econômicas não predatórias, coordenação ativa das políticas públicas em todos os níveis, mediação democrática de conflitos socioambientais, esforços integrados de conservação ambiental e apoio às populações tradicionais e povos indígenas, capacitação e difusão de alternativas tecnológicas adequadas.
Objetivo setorial 3	Consolidar e aperfeiçoar de forma integrada o Sinama, o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as instituições internas ou colegiadas e os instrumentos de gestão, planejamento e regulação para o efetivo e eficiente equacionamento da questão ambiental nas políticas públicas.
Objetivo setorial 4	Coordenar estratégias nacionais de incorporação da sustentabilidade socioambiental nos setores da economia, bem como nas políticas públicas setoriais, em especial nos setores estratégicos do desenvolvimento nacional, como infraestrutura, energia e cadeia de produção de alimentos.
Objetivo setorial 5	Promover o fortalecimento, a qualificação e a aplicação dos instrumentos de gestão e planejamento ambiental voltados à prevenção, à qualificação dos programas e projetos setoriais, em relação ao meio ambiente, e ao controle de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente.
Objetivo setorial 6	Fortalecer e articular os instrumentos de fomento às políticas voltadas à sustentabilidade socioambiental.
Objetivo setorial 7	Promover, com participação, inclusão social e repartição dos benefícios, a valorização, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, dos recursos florestais, faunísticos, florísticos, pesqueiros e genéticos e dos ecossistemas, bem como a remuneração pelos serviços ambientais por eles prestados.
Objetivo setorial 8	Promover a ampliação da oferta, a conservação, o uso racional e a despoluição dos recursos hídricos, de forma a criar as condições para a disponibilização de água em quantidade e qualidade adequadas aos respectivos usos e de forma universalizada, com ênfase no atendimento das populações excluídas.
Objetivo setorial 9	Promover, no MMA e nas respectivas entidades vinculadas e supervisionadas, a capacitação institucional necessária à formulação, à implementação, ao acompanhamento e à avaliação eficazes da política de meio ambiente do governo federal.
Objetivo setorial 10	Promover o monitoramento, a prevenção e a redução de riscos e a mitigação de impactos decorrentes de eventos hidrológicos críticos, de acidentes e de emergências ambientais relacionados a queimadas e incêndios florestais e a atividades potencialmente poluidoras.
Objetivo setorial 11	Promover a prevenção da geração e a redução de resíduos em áreas urbanas e rurais e a adoção de sistemas de gestão e planejamento ambiental, de produção limpa e de ecoeficiência nos processos produtivos.
Objetivo setorial 12	Estimular e apoiar processos educacionais e de gestão de informações voltados para a construção de valores, padrões de produção e consumo, relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
Objetivo setorial 13	Promover a formulação e a implementação de instrumentos econômicos e de iniciativas indutoras de padrões de produção e consumo sustentáveis.
Objetivo setorial 14	Promover e difundir práticas integradoras de gestão ambiental e de processos produtivos limpos voltados à sustentabilidade socioambiental e à produção sustentável em terras indígenas.
Objetivo setorial 15	Ampliar e fortalecer a atuação do MMA de forma articulada com os demais órgãos do governo federal, dos estados e dos municípios e a sociedade civil, nas discussões de implementação das convenções de biodiversidade, mudanças climáticas, desertificação, espécies ameaçadas de extinção, demais acordos internacionais e processos de integração regional, em temas relacionados à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Quadro I
Objetivos setoriais do MMA no período 2004-2007

Fonte: adaptado de Brasil (2003).

Objetivo setorial 1	Ampliar a contribuição do Brasil na redução de emissões por fontes e remoção por sumidouros de gases do efeito estufa e preparar o país para os efeitos das mudanças climáticas.
Objetivo setorial 2	Aprimorar o licenciamento ambiental e desenvolver instrumentos de planejamento e gestão ambiental em apoio ao desenvolvimento sustentável.
Objetivo setorial 3	Promover a queda contínua e consistente do desmatamento, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros.
Objetivo setorial 4	Promover a disponibilidade de água com qualidade e a gestão dos recursos hídricos, o controle de poluição, a conservação e a revitalização de bacias.
Objetivo setorial 5	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional.
Objetivo setorial 6	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Objetivo setorial 7	Promover a articulação institucional e a cidadania ambiental por meio do fortalecimento do Sisnama, da educação ambiental, da participação e do controle social.

Quadro II
Objetivos setoriais do MMA no período 2008-2011

Fonte: adaptado de Brasil (2011).

a partir da preocupação pela integração das ações ambientais nos seus diferentes níveis e do estímulo à capacitação institucional necessária para a formulação, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das políticas de meio ambiente do governo federal.

Já no quadriênio 2008-2011, o MMA procurou concentrar sua orientação estratégica em apenas sete objetivos setoriais, que podem ser verificados no Quadro II.

Os objetivos setoriais do PPA 2008-2011 dão prosseguimento a um forte direcionamento ao desenvolvimento sustentável e à integração das ações de forma transversal. Observa-se ainda uma ligeira modificação na postura do governo, de mero coadjuvante nas ações ambientais regionais e globais para uma postura de maior responsabilidade e protagonismo.

A partir da análise dos programas de ação contidos nos dois Planos Plurianuais (2004-2007 e 2008-2011), elaboraram-se os quadros III e IV, que procuram identificar os objetivos de cada uma das ações (sendo 27 ações do PPA 2004-2007 e 17 ações do PPA 2008-2011) e principalmente como esses objetivos deveriam ser colocados em prática. Cada programa foi identificado com relação à sua agenda na formulação de políticas públicas, sendo a Agenda Verde (V) relacionada à biodiversidade, aos recursos naturais, etc., e a Agenda Azul (A) voltada aos recursos hídricos.

O Quadro III apresenta as 27 ações do governo federal para o quadriênio 2004-2007.

O Quadro IV apresenta o programa com as 17 ações do governo federal para o quadriênio 2008-2011.

(Continua)

Programa	AG.	Objetivos	
		Foco	Como
Educação ambiental para sociedades sustentáveis	V	Estimular e apoiar processos de educação ambiental.	Participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.
Recursos pesqueiros sustentáveis	A	Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros.	Conciliação dos interesses da exploração comercial com os de sua conservação.
Conservação, uso racional e qualidade das águas	A	Promover a conservação e o uso racional dos recursos hídricos.	-
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	A	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de R.H.	-
Desenvolvimento sustentável do Pantanal	V	Promover o desenvolvimento da Bacia do Alto Paraguai.	Incentivo das atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema.

Quadro III
Delineamento dos programas de ação do MMA para o período 2004-2007

(Continuação)

Programa	AG.	Objetivos	
		Foco	Como
Áreas protegidas do Brasil	V	Sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, proteção da biodiversidade brasileira.	-
Programa Nacional de Ecoturismo	V	Promover o ecoturismo associado à conservação de bens e serviços ambientais.	-
Amazônia Sustentável	V	Promoção do desenvolvimento da Amazônia; uso sustentável.	-
Prevenção e combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais – Florescer	V	Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.	-
Programa Nacional de Florestas	V	Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas públicas e privadas e a expansão sustentável de base florestal plantada.	-
Conservação, uso sustentável e recuperação da biodiversidade	V	Conhecer e conservar a diversidade biológica e promover a utilização sustentável de seus componentes.	-
Gestão da política de meio ambiente	V	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área do meio ambiente	-
Zoneamento Ecológico-Econômico	V	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o ordenamento territorial do país.	-
Viver sem contaminação	V	Reduzir a contaminação e controlar os riscos decorrentes da exposição a substâncias perigosas e resíduos industriais.	-
Combate à desertificação	V	Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.	-
Programa Sede Zero	A	Ampliar a oferta de água de boa qualidade para comunidades rurais, urbanas, indígenas, remanescentes de quilombo e assentamentos de reforma agrária do país.	-
Mudanças climáticas e meio ambiente	V	Promover o controle das atividades poluidoras, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e redução dos efeitos de poluentes sobre o clima global.	-
Agenda 21	V	Internalização dos princípios da Agenda 21.	Formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais.
Políticas e instrumentos econômicos para produção e consumo sustentável	V	Promover a formulação e implementação, de forma coordenada e participativa, de políticas e instrumentos indutores de produção, serviços e consumo sustentáveis.	-
Probacias	A	Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas.	-
Integração dos sistemas ambientais e fortalecimento do controle social	V	Fortalecer o Sisnama, o SNUC e o controle à participação social para a implementação da política ambiental do país; criar as condições necessárias para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.	Definição das responsabilidades dos três níveis de governo, articulando e fortalecendo sua capacidade de atuação e consolidando, democratizando e articulando os conselhos e outras formas de controle social na área ambiental.
Quadro III Delineamento dos programas de ação do MMA para o período 2004-2007			

(Conclusão)

Programa	AG.	Objetivos	
		Foco	Como
Políticas para a sustentabilidade dos biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia, Zona Costeira e Marinha	V	Promover, de forma participativa, pactuada e integrada, políticas e ações destinadas à conservação e ao uso sustentável dos principais biomas brasileiros, com visão sobre a totalidade de cada bioma e o conjunto desses.	-
Conservação e uso sustentável de recursos genéticos	V	Utilização dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.	Promover o acesso, o uso sustentável, a biossegurança e a repartição dos benefícios decorrentes.
Comunidades tradicionais	V	Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais.	Assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.
Prevenção de riscos e combate às emergências ambientais	V	Prevenir riscos e combater emergências ambientais.	-
Proambiente	V	Promover o desenvolvimento rural integrado.	Por meio do controle social, gestão participativa, ordenamento territorial, mudanças qualitativas de uso da terra e prestação de serviços ambientais.
Revitalização de bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental	A	Revitalizar a Bacia Hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.	-
Resíduos sólidos urbanos	V	Incentivar a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, e promover a inserção social de catadores.	Por meio da eliminação de lixões e trabalho infantil no lixo.
Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes)	A	Reduzir o nível de poluição hídrica em bacias hidrográficas.	-
Quadro III Delineamento dos programas de ação do MMA para o período 2004-2007			

Fonte: elaborado pelos autores com base em Brasil (2003).

(Continua)

Programa	AG.	Objetivos	
		Foco	Como
Agenda 21	V	Internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 na formulação e implementação de políticas públicas	Estabelecer as prioridades a serem executadas em parceria governo-sociedade.
Combate à desertificação	V/A	Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.	-
Comunidades tradicionais	V	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais.	Dinamização das atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam.
Quadro IV Delineamento dos programas de ação do MMA para o período 2008-2011			

(Conclusão)

Programa	AG.	Objetivos	
		Foco	Como
Conservação e recuperação dos biomas brasileiros	V	Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades.	Por meio da expansão e consolidação do SNUC e outras áreas protegidas, bem como da definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas.
Conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos	V	Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos; promover a biossegurança.	-
Conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade	V	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade.	-
Educação ambiental para sociedades sustentáveis	V	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.	-
Gestão da política de meio ambiente	V	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente.	-
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	A	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos.	-
Programa Nacional de Florestas	V	Promover a sustentabilidade do setor florestal.	Proteção dos ecossistemas, recuperação de áreas degradadas, expansão da base florestal plantada, manejo sustentável de florestas naturais e ampliação da participação social.
Prevenção e combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais - Florescer	V	Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.	-
Probacias – conservação de bacias hidrográficas	A	Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas.	-
Qualidade ambiental	V	Promover a melhoria da qualidade ambiental.	Fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Quadro IV
Delineamento dos programas de ação do MMA para o período 2008-2011

(Conclusão)

Programa	AG.	Objetivos	
		Foco	Como
Recursos pesqueiros sustentáveis	A	Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros.	Conciliação dos interesses da exploração comercial com a necessidade de conservação desses recursos.
Resíduos sólidos urbanos	V	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.	Encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores.
Revitalização de bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental.	A	Revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade	Efetivação da recuperação, conservação e preservação das bacias.
Zoneamento Ecológico-Econômico	V	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do país.	-
Quadro IV Delineamento dos programas de ação do MMA para o período 2008-2011			

Fonte: elaborado pelos autores com base em Brasil (2011).

Por meio da análise dos quadros III e IV, fica evidente que ambos os PPA do MMA procuram atender às diversas áreas necessitadas de atenção com relação aos problemas ambientais, dando enfoque principal à busca de um desenvolvimento sustentável. Tanto a Agenda Verde quanto a Agenda Azul são contempladas consistentemente, de forma a atender às recomendações do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Entretanto, os dois planos apresentam uma falha em comum: a de não definir claramente como o objetivo de cada uma das ações deve ser alcançado, com base no próprio PPA. Esta limitação do plano é um fator inquietante, já que evidencia que o documento não informa como se chegará ao propósito que se pretende, tornando-se, muitas vezes, apenas uma promessa ou intenção que acaba não se concretizando.

Contudo, os documentos apresentam uma evolução. No PPA 2004-2007, nove das 27 ações (33.3%) apresentam como o MMA planeja alcançar o objetivo. Já no PPA 2008-2011, oito das 17 ações (47%) expõem como atingir os objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do debate mundial a respeito das questões ambientais foi essencial para a definição da Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil e suas consequentes políticas públicas. A evolução destes debates, promovidos pela Organização das Nações Unidas, implica em uma atualização constante dessas políticas.

O MMA é o principal articulador do governo federal na formulação, implementação e avaliação dos programas de ação, que são explicitados nos PPA.

Por meio de um delineamento dos PPA 2004-2007 e 2008-2011, identifica-se um forte direcionamento ao desenvolvimento sustentável, com a preocupação em integrar as ações ambientais nos seus diferentes níveis e de forma transversal e o estímulo à capacitação institucional necessária para a formulação, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das políticas de meio ambiente do governo federal. Entretanto, os programas de ação, na sua maior parte, não deixam claro como chegar aos objetivos propostos, o que fragiliza o plano e o torna praticamente uma carta de intenções, sem estabelecimento de meios e metas bem definidos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Última alteração: Lei nº 9.960, de 28.1.2000. Diário Oficial [da] República federativa do Brasil, Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 30 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir356/Apresentacao_dos_Programas.ppt>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. *Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/173/_arquivos/avaliao_ppa_2010_caderno_setorial_173.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



Atividade econômica baiana cresce 3,4% no terceiro trimestre do ano, e estimativa da SEI para 2013 é de 2,7%

Carol Araújo Vieira*

Denis Veloso da Silva**

João Paulo Caetano Santos***

A economia baiana apresentou uma expansão de 3,4% no terceiro trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo cálculos realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O Valor Adicionado a preços básicos (VA) cresceu 2,0%, e o Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios, 12,8%. Na comparação do terceiro trimestre de 2013 com o segundo trimestre do mesmo ano, houve queda de 0,48%, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal.

Segundo os cálculos realizados, além dos impostos, foram fundamentais para a expansão da atividade econômica o setor industrial, com alta de 5,1%, com destaque para a *indústria de transformação* (8,8%), e o setor de serviços, que cresceu 1,5%. O setor da agropecuária encerrou o terceiro trimestre com queda de 3,7%. Essa retração verificada no setor, reflexo da seca em todo o estado, vem ocorrendo desde o segundo trimestre de 2012, porém os efeitos já estão sendo amenizados.

Do ponto de vista desagregado (Tabela 2), merecem destaque na indústria as atividades da *transformação* (8,8%); *produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana* (3,5%); e *extrativa mineral* (2,2%). Em serviços, destaque para as atividades de *comércio* (2,6%) e *transportes* (3,3%). O crescimento em volume do VA da *indústria de transformação* (8,8%) foi influenciado

principalmente pelos segmentos de *veículos automotores, metalurgia básica e refino de petróleo e álcool*. O volume do VA de *eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana* aumentou 3,5%, favorecido principalmente pelo consumo industrial de energia elétrica. Já a *construção civil* registrou queda no período (2,6%), evidenciada pela redução do consumo de cimento e retração no indicador da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). Deve-se frisar que a base de comparação deste setor é bastante elevada.

De acordo com o IBGE, em relação ao PIB trimestral nacional, tomando como referência o mesmo corte analítico, foi registrada expansão de 2,2% na comparação com igual período do ano de 2012, e no ajuste sazonal, a taxa é de -0,5%. Contribuiu para tal resultado a expansão de 1,9% do Valor Adicionado a preços básicos e o incremento de 3,5% no Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Nos grandes setores, a agropecuária apresentou retração de 1,0%. Concorreu para este desfecho a queda de alguns produtos da lavoura, como laranja (-14,2%), mandioca (-11,3%) e café (-6,9%). A indústria cresceu

* Graduanda de Economia pela Universidade Salvador (Unifacs). Estagiária da equipe de Contas Regionais da SEI. carolvieira@sei.ba.gov.br

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Assessor técnico da equipe de Contas Regionais da SEI. dveloso@sei.ba.gov.br

*** Mestrando em Economia e graduado em Ciências Econômica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador da equipe de Contas Regionais da SEI. joaopaulo@sei.ba.gov.br

1,9%, apresentando resultados positivos em todas as atividades que a compõem, com destaque para *eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana e indústria de transformação*, com crescimento de 3,7% e 1,9%, respectivamente. O setor de serviços registrou alta de 2,2%. As principais variações foram *transporte* (que engloba transporte de carga e passageiros), que cresceu 5,0%, *administração, saúde e educação pública* (2,5%), e *comércio* (atacadista e varejista), com 2,4%.

No acumulado dos últimos 12 meses (quatro trimestres), observa-se expansão de 3,3% na economia baiana. Este crescimento leva em consideração a taxa verificada no quarto trimestre de 2012, quando houve um incremento de 4,9% na atividade econômica, conforme tabela abaixo. Segundo os cálculos da SEI, o quarto trimestre de 2013 deverá apresentar crescimento entre 2,0% e 2,5%. Diante dessa taxa, a estimativa para o encerramento do ano é de 2,7%.

Em âmbito nacional, o crescimento nos últimos quatro meses foi de 2,3%, influenciado principalmente pelos setores da agropecuária (5,1%) e serviços (2,3%). O Valor Adicionado a preços básicos cresceu 2,1%, e o Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios, 3,3%.

Tabela 1
Taxa de crescimento do PIB, VA, impostos e atividades
Bahia e Brasil – 2013

Atividades	Variação 3º tri 2013/ 3º tri 2012 (%)	
	Bahia (1)	Brasil
Agropecuária	-3,7	-1,0
Indústria	5,1	1,9
Ind. Transformação	8,8	1,9
Prod. e distrib. de eletricidade e gás, água, esgoto e limp. urbana	3,5	3,7
Extrativa mineral	2,2	0,7
Construção Civil	-2,6	2,4
Serviços	1,5	2,2
Comércio	2,6	2,4
Transportes	3,3	5,0
Alojamento e alimentação	-1,0	n.d.
Administração pública (APU)	0,5	2,5
Valor Adicionado básico	2,0	1,9
Imposto sobre o produto	12,8	3,5
PIB	3,4	2,2

Fonte: SEI, IBGE.

(1) Dados sujeitos a retificação.

Tabela 2
PIB trimestral
Variação dos trimestres em relação ao mesmo período do ano anterior – Bahia – 2012-2013

Atividades	2012/4º Tri	2013/1º Tri	2013/2º Tri	2013/3º Tri
Agropecuária	-9,2	-4,3	-3,9	-3,7
Indústria	8,1	3,2	6,5	5,1
Serviços	4,4	0,9	3,1	1,5
PIB	4,9	1,5	4,0	3,4

Fonte: SEI, IBGE.

Dados sujeitos a retificação.

Tabela 3
Variação acumulada nos últimos 12 meses em comparação com igual período do ano anterior

Atividades	Variação nos últimos quatro trimestres	
	Bahia (1)	Brasil
Agropecuária	-4,7	5,1
Indústria	5,8	0,9
Ind. transformação	9,7	1,4
Prod. e distrib. de eletricidade e gás, água, esgoto e limp. urbana	3,2	3,1
Extrativa mineral	1,1	-3,0
Construção civil	-0,9	1,3
Serviços	2,0	2,3
Comércio	1,1	2,0
Transportes	5,1	3,6
Alojamento e alimentação	1,5	n.d.
Administração pública (APU)	2,1	2,0
PIB	3,3	2,3

Fonte: SEI, IBGE.

(1) Dado sujeito a retificação.

ANÁLISE SETORIAL, SEGUNDO AS PESQUISAS REFERENTES A CADA SETOR DE ATIVIDADE

Agropecuária

O nono Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) apresentou uma estimativa da safra baiana de grãos em 6 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 6,6% em relação à safra do ano anterior. Pode-se creditar essa perda na produção física dos grãos à retração de 24,6% do algodão e de 13,5% da soja. No caso do algodão, esta inclinação está associada à diminuição de 30,5% em

Tabela 4
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – 2012/2013
Bahia – set. 2013

Produtos/safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)
Mandioca	2.202	1.328	-39,7	387	201	-47,9	222	130	-41,4	9.920	10.213	2,9
Cana-de-açúcar	6.894	7.061	2,4	121	126	4,2	118	115	-2,5	58.471	61.422	5,0
Cacau	159	158	-1,0	540	532	-1,6	532	525	-1,4	300	301	0,4
Café	143	159	11,2	171	152	-10,8	160	142	-10,8	897	1.118	24,7
Grãos	6.490	6.060	-6,6	2.545	2.742	7,7	2.174	2.583	18,8	2.986	2.346	-21,4
Algodão	1.256	947	-24,6	433	301	-30,5	396	300	-24,3	3.171	3.160	-0,3
Feijão	107	246	130,2	319	464	45,2	207	398	92,3	516	617	19,7
Milho	1.883	2.057	9,3	592	672	13,6	404	588	45,5	4.661	3.501	-24,9
Soja	3.213	2.779	-13,5	1.113	1.215	9,2	1.113	1.215	9,2	2.888	2.288	-20,8
Sorgo	32	31	-3,6	88	90	1,7	54	83	53,4	591	373	-36,9
Total	-	-	-	3.764	3.753	-0,3	3.205	3.495	9,0	-	-	-

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) PAM/IBGE 2010.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2013 (setembro 2013).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

sua área plantada e de 24,3% na área colhida, com consequente perda de 0,3% no rendimento.

Um dos destaques no levantamento de setembro é a recuperação da cana-de-açúcar, saindo de uma tendência de queda para alta de 2,4% na produção. O volume físico na ordem de 7 milhões de toneladas proporcionou um ganho de 5% no rendimento. Outros destaques foram o feijão, por apresentar uma forte recuperação em sua produção, alcançando expressiva variação de 130,2%; o café, com alta de 11,2% e um rendimento próximo de 25%, devido principalmente ao bom clima no período do desenvolvimento do plantio; e por fim o milho, que cresceu 9,3%, apresentando alta tanto na área plantada quanto na colhida.

Segundo a estimativa feita pelo IBGE, além do algodão e da soja, outras culturas também apresentaram queda. Entre elas, o cacau, que aponta uma suave tendência de retração de 1,0% em sua produção física para o ano de 2013; e a mandioca, com perda de quase 40% devido às condições desfavoráveis da região de plantio. Tudo isso pode ser amenizado com o retorno das chuvas em boa parte das regiões. Dessa forma, a tendência para o último trimestre do ano é de possível melhora para as culturas produzidas no estado.

Indústria

Os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), divulgados pelo IBGE, sinalizam alta de 5,5% da indústria geral no terceiro trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior, e expansão de 5,8% no período de janeiro a setembro.

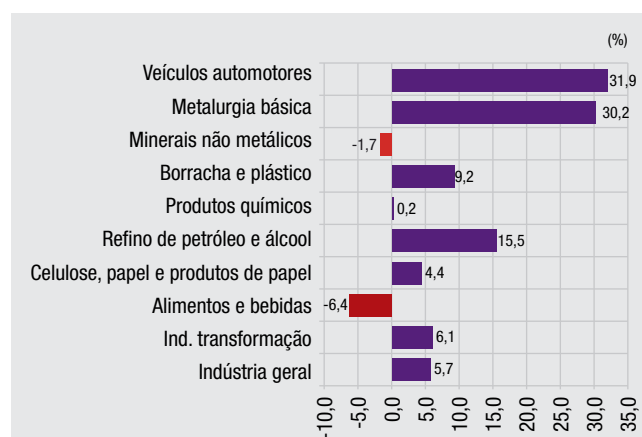


Gráfico 1
Produção física – Evolução dos gêneros da indústria de transformação e indústria geral
Bahia – jan.-set. 2013/jan.-set. 2012

Fonte: IBGE-PIM/PF.

De acordo com a pesquisa, no acumulado do ano, de um total de oito segmentos da indústria de transformação baiana, seis tiveram acréscimos. As principais contribuições positivas foram registradas por *veículos* (31,9%); *metalurgia básica* (30,2%); e *refino de petróleo e produção de álcool* (15,5%), devido à maior fabricação de óleo diesel e outros óleos combustíveis e gasolina. Destacou-se também o crescimento de *celulose e papel* (4,4%) e *borracha e plástico* (9,2%).

O principal impacto negativo foi registrado por *alimentos e bebidas* (-2,7%), em razão da queda na produção de refrigerantes e tortas, bagaços e farelos de soja. Outra contribuição negativa veio de *minerais não metálicos* (-1,7%).

No acumulado de 12 meses, comparado com o mesmo período anterior, a taxa da produção industrial baiana assinalou crescimento de 6,7%, mantendo a trajetória ascendente iniciada em fevereiro último (2,8%).

No Brasil, o setor industrial cresceu 0,8% no terceiro trimestre do ano. No indicador acumulado para o período janeiro-setembro 2013, o setor industrial nacional mostrou expansão de 1,6%. Os principais fatores para tal dinamismo estão relacionados com o aumento na fabricação de bens de capital e de bens de consumo duráveis, além da maior produção de setores como *refino de petróleo e produção de álcool, produtos têxteis, calçados e artigos de couro e alimentos*.

Serviços

Tomando-se por base os indicadores de desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividade, divulgados recentemente pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, o volume das vendas no segmento até o terceiro trimestre de 2012 cresceu apenas 1,6%.

Essa pequena expansão registrada no comércio varejista está atrelada em parte à queda no setor de *combustíveis e lubrificantes* (13,3%); à retração no segmento *equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*; e ao encolhimento de 0,6% na atividade de *veículos, motos, partes e peças*. Esse resultado pode

ser explicado também pelo efeito base, uma vez que nesse mesmo período a atividade obteve crescimento de 12,5%, e pela pequena alta no segmento de *hipermercados e supermercados*, com variação positiva de 1,0%. Isso demonstra que essa atividade está apresentando desempenho abaixo da média, em função do comportamento dos preços dos alimentos, que subiram acima do índice geral.

Os destaques ficam por conta dos segmentos de *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,9%), devido ao aumento na massa de rendimentos e às facilidades de crédito (este segmento engloba as lojas de departamentos, óticas, joalherias, artigos esportivos, brinquedos etc.); *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria*, com expansão de 14,9%; *livros, jornais, revistas e papelaria* (12,7%); e *móveis e eletrodomésticos*, com alta de 8,8%, devido à política de incentivo ao consumo com manutenção das alíquotas de IPI.

Conforme as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Bahia gerou mais de 48 mil empregos formais nos primeiros nove meses do ano. Este resultado fez com que o estado continuasse na liderança de geração de empregos na

Tabela 5
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano, segundo grupos de atividades – jan.-set. 2013

Atividades	Acumulado no ano de 2013 (1) Volume de vendas (2)
Comércio varejista (3)	1,6
1 - Combustíveis e lubrificantes	-13,3
2 - Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	1,0
2.1 - Hipermercado e supermercado	4,2
3 - Tecidos, vestuário e calçados	5,4
4 - Móveis e eletrodomésticos	8,8
5 - Art. farm. med. ort. e de perfum.	14,9
6 - Equip. mat. p/ esc. inf. comunicação	-10,1
7 - Livros, jornais, rev. e papelaria	12,7
8 - Outros art. de uso pess. e domest.	22,9
9 - Veículos e motos, partes e peças	-0,6
10 - Material de construção	6,7

Fonte: IBGE-PMC.

(1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

(3) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

Região Nordeste. Em relação ao ano passado, este saldo é maior – de janeiro a setembro de 2012, foram criados pouco mais de 45 mil postos de trabalho.

No interior do estado da Bahia, surgiram 33.605 novos empregos, enquanto na Região Metropolitana de Salvador (RMS) foram gerados 14.745 postos de trabalho, o que representa uma variação de 30,5%. Dessa forma, é possível perceber que o dinamismo na criação de empregos no interior vem sendo maior do que na RMS.

No que diz respeito ao comportamento do emprego formal por setor de atividade, no acumulado do ano, o setor de *construção civil* respondeu pelo maior saldo, com 18.789 postos de trabalho (131.559 admissões e 112.747 desligamentos) e com uma variação superando os 10%; seguido pelo setor de *serviços*, que contabilizou um saldo de 11.836 postos de trabalho (239.980

admissões e 228.109 desligamentos). Em terceiro lugar ficou o setor da *agropecuária*, com a geração de 7.048 postos de trabalho (67.044 admissões e 59.995 desligamentos) e variação próxima de 7,0%.

Os setores que apuraram os menores saldos de janeiro a setembro de 2013 foram *extrativa mineral* (240 postos, sendo 2.128 admitidos e 1.888 desligados); *serviços industriais de utilidade pública* (583 postos) e *administração pública*, com 844 postos, sendo 2.722 admitidos e 1.878 desligados.

Comércio exterior

No que concerne aos dados da balança comercial, no acumulado do ano, o comércio exterior baiano apresentou um saldo inferior em 34,7%, comparado com o mesmo período do ano anterior. As exportações somaram US\$ 7,8 bilhões, o que representa queda de 3,7%, e as importações, em ritmo oposto, seguiram em alta e alcançaram um montante de US\$ 6,2 bilhões, o que representa um ganho de 9,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

A tabela a seguir evidencia o desempenho das principais exportações baianas realizadas no acumulado de janeiro a setembro. Pode-se perceber que o bom resultado dos segmentos *automotivos* e *metalúrgicos*, com variação de 103% e 55%, respectivamente, contribuiu para amenizar a variação negativa de 3,7% das exportações baianas nesse período.

Segundo o Boletim do Comércio Exterior da Bahia (set. 2013), o setor *automobilístico* vem destacando-se na pauta este ano, em meio a um cenário instável na indústria,

Tabela 6
Comportamento do Mercado de Trabalho Formal
Bahia – jan.-set. 2013

Área geográfica	Admitidos	Desligados	Saldo	Variação (%)
Bahia	656.337	607.987	48.350	2,78
RMS	336.722	321.977	14.745	1,63
Interior	319.615	286.010	33.605	...

Fonte: MTE–Caged. Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes.
(...) Dados não disponíveis.

Tabela 7
Comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica – Bahia – jan.-set. 2013

Atividade Econômica	Admitidos	Desligados	Saldo	Variação (%)
Extrativa mineral	2.128	1.888	240	1,92
Indústria de transformação	70.705	65.848	4.857	2,10
Serv. industriais de utilidade pública	3.763	3.180	583	4,25
Construção civil	131.559	112.770	18.789	10,26
Comércio	138.436	134.283	4.153	1,00
Serviços	239.980	228.144	11.836	1,62
Administração pública	2.722	1.878	844	1,65
Agropecuária, ext. vegetal, caça e Pesca	67.044	59.996	7.048	6,86
Total	656.337	607.987	48.350	2,78

Fonte: MTE–Caged. Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes.

Nota: A variação no estoque de empregos é obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. No acumulado do ano, a variação é medida para o conjunto de meses, comparando o estoque no início do período com o estoque final.

Tabela 8
Balança comercial – Bahia – jan./set. 2012/2013
(Valores em US\$ 1000 FOB)

Discriminação	2012	2013	Var. %
Exportações	8.111.829	7.812.503	-3,69
Importações	5.715.304	6.246.877	9,30
Saldo	2.396.525	1.565.626	-34,67
Corrente de comércio	13.827.133	14.059.380	1,68

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 09/10/2013.

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Obs.: importações efetivas, dados preliminares.

Tabela 9
Exportações baianas - Principais segmentos – jan./set. 2012/2013

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. % 2013
	2012	2013		
Químicos e petroquímicos	1.346.029	1.273.666	-5,38	16,30
Papel e celulose	1.248.916	1.249.962	0,08	16,00
Soja e derivados	1.248.143	1.153.461	-7,59	14,76
Petróleo e derivados	1.544.621	1.126.819	-27,05	14,42
Metalúrgicos	391.039	605.604	54,87	7,75
Automotivo	279.293	567.759	103,28	7,27
Embarcações e est. flutuantes	-	380.462	-	4,87
Metais preciosos	332.832	270.431	-18,75	3,46
Borracha e suas obras	259.720	204.717	-21,18	2,62
Algodão e seus subprodutos	477.362	201.172	-57,86	2,58
Cacau e derivados	191.718	140.474	-26,73	1,80
Couros e peles	100.259	95.686	-4,56	1,22
Frutas e suas preparações	70.127	78.845	12,43	1,01
Café e especiarias	110.469	65.593	-40,62	0,84
Calçados e suas partes	61.047	58.325	-4,46	0,75
Sisal e derivados	59.224	51.322	-13,34	0,66
Minerais	123.190	45.213	-63,30	0,58
Máqs., apars. e mat. elétricos	50.639	43.446	-14,20	0,56
Milho e derivados	59.438	40.498	-31,87	0,52
Fumo e derivados	26.699	19.802	-25,83	0,25
Móveis e semelhantes	5.769	325	-94,37	0
Demais segmentos	125.295	138.918	10,87	1,78
Total	8.111.829	7.812.503	-3,7	100,00

Fonte: MDIC/Secex.

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

ajudado pelo aumento da demanda argentina, pela alta do dólar e pelos estímulos à produção local do Programa Inovar-Auto, que beneficia montadoras instaladas no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desses primeiros nove meses do ano, percebe-se, através da interpretação e análise dos diversos indicadores econômicos do estado, a sinalização para uma ligeira recuperação da atividade econômica. Isso pode ser constatado pela redução da taxa de desemprego; pela recuperação das exportações baianas frente aos dois primeiros trimestres do ano; pela produção industrial, em especial da *indústria de transformação*; pelas vendas do comércio; e pela alta taxa de arrecadação.

Esses fatores listados acima determinaram o crescimento da atividade econômica como um todo no terceiro

trimestre do ano. Além disso, o setor agropecuário já dá sinal de uma leve recuperação após a seca que afetou o estado ao longo desses dois últimos anos, com taxas trimestrais negativas desde o segundo trimestre de 2012. Diante desse cenário, a SEI mantém a estimativa de crescimento para o ano de 2013 em 2,7%.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DO CAGED. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_set13.pdf>. Acesso em: 11 set. 2013.

BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_set_2013.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2013. *Estatísticas do comércio exterior*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 9 out. 2013.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 8 set. 2013.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2013.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2013.

PIB ESTADUAL TRIMESTRAL. Salvador: SEI, 2013. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=139&Itemid=210. Acesso em: 10 set. 2013.

PIB TRIMESTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

A economia baiana está perdendo dinamismo? Uma discussão sobre a perda de participação da Bahia no *ranking* nacional do PIB do Brasil

Gustavo Casseb Pessoti

Diretor de Indicadores e Estatística da SEI.
gustavop@sei.ba.gov.br



Desde que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o resultado das contas regionais do Brasil, relativo ao ano de 2011, a perda de participação da economia baiana no *ranking* nacional tem chamado a atenção dos veículos de comunicação, dos pesquisadores acadêmicos e, sobretudo, das análises políticas que tentam explicar/justificar quais seriam os verdadeiros motivos da perda de participação (a economia baiana que estava na sexta posição nacional em 2010 caiu para a oitava em 2011). Como diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI e responsável técnico pelos resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do estado há 13 anos, é meu dever esclarecer esses fatos e evidenciar o que aconteceu em 2011 para justificar a perda de participação da economia baiana.

Antes, porém, é preciso informar que, diferentemente do que tenho lido principalmente na mídia impressa, a economia baiana não está perdendo dinamismo nem mesmo se estagnando do ponto de vista do crescimento econômico. Esse crescimento deve ser medido pela dinâmica das atividades primárias, industriais e de

serviços ao longo de um ano. Analisado dessa forma, o que podemos afirmar é que a economia baiana apresentou um crescimento maior do que a brasileira ao longo dos últimos três anos, incluindo o ano de 2011, quando o PIB da Bahia se expandiu 4,1% contra apenas 2,7% do PIB brasileiro (em 2012, a economia do estado cresceu 3,1% contra apenas 0,9% da economia nacional e, em 2013, as expectativas são de crescimento econômico de 2,7% para a Bahia e 2,1% para o Brasil). Assim, o conjunto da economia baiana cresceu mais do que a brasileira no período em questão, demonstrando que, independentemente do montante de investimentos realizados ao longo dos últimos anos, a atual estrutura da economia local continua apresentando pujança. Ou seja, não está no vetor crescimento econômico a verdadeira explicação para a perda de participação baiana na economia nacional.

O que aconteceu em 2011 foi uma perda de participação do setor industrial no PIB da Bahia. Não só em função do processo de desindustrialização em curso na economia brasileira ao longo dos últimos anos,

mas em função de um problema pontual da indústria de refino de petróleo da Bahia – Refinaria Landulpho Alves Mataripe (RLAM). Qualquer analista da economia baiana sabe que a lógica da dinâmica industrial do estado da Bahia está inexoravelmente ligada ao desempenho dos setores químico e petroquímico e de refino de petróleo, que respondem por aproximadamente 50% do valor da produção industrial. Em 2011, os preços do barril de petróleo cotados no mercado internacional e em Dólar subiram aproximadamente 40%. Isto é, com o preço do insumo crescendo nessa magnitude, era de se esperar uma elevação nos preços dos produtos refinados, entre eles a gasolina automotiva e o óleo diesel que são produzidos pela Petrobras na Bahia. Mas o que se observou no ano em questão foi uma política macroeconômica de contenção inflacionária, estabelecida pelo governo federal e que impediu a elevação dos preços dos combustíveis em todo o Brasil. A matemática é simples neste caso: com os preços do insumo elevados e sem a possibilidade de aumentar o preço do produto final, o resultado foi uma perda no valor adicionado da indústria baiana de refino em aproximadamente R\$ 4 bilhões em 2011, o que resultou também em um menor volume de impostos gerados sobre a atividade de refino de petróleo na Bahia. Como a atividade industrial na cadeia química e petroquímica também está relacionada ao melhor desempenho do setor de refino de petróleo, o mau resultado nessa indústria também refletiu em resultado aquém do esperado para a cadeia petroquímica, que também apresentou retração em 2011. Esses dois fatores, somados ao menor crescimento das vendas internacionais, em uma época fortemente influenciada pela crise da economia mundial, foram decisivos para o mau desempenho da indústria baiana, que apresentou uma retração de aproximadamente 4% na produção

de 2011. Além disso, conforme já destacado pela imprensa, o apagão da Região Nordeste foi outro fator que contribuiu para a diminuição no ímpeto da indústria baiana naquele ano. Ou seja, o resultado desta em nada pode ser relacionado à falta de investimentos, pois são fatores conjunturais (tanto nacionais como internacionais) que realmente ajudam a entender o comportamento da indústria baiana em 2011.

Para finalizar estes breves comentários, é importante mencionar que, segundo dados da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM), entre 2007 e 2013 a Bahia recebeu o aporte de aproximadamente R\$ 12,5 bilhões em novos investimentos industriais, tanto para elevar sua capacidade instalada, quanto para a implantação de novas unidades industriais. Até 2016 estão previstos outros R\$ 50 bilhões que irão diversificar a matriz energética da Bahia, com incremento na energia eólica, e contribuir para o adensamento da cadeia petroquímica, com investimentos no Polo Acrílico. Isso para não falar nos novos investimentos na cadeia automotiva, com a chegada de outros dois gigantes fabricantes de veículos com intenção e protocolos já assinados com o governo da Bahia. Por fim, deve-se mencionar o lançamento do Polo Produtivo do Recôncavo, que vai promover o incentivo da indústria de óleo e gás e também da indústria naval da Bahia.

Com a realização desses investimentos e a maturação dos que já estão em curso, espera-se um impacto positivo no PIB do estado nos próximos anos. Assim, podemos afirmar que a Bahia não está perdendo dinamismo e, ainda, podemos conjecturar que a tendência é a de que o estado continue apresentando taxas de crescimento econômico superiores à média nacional.

O estado da Bahia deverá atrair 515 empreendimentos até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais que estão previstos para o estado da Bahia devem, até o ano de 2015, totalizar R\$ 55,5 bilhões. Espera-se que sejam implantadas e/ou ampliadas 518 empresas de diversos setores que deverão gerar cerca de 61.380 empregos diretos até 2015.

O maior volume de investimentos previstos será alocado no território Metropolitana de Salvador com inversões que chegam a R\$ 18,5 bilhões e a implantação/ampliação de 208 empresas. Destacam-se também os territórios Sertão Produtivo, com um volume esperado de aproximadamente R\$ 14,5 bilhões alocados em 13 projetos, e Recôncavo, com investimentos previstos de aproximadamente R\$ 5,1 bilhões.

Por atividade, ainda se destaca o complexo Outros, no qual os investimentos somam R\$ 15,3 bilhões, totalizando 50 projetos de empresas com a intenção de investir no estado. Estão inseridas inversões para a área de energia eólica, com diversos projetos de grande porte que farão parte do parque eólico do estado. No complexo Atividade Mineral e Beneficiamento, o volume previsto também é expressivo e deve chegar a aproximadamente R\$ 21,5 bilhões, a partir de 13 projetos de empresas que deverão investir na extração de minerais metálicos e não metálicos.

No complexo Químico-petroquímico está previsto um volume de R\$ 9,1 bilhões, o que envolve a intenção de 147 empreendimentos de se implantarem no estado até 2015.

No complexo Metal-mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 5,0 bilhões a partir de 52 projetos. Neste complexo destaca-se a pedra fundamental da fábrica da JAC Motors, com a execução das obras de terraplanagem, que terá capacidade para produzir cerca de 100 mil veículos/ano, com investimentos de cerca de R\$ 1,4 bilhão e a previsão de gerar 3.500 empregos diretos.

Cabe destacar ainda o plano de ampliação da Ford Motors do Brasil, que elevará a capacidade produtiva de Camaçari, de 250 mil para 300 mil veículos/ano, contando ainda com uma fábrica de motores com capacidade para 210 mil unidades/ano, prevista para inaugurar em 2014.

Outro investimento aguardado é o da Foton Motors do Brasil. O projeto na Bahia prevê a montagem de 30 mil veículos/ano, com um investimento de R\$ 209 milhões no município de Camaçari. Espera-se que, com esses investimentos, se configure um cenário promissor para o setor automotivo na Bahia.

O Governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para o setor industrial baiano, com a diversificação da sua matriz industrial e, conseqüentemente, benefícios para a sua economia. Esta ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

Tabela 1

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de
atividade – Bahia – 2013-2015

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	3.677.197.049	137	6,6	26,4
Atividade mineral e beneficiamento	21.493.298.544	13	38,7	2,5
Calçados/têxtil/confecções	139.161.896	35	0,3	6,8
Complexo madeireiro	92.482.800	16	0,2	3,1
Eletroeletrônico	224.093.955	34	0,4	6,6
Metal-mecânico	5.033.610.000	52	9,1	10,0
Químico-petroquímico	9.057.851.456	147	16,3	28,4
Reciclagem	7.826.000	8	0,0	1,5
Transformação petroquímica	527.000.000	26	0,9	5,0
Outros	15.262.537.300	50	27,5	9,7
Total	55.515.059.000	518	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/12/2013.

Tabela 2

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de
Identidade – Bahia – 2013-2015

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	316.000.000	8	0,6	1,5
Bacia do Rio Grande	744.400.000	26	1,3	5,0
Baixo Sul	484.100.000	4	0,9	0,8
Chapada Diamantina	970.000.000	1	1,7	0,2
Costa do Descobrimento	618.820.000	19	1,1	3,7
Extremo Sul	85.150.000	12	0,2	2,3
Irecê	15.000.000	1	0,0	0,2
Litoral Norte e Agreste Baiano	2.176.950.000	14	3,9	2,7
Litoral sul	204.470.000	14	0,4	2,7
Médio Rio de Contas	184.950.000	9	0,3	1,7
Médio SudOeste da Bahia	72.200.000	3	0,1	0,6
Metropolitana de Salvador	18.529.570.000	208	33,4	40,2
Piemonte do Paraguaçu	457.800.000	4	0,8	0,8
Piemonte Norte do Itapicuru	700.530.000	2	1,3	0,4
Portal do Sertão	641.370.000	73	1,2	14,1
Recôncavo	5.059.940.000	26	9,1	5,0
Semiárido Nordeste II	875.000.000	2	1,6	0,4
Sertão do São Francisco	960.370.000	34	1,7	6,6
Sertão Produtivo	14.469.900.000	13	26,1	2,5
Sisal	292.000.000	3	0,5	0,6
Vale do Jiquiriça	5.076.600.000	4	9,1	0,8
Velho Chico	810.000.000	5	1,5	1,0
Vitória da Conquista	1.769.939.000	33	3,2	6,4
Total	55.515.059.000	518	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/12/2013.

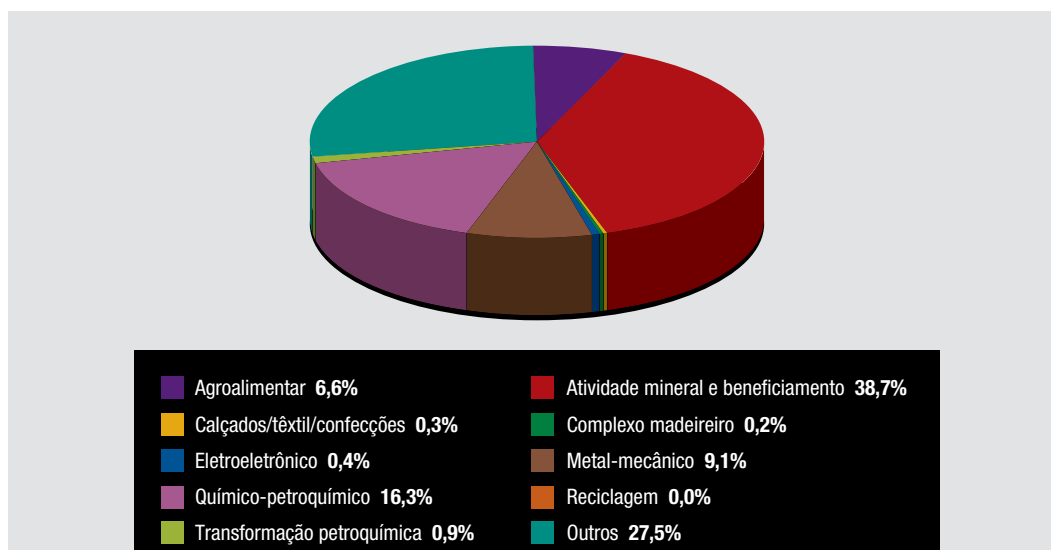


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2013-2015

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/12/2013.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.



XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII VI TALLER DE EDITORES RIER

01 a 04 de Setembro 2014 • Salvador • Brasil

Abertas inscrições para o XIII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores

Especialistas iberoamericanos em temáticas urbanas e regionais reúnem-se pela primeira vez em Salvador-BA para o XIII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores. Espaço de debates interdisciplinares entre pesquisadores de diversos países, a rede discute sobre as transformações territoriais vinculadas à globalização.

Áreas Temáticas:

- Sistemas locais de produção, redes de inovação e desenvolvimento regional
- Desigualdades socioterritoriais e globalização
- Desenvolvimento territorial política e participação
- Alterações urbanas e metropolitanas
- Dinâmica da produção e transformação territorial
- Cidades intermediárias: mudanças e perspectivas

Público-alvo:

Pesquisadores, mestrandos, doutorandos, gestores públicos e lideranças políticas

Inscrições:

R\$ 250 - até 14 de julho / R\$ 300 - de 15 de julho a 31 de agosto

Informações:

www.rii.sei.ba.gov/riisalvador2014@gmail.com



Curso de Mestrado em Economia
Universidade Federal da Bahia



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA PPGEO/GEQ/UFBA

fapesb



Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia



A CRISE E SEUS EFEITOS: AS CULTURAS ECONÔMICAS DA MUDANÇA

O livro *A Crise e seus Efeitos: as Culturas Econômicas da Mudança*, organizado por Manuel Castells, João Caraça e Gustavo Cardoso, apresenta uma coletânea de ensaios de sociólogos e cientistas sociais internacionais com reflexões a respeito da crise que se abateu sobre o mundo desde 2008.

As análises apresentadas mostram que, muito mais que um colapso econômico, há uma crise institucional, na qual a própria democracia como modelo político entra em falência. A publicação procura examinar as culturas e instituições que estão na origem da crise, bem como os conflitos e debates que podem conduzir a uma nova configuração social, incluindo a ascensão de culturas econômicas alternativas nos movimentos sociais que surgiram por todo o mundo.



CONTROLADORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MANUAL PRÁTICO PARA IMPLANTAÇÃO

O livro de Elderson Ferreira da Silva apresenta uma sugestão para a estruturação da Controladoria ou ações de coordenação do controle interno de cada órgão. Detalha a implantação de uma Controladoria governamental e apresenta ferramentas e procedimentos indispensáveis para a eficiência do recurso público arrecadado e para garantir a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

A experiência do autor em atividades relacionadas à implantação da Controladoria em vários órgãos públicos o autoriza a sugerir soluções já utilizadas em outras instituições, que podem ser adaptadas numa mesma estrutura.



CRÉDITO: HISTÓRIA, FUNDAMENTOS E MODELOS DE ANÁLISE

Crédito: História, Fundamentos e Modelos de Análise, trabalho organizado por Luís Carlos Jacob Perera, é uma obra que descreve o desenvolvimento do crédito desde a crise de 1929 e estabelece os seus fundamentos macroeconômicos. Utilizando linguagem simples e clara, apresenta a evolução da análise de crédito através de exemplos e aponta aspectos da sua complexidade ao detalhar as principais técnicas de análise de dados utilizadas para a concessão de crédito, como a segmentação.

O livro também discute e compara procedimentos como análises discriminantes, redes neurais, árvores de decisão e máquina de vetor de suporte, assim como introduz, de forma inovadora, variáveis socioambientais na análise de crédito, ampliando sua compreensão sobre a sustentabilidade das empresas. Além disso, apresenta uma linha do tempo da análise de crédito, com seus principais autores e obras.



DIÁRIO DE UM CONSULTOR: A CONSULTORIA SEM SEGREDOS

Diário de um Consultor: a Consultoria sem Segredos é um livro de João Coelho que apresenta a elaboração e a execução de projetos de consultoria a serem desenvolvidos em qualquer tipo de empresa, diante do cenário atual de frequentes mudanças e de muita competitividade entre as organizações.

O livro aborda o assunto, de forma clara e inovadora, com base na experiência do autor adquirida em mais de 25 anos de atuação profissional, e destaca o uso de ferramentas de diagnóstico empresarial. Também indica quais são os sintomas e causas dos problemas mais comuns dentro das empresas e dá sugestões de ações necessárias a serem tomadas para a eliminação destes. Além disso, apresenta um conceito de gestão apoiado em três fatores: sistemas, processos e comportamento.



MANIAS, PÂNICOS E CRISES: UMA HISTÓRIA DAS CRISES FINANCEIRAS

Escrito por Charles P. Kindleberger e Robert Z. Aliber, *Manias, Pênicos e Crises* narra a história financeira dos últimos quatro séculos, trajetória intercalada por períodos de euforia e depressão. Os autores mostram, ao longo dos capítulos, de que maneira manias geram pênicos que, por sua vez, originam crises, colocando a turbulência do mundo financeiro em perspectiva. O livro destaca ainda a relevância psicológica do investidor em oposição ao mito dos mercados racionais e o papel da mídia na propagação de bolhas e pênicos.

Além disso, coloca em evidência características semelhantes entre as crises e, por isso, olhar para história ajuda a entender as origens e as consequências desses fenômenos, visando prevenir novas rupturas, num momento em que o tempo entre cada uma delas está cada vez menor. A análise dos autores inclui também a primeira crise global do século XXI, nos anos de 2007 e 2008, em uma perspectiva reflexiva.



PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E PROPOSTAS

Parcerias Público-Privadas: Experiências, Desafios e Propostas é um livro organizado pelos economistas Gesner Oliveira e Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho que reúne uma coletânea de artigos com o objetivo de contribuir para o debate sobre parcerias entre o Estado e a iniciativa privada.

O enfoque da publicação recai sobre a insuficiência dos investimentos em infraestrutura no Brasil para que a economia cresça de forma sustentável. De acordo com os organizadores, uma solução viável para aumentar a taxa de investimentos em obras de infraestrutura no país são as parcerias público-privadas (PPP), devido à falta de recursos e capacidade de execução por parte do governo para assumir sozinho esse objetivo.

Conjuntura econômica baiana



Nesta edição, a conjuntura econômica baiana foi marcada pela manutenção da expansão na atividade industrial e a melhoria no rendimento real do trabalhador no indicador acumulado no ano de 2013, em relação ao mesmo período de 2012. O comércio varejista, apesar do resultado positivo, continua desaquecido, influenciado pela retração persistente do segmento de *Combustíveis e lubrificantes*. As exportações e o emprego industrial apresentaram queda no período analisado. Cabe salientar que, na Bahia, a taxa de desemprego ainda é alta em relação a 2012, e a expectativa é de desaceleração para os próximos meses.

Ao analisar os dados divulgados no relatório da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-BA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria baiana de janeiro a outubro de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, cresceu 4,9%, taxa superior aos 2,4% apresentados em 2012 na mesma comparação. Dos oito segmentos da *Indústria de transformação* (5,1%), cinco apresentaram aumento no período, com destaque para *Metalurgia* (27,3%), *Veículos* (23,0%), *Refino de petróleo e produção de álcool* (15,8%), *Borracha e plástico* (8,1%) e *Celulose e papel* (3,4%). Negativamente figuraram os segmentos de *Alimentos e bebidas* (-7,1%)

e *Produtos químicos* (-1,3%), e com estabilidade relativa permaneceu o de *Minerais não metálicos* (-0,01%).

O nível de pessoal ocupado mantém trajetória de retração em 2013, tanto na *Indústria geral* (-5,7%) como na *Indústria de transformação* (-6,0%) e na *Indústria extrativa mineral* (-0,6%), conforme dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE. As maiores variações negativas vieram dos segmentos de *Calçados e couro* (-22,3%), *Madeira* (-15,0%), *Minerais não metálicos* (-13,1%), *Máquinas e equipamentos* (-13,8%) e *Coque e refino de petróleo* (-8,5%).

Seguindo a mesma análise, conforme dados divulgados no relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-BA), publicado também pelo IBGE, o comércio baiano cresceu 1,9%, bem inferior à variação (10,5%) observada em 2012. As maiores contribuições positivas no período em análise vieram de: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (21,0%), *Livros, jornais e revistas* (13,7%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (14,2%) e *Móveis e eletrodomésticos* (9,5%). Os segmentos de *Combustíveis e lubrificantes* (-11,6%) e *Equipamentos e materiais para escritório* (-12,3%) foram os que puxaram



o indicador para baixo. No *Comércio varejista ampliado* (1,4%), as vendas de *Veículos, motos* e peças apontaram retração (-1,4%) e o segmento *Material para construção* apontou expansão (8,0%), no mesmo período em análise.

A balança comercial baiana registrou, entre janeiro e novembro de 2013, retração nas exportações (-9,3%) e expansão nas importações (14,6%) quando comparada ao mesmo período de 2012. As exportações somaram US\$ 9,3 bilhões, e as importações, US\$ 8,1 bilhões, proporcionando *superávit* de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações em 2013 decorreu, principalmente, da queda nas vendas de alguns segmentos, tais como: *Petróleo e derivados* (-27,3%), *Produtos químicos* (-12,5%), *Soja e derivados* (-12,6%), *Metais preciosos* (-16,9%) e *Algodão e seus subprodutos* (-57,2%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 50,5% das receitas de exportações no período. Nesta análise, vale ressaltar que os segmentos que apresentaram as maiores valorizações no período foram: *Fumo e Metalúrgicos*, com expansão de 36,1% e 36,9%, respectivamente.

Em relação à inflação ocorrida em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI), registrou, entre janeiro e novembro de 2013, expansão de 6,1% em relação ao mesmo período de 2012, impulsionada pelos grupos *Alimentos e bebidas* (9,3%) e *Despesas pessoais* (9,1%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego entre janeiro e outubro de 2013 fechou em 18,6% da População Economicamente Ativa (PEA), resultado 1,1 p.p. acima daquele observado no mesmo período de 2012. Com base na mesma pesquisa, de janeiro a setembro de 2013, a massa real de rendimentos dos trabalhadores ocupados cresceu 6,9% em relação ao mesmo período de 2012. A aceleração da massa de rendimentos deveu-se, principalmente, à recuperação do emprego dos ocupados (3,9%) e do rendimento médio (2,2%) no mesmo período.

Visto este cenário no indicador acumulado no ano, disponibilizar-se-á a seção com os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensal e acumulado nos últimos 12 meses referentes ao ano de 2013.

Em outubro de 2013, o Índice de Movimentação da Atividade Econômica de Salvador (Imec) apresentou expansão de 10,1%, na comparação com outubro de 2012. A expansão da atividade econômica na capital baiana foi influenciada principalmente pela baixa base de comparação, a manutenção do comportamento positivo do comércio varejista e a sustentação na retração do desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nos últimos 12 meses, o indicador acumulou crescimento de 0,8%.

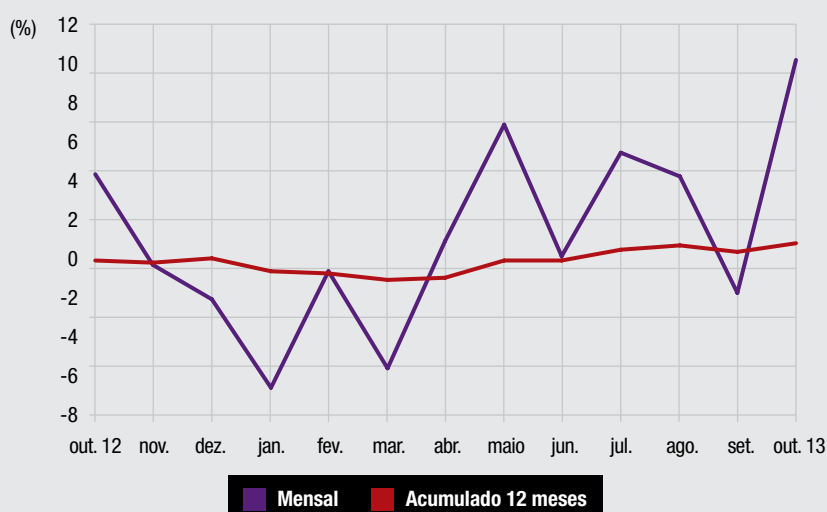


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – out. 2012-out. 2013

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

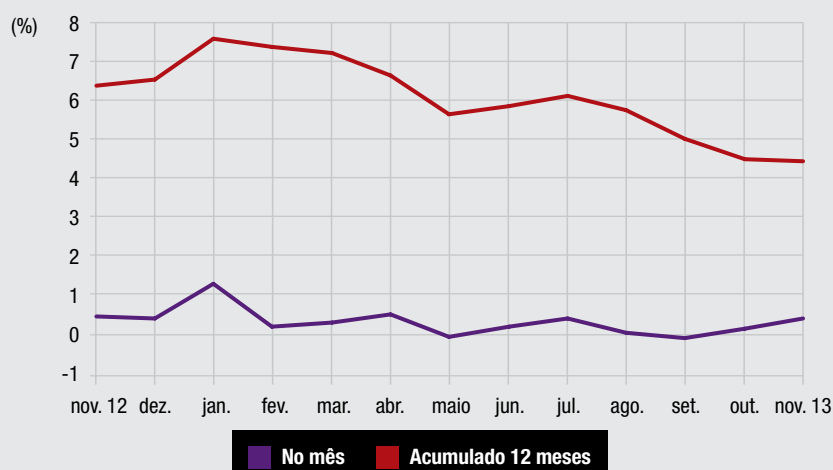
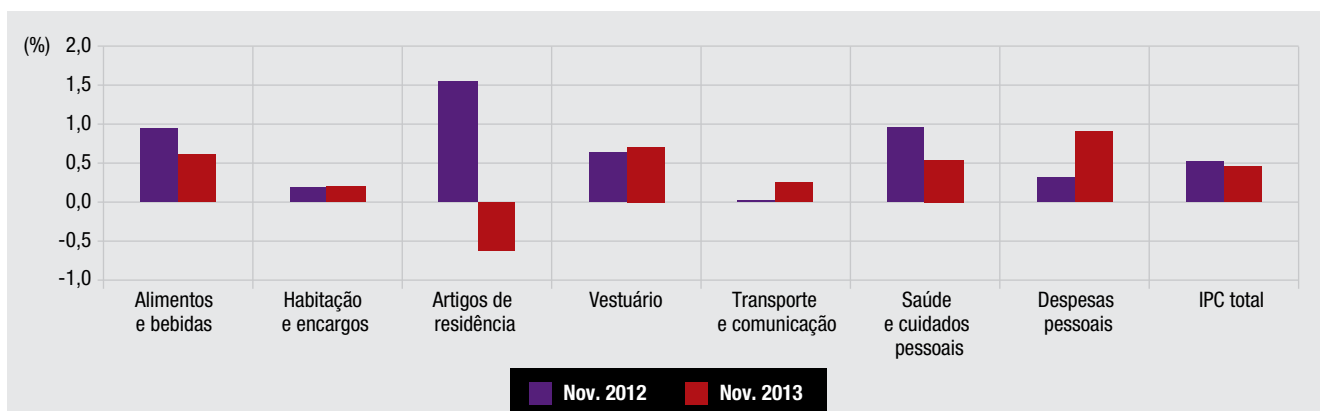


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – nov. 2012-nov. 2013

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

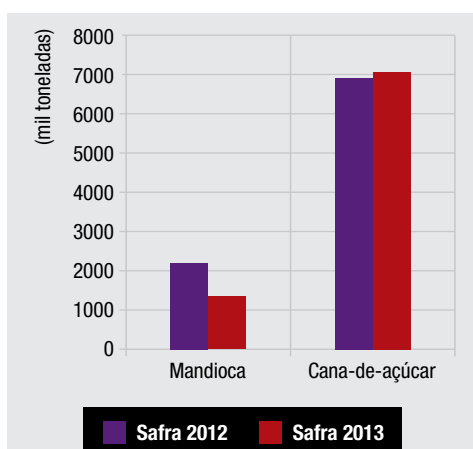
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) de Salvador, divulgado pela SEI, apresentou variação de 0,46% em novembro de 2013, inferior à registrada em novembro de 2012 (0,53%). Os produtos/serviços que tiveram maiores contribuições positivas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram: *Gasolina* (1,91%), *Pacote turístico* (4,45%), *Tomate* (25,11%), *Perfume* (3,31%), *Cerveja fora do domicílio* (2,12%), *Jogos e apostas* (6,76%), *Cruzeiro marítimo* (5,54%), *Motocicleta* (3,11%). No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa atingiu a marca de 4,46%, revelando-se inferior aos 6,37% acumulados até novembro de 2012.

**Gráfico 3****Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – ago. 2012-ago. 2013**

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

Em termos desagregados por grandes grupos, observou-se que as maiores contribuições para o resultado do índice de preços em Salvador, em novembro, decorreram de *Transporte e comunicação* (0,25%), *Alimentos e bebidas* (0,60%) e *Despesas pessoais* (0,91%). Em *Transporte e comunicação* destacou-se a alta de preços em *transporte* (0,32%). No grupo *Alimentos e bebidas* predominou a alta nos preços de *alimentação no domicílio* (0,58%), enquanto no grupo *Despesas pessoais* ocorreu aumento de preços em *educação e leitura* (0,42%).

**Gráfico 4****Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2012/2013**

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em novembro de 2013, a produção de cana-de-açúcar em andamento no estado expandiu 2,4%, enquanto a produção de mandioca caiu -39,7%. Na cultura de mandioca, apesar do baixo desempenho na área plantada e na área colhida, os rendimentos médios expandiram-se 2,9% em relação à safra de 2012.

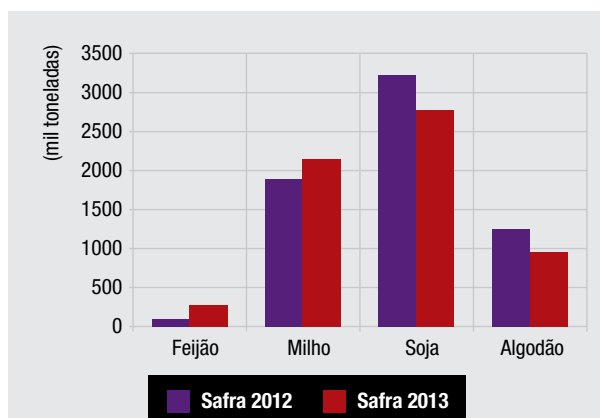


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2012/2013

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativas de expansão na produção para as culturas de feijão (157,1%) e milho (14,0%), e retração nas culturas de soja (-13,5%) e algodão (-24,6%), em relação à safra de 2012. As estimativas para o feijão de área plantada e área colhida cresceram 47,3% e 88,1%, respectivamente, com rendimento médio de 36,7%. Já a cultura de milho apontou acréscimo na área plantada (15,3%) e na área colhida (45,2%), mas com forte retração no rendimento médio (-21,5%). A soja apontou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (9,2%), com rendimento médio negativo de 20,8%. Prontamente, o algodão apontou supressão, tanto na área cultivada (-30,5%), como na área colhida (-24,3%), e estabilidade relativa no rendimento.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram os seguintes resultados: para o cacau, em fase de colheita, constatou-se queda na produção (-1,0%), na área plantada (-1,6%) e na área colhida (-1,4%), e estabilidade relativa no rendimento médio (0,4%); para o café, em fase de colheita, as estimativas apontaram expansão na produção do grão (11,2%), retração na área plantada (-10,8%) e na área colhida (-10,8%) e expansão no rendimento médio (24,7%) em relação à safra de 2012.

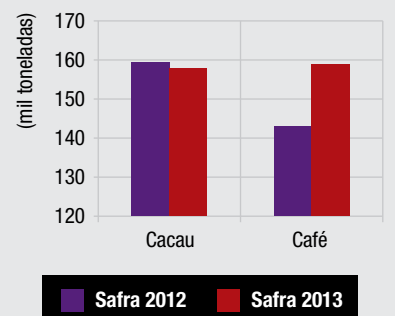


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2012/2013

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

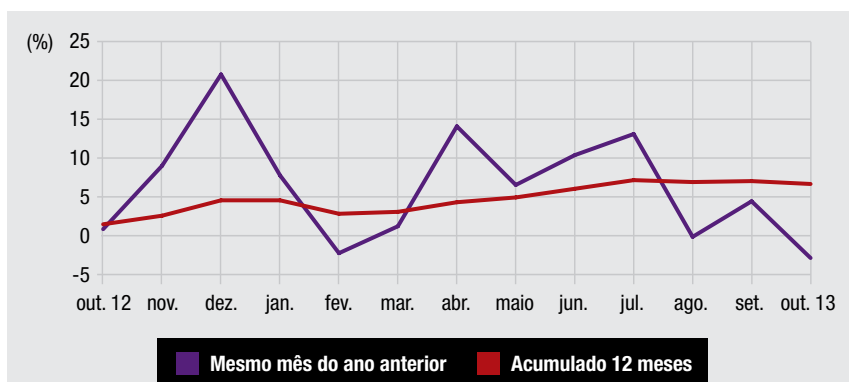


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A produção física da indústria baiana (*Transformação e Extrativa mineral*) teve retração de 2,8% no mês de outubro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, em comparação com igual mês de 2012. O desempenho da produção industrial em outubro foi influenciado, sobretudo, pelo resultado negativo da *Indústria de transformação* (2,9%). Os segmentos que mais influenciaram o indicador mensal foram: *Veículos automotores* (-43,8%), *Produtos químicos* (-15,2%) e *Alimentos e bebidas* (-13,0%). Em contrapartida, impactaram positivamente os segmentos *Refino de petróleo e produção de álcool* (18,5%) e *Metalurgia básica* (7,3%). No acumulado de 12 meses, a produção física da *Indústria de transformação* cresceu 6,6%.

A análise da *Indústria de transformação* apontou, em outubro de 2013, eliminando influências sazonais, variação negativa de 6,1% na comparação com o mês de setembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela retração de 5,0% registrada no segmento de *Celulose, papel e produtos de papel*. Cabe destacar, também, as contribuições negativas observadas em *Alimentos e bebidas* (-6,0%) e *Produtos químicos* (-9,7%). A *Indústria geral* e a *Extrativa mineral* também apontaram retração com variações de -6,2% e 1,7%, respectivamente.

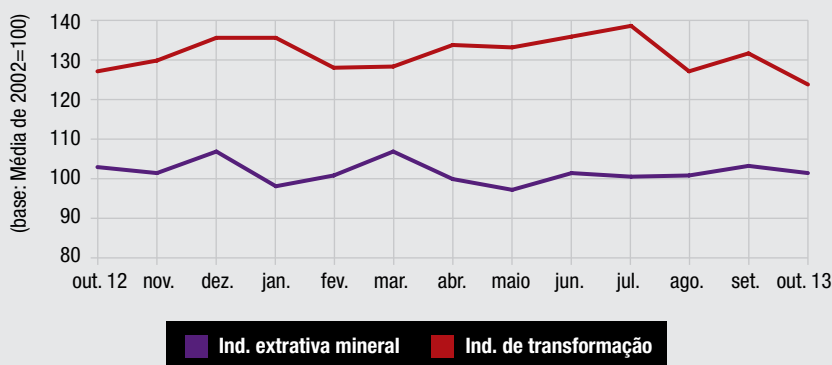


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria
de transformação e extrativa mineral – Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A Indústria de transformação baiana apresentou retração de 6,5% no nível de emprego no mês de outubro de 2013, quando comparado ao mesmo mês de 2012. Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal destacam-se: *Calçados e couro* (-23,5%), *Minerais não metálicos* (-16,0%) e *Madeira* (-14,6%). Entre os que apresentaram contribuição positiva no número de pessoas ocupadas nesse indicador sobressaem-se: *Fumo* (19,1%), *Fabricação de meios de transporte* (7,8%) e *Produtos químicos* (2,6%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apontou variação de -5,6% até outubro, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE.

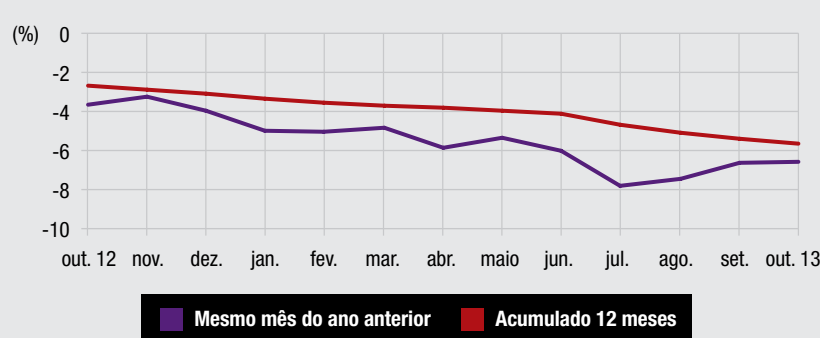


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

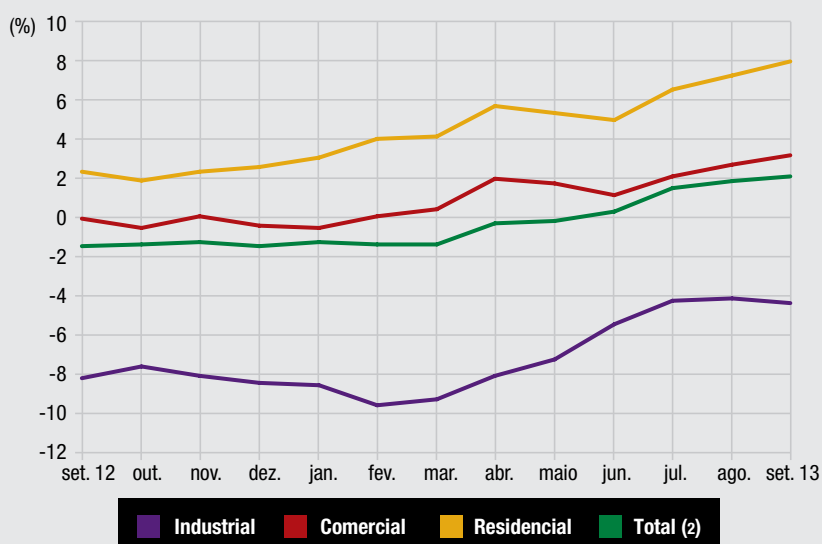


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – set. 2012-set. 2013

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo de energia elétrica no estado cresceu 0,9%, em setembro de 2013, na comparação com o mesmo período de 2012. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica acelerou 2,1%, até setembro. Considerando-se as classes de consumo comercial (3,2%) e residencial (8,0%), observa-se que ambas registraram variações positivas no acumulado dos últimos 12 meses, quando comparadas com igual período de 2012. Seguindo a mesma análise, o consumo de energia elétrica na indústria (que tem participação de 37,0% no consumo total) apresentou decréscimo de 4,4%. Ressalta-se que os dados aqui considerados são apenas os de consumo do mercado cativo, o qual congrega as grandes distribuidoras de energia – Coelba e Chesf –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de outubro de 2013, o *comércio varejista* da Bahia teve aumento de 4,6% no volume de vendas, comparado com igual mês do ano de 2012. O resultado positivo contribuiu para o setor varejista acumular, em 12 meses, taxa de 2,7%, inferior à variação registrada no mesmo período de 2012. O *comércio varejista ampliado*, que inclui os segmentos *Veículos, motos e peças* (1,6%) e *Materiais de construção* (7,0%), registrou acréscimo de 2,6%.

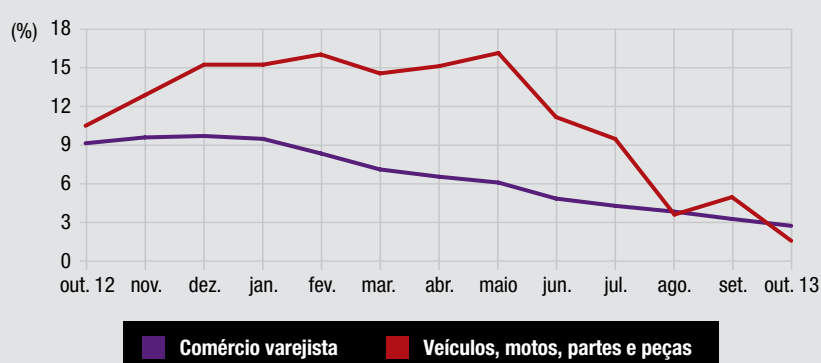


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

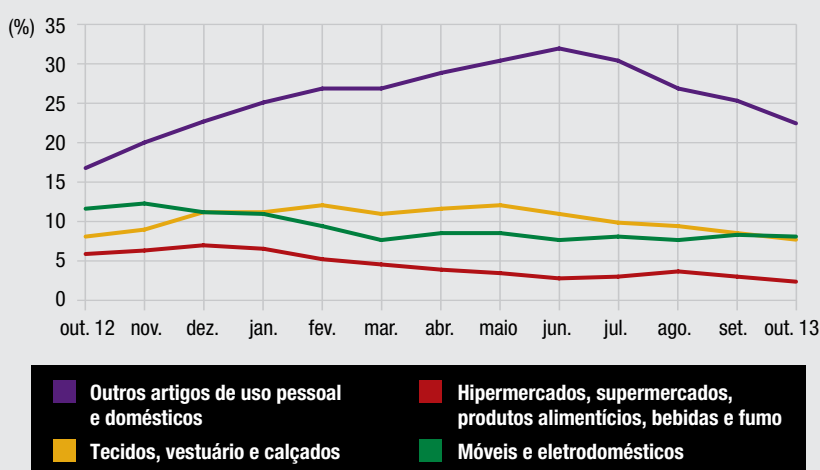


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no *comércio varejista* foram: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,5%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,2%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (11,9%), *Móveis e eletrodomésticos* (8,2%), *Tecidos e vestuários* (7,7%) e *Hipermercados e supermercados* (2,9%). Entre todos os segmentos, o de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 4,3%.

Segundo o Banco Central (Bacen), em novembro de 2013 foram emitidos 175,1 mil cheques sem fundos na Bahia. Este saldo resultou na retração de 11,3% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2012. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses continua demonstrando retração (-7,5%), fruto da aceleração em outras formas de pagamentos, tais como: carnês, cartões de débito e crédito etc.

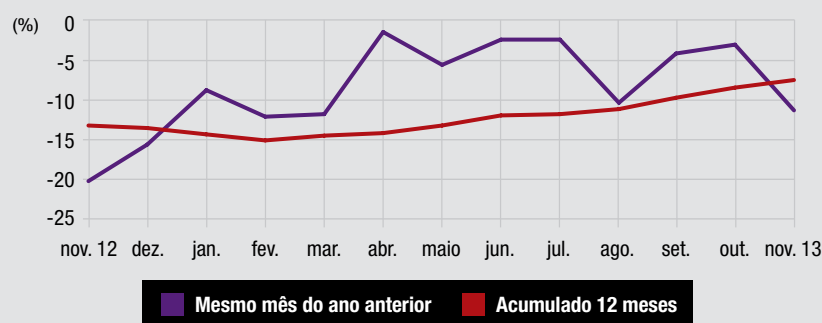


Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – nov. 2012-nov. 2013

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

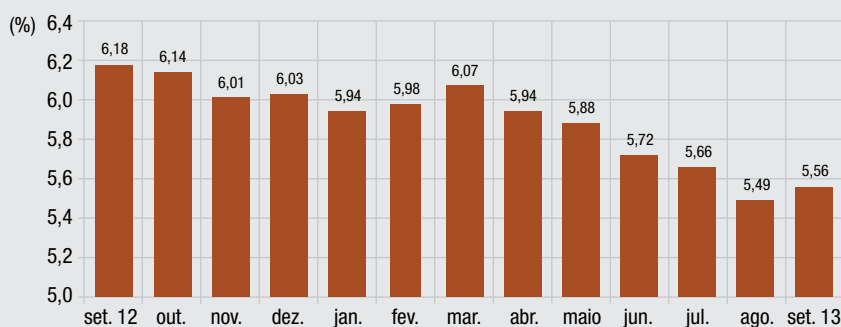


Gráfico 14
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – set. 2012-set. 2013

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em setembro de 2013, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para as pessoas físicas na Bahia cresceu 0,1 p.p., passando de 5,5% em agosto de 2013 para 5,6% em setembro, seguindo uma trajetória média em torno de 5,8% ao longo do ano.

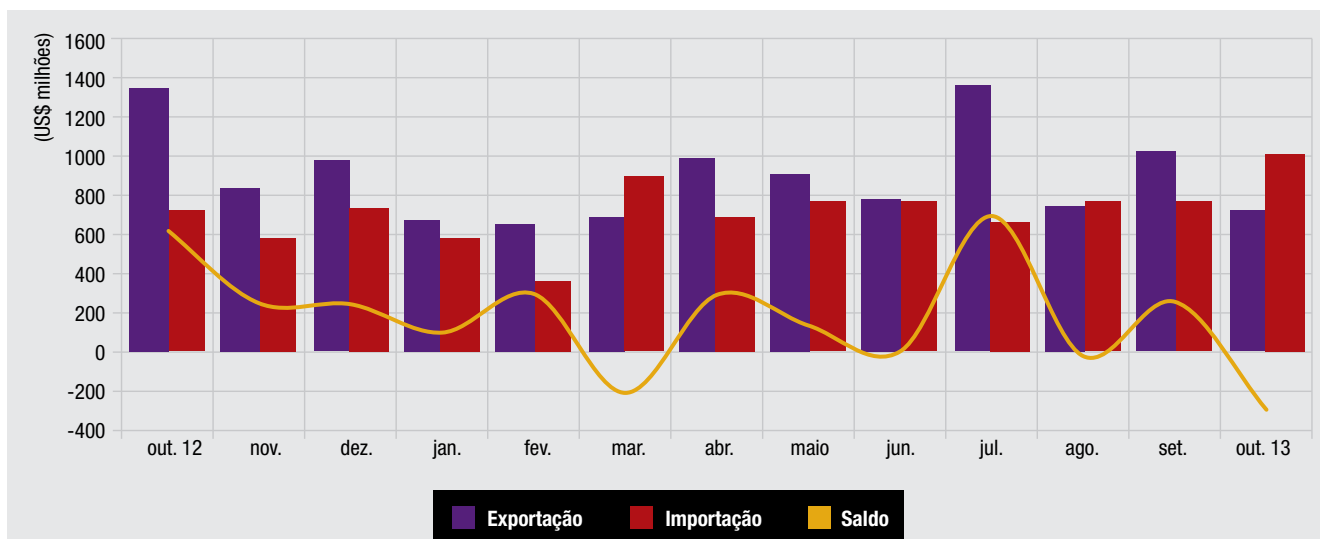


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

As exportações baianas, em outubro, atingiram volume de US\$ 720 milhões, com decréscimo de 46,4%, em comparação ao mês de outubro de 2012. As importações registraram acréscimo de 39,7%, com volume de US\$ 1,014 bilhão. A balança comercial registrou déficit de US\$ 294 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado negativo do indicador mensal, destacam-se, com queda nas vendas, *Soja e derivados* (-6,7%), *Químicos e petroquímicos* (-61,1%), *Petróleo e derivados* (-47,9%) e *Algodão e seus subprodutos* (-55,0%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo, *Papel e celulose* (22,8%), *Metalúrgicos* (94,7%) e *Automotivos* (128,6%). No acumulado dos 12 meses, as exportações diminuíram 9,2%, as importações tiveram alta de 11,4%, e o saldo diminuiu 52,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

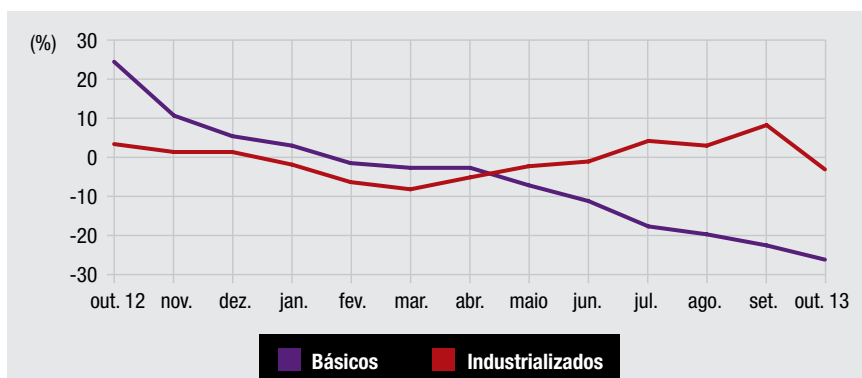


Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado apontaram decréscimos em agosto de 2013, em relação ao mesmo mês de 2012, nas vendas de *produtos básicos* (-45,3%) e *produtos industrializados* (-47,19%). No acumulado dos 12 meses, ambos registraram arrefecimento com variações de 26,2% e 3,3%, respectivamente, quando comparado com igual período de 2012.

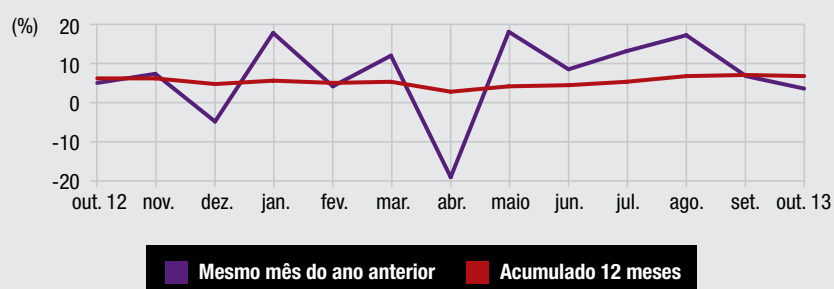


Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda (Sefaz) do estado da Bahia, o principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS, totalizou, em outubro, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, com acréscimo real de 3,5% em relação ao mesmo mês de 2012. O indicador acumulado em 12 meses cresceu 6,7%.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em outubro de 2013, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou retração de 2.419 postos de trabalho. Tal resultado decorreu, principalmente, do decréscimo de vagas nos setores de *Agropecuária* (-1.986), *Construção civil* (-1.955) e *Serviços* (-864). Nos últimos 12 meses ocorreu a criação de 42.387 postos de trabalho, o que correspondeu ao acréscimo de 2,42% em relação ao estoque anterior.

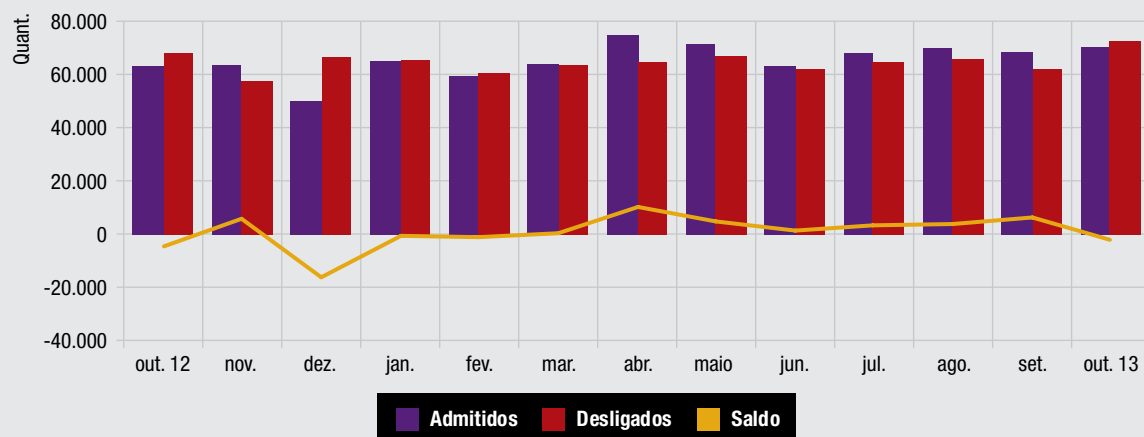


Gráfico 18
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
Notas:
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na RMS, indicaram taxa 17,1% no indicador de desemprego total em outubro de 2013. No mesmo mês de 2012, a taxa de desemprego foi de 18,6%, indicando decréscimo de 1,5 p.p. no período. Com relação ao total de ocupados, ocorreu acréscimo de 1,5% na comparação entre outubro de 2013 e o mesmo mês de 2012. Com relação ao total de ocupados, ocorreu aumento de 1,5% na comparação entre outubro de 2013 e o mesmo mês de 2012. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, o crescimento foi mais significativo nos setores de *Construção* (8,0%) e *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (5,1%) e menos intenso na *Indústria de transformação* (3,0%). Houve declínio em *Serviços* (-0,9%).

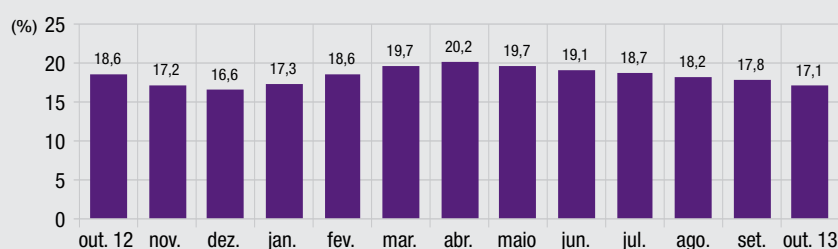


Gráfico 19
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – out. 2012-out. 2013

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

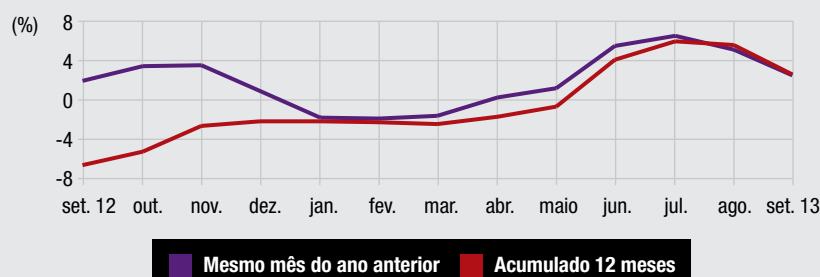
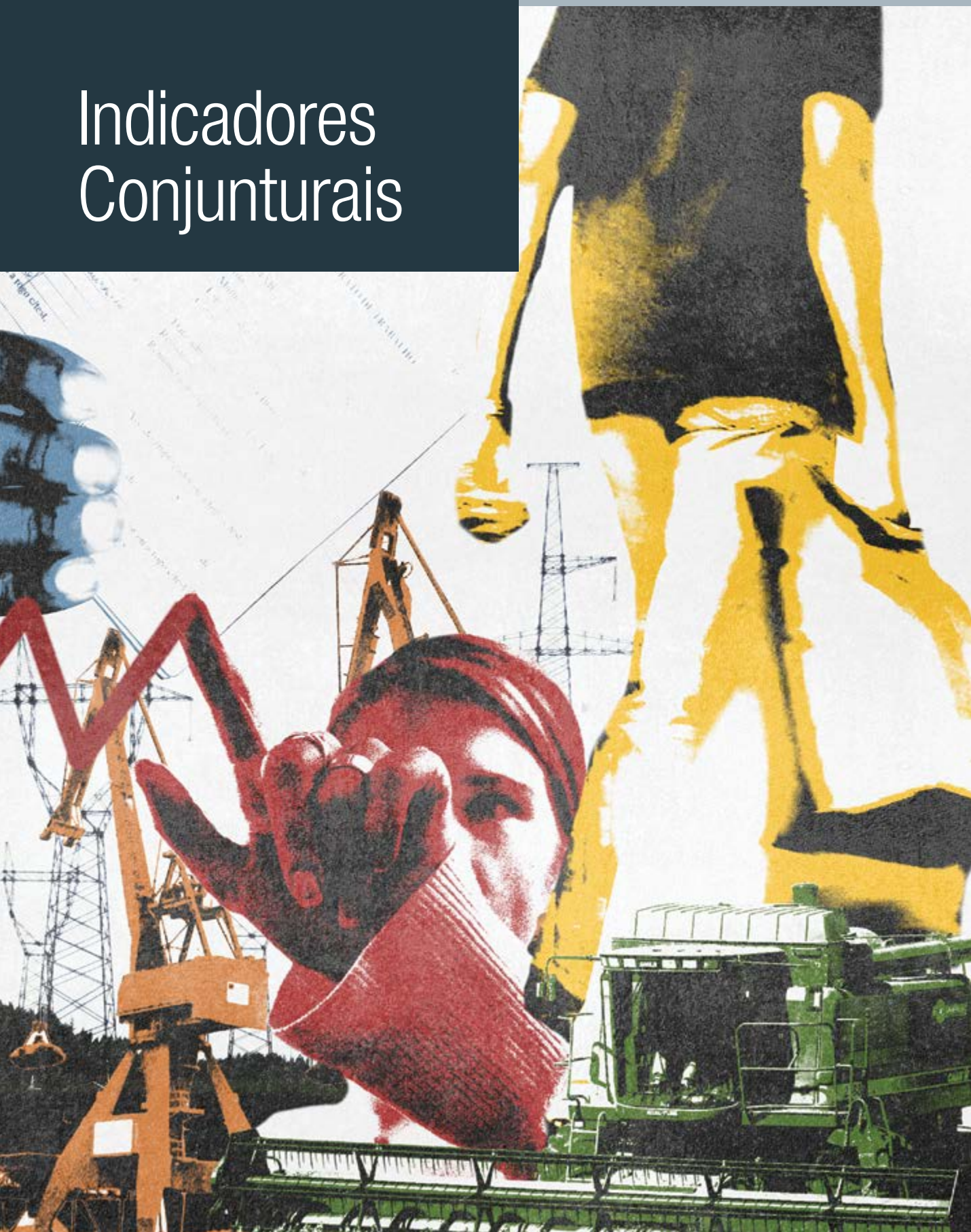


Gráfico 20
Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS
Bahia – set. 2012-set. 2013

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de setembro de 2013 (R\$ 1.133,00), em comparação ao mês de setembro de 2012 (R\$ 1.109,00), apresentou expansão de 2,5%, conforme a PED-RMS. A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada na PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, cresceu 5,5% em setembro, e, no acumulado de 12 meses, a taxa foi de 8,1%.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – nov. 2013

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Nov. 2012	Nov. 2013	No ano (2)	12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,95	0,60	7,16	8,05	161,94	396,51
Habitação e encargos	0,18	0,21	-2,09	-1,97	136,83	938,21
Artigos de residência	1,55	-0,62	3,94	4,47	94,92	218,44
Vestuário	0,64	0,70	2,79	2,82	111,28	199,52
Transporte e comunicação	0,01	0,25	0,28	0,60	113,15	811,43
Saúde e cuidados pessoais	0,96	0,54	8,56	8,81	143,74	481,79
Despesas pessoais	0,32	0,91	6,81	7,47	151,38	597,13
Geral	0,53	0,46	4,01	4,46	134,47	452,07

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 – 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – nov. 2013

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	218,71	-1,73	7,18	6,36	35,06
Belém	296,05	0,97	9,01	9,56	47,46
Belo Horizonte	310,84	2,67	6,86	9,91	49,83
Brasília	286,35	0,78	3,77	7,31	45,91
Curitiba	297,71	0,32	9,73	9,92	47,73
Campo Grande	287,50	0,34	9,44	10,39	46,09
Florianópolis	296,07	2,67	2,08	4,37	47,47
Fortaleza	269,28	3,47	6,53	10,11	43,17
Goiânia	254,44	-3,06	-3,32	6,94	40,79
João Pessoa	257,16	1,06	8,12	9,27	41,23
Manaus	307,39	2,26	5,90	7,91	49,28
Natal	271,93	2,28	13,47	10,35	43,60
Porto Alegre	328,72	1,18	11,67	14,60	52,70
Recife	268,34	-0,69	7,79	8,18	43,02
Salvador	259,93	1,23	14,45	17,89	41,67
São Paulo	325,56	1,38	6,78	8,79	52,19
Rio de Janeiro	316,88	1,27	12,44	16,46	50,80
Vitória	321,41	2,43	10,49	8,84	51,53

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2012	2013 (2)	Variação (%)	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	117.090	72.290	-38,3	8.402	4.410	-47,5
Algodão herbáceo	1.256.090	947.399	-24,6	432.562	300.818	-30,5
Alho	7.959	7.579	-4,8	635	616	-3,0
Amendoim	6.295	3.185	-49,4	6.154	2.995	-51,3
Arroz total	24.455	12.842	-47,5	14.970	8.528	-43,0
Batata-inglesa	50.010	78.930	57,8	1.446	2.035	40,7
Cana-de-açúcar	6.894.350	7.060.910	2,4	120.940	126.023	4,2
Cebola	217.352	120.623	-44,5	7.494	4.888	-34,8
Feijão total	106.653	274.217	157,1	319.456	470.703	47,3
Feijão 1ª safra	38.812	51.555	32,8	199.928	207.232	3,7
Feijão 2ª safra	67.841	222.662	228,2	119.528	263.471	120,4
Fumo	3.000	3.201	6,7	3.494	3.339	-4,4
Mamona	20.329	10.857	-46,6	74.627	68.872	-7,7
Mandioca	2.202.156	1.328.208	-39,7	386.818	201.402	-47,9
Milho total	1.882.938	2.145.968	14,0	589.945	680.176	15,3
Milho 1ª safra	1.747.927	1.449.315	-17,1	424.038	376.098	-11,3
Milho 2ª safra	135.011	696.653	416,0	165.907	304.078	83,3
Soja	3.212.789	2.779.347	-13,5	1.112.627	1.214.937	9,2
Sorgo granífero	31.981	30.839	-3,6	88.350	88.974	0,7
Tomate	179.707	196.360	9,3	4.447	4.030	-9,4
Pernamentes						
Banana (4)	1.081.126	1.262.845	16,8	75.122	81.843	8,9
Cacau	159.432	157.830	-1,0	540.383	531.903	-1,6
Café total	143.107	159.192	11,2	170.774	152.402	-10,8
Café arábica	94.955	107.621	13,3	129.435	110.307	-14,8
Café cenephora	48.152	51.571	7,1	41.339	42.095	1,8
Castanha-de-cajú	1.410	4.324	206,7	27.764	23.457	-15,5
Coco-da-baía (3)	589.759	621.912	5,5	81.181	78.866	-2,9
Guaraná	2.682	2.672	-0,4	6.922	6.669	-3,7
Laranja (4)	1.036.796	1.017.617	-1,8	77.559	65.696	-15,3
Pimenta-do-reino	4.008	4.075	1,7	1.872	1.822	-2,7
Sisal	77.978	119.820	53,7	283.378	235.070	-17,0
Uva	62.292	51.055	-18,0	2.624	2.368	-9,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal – 2012

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), novembro de 2013 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.417	3.659	-32,5	21.615	19.757	-8,6
Algodão herbáceo	396.146	299.777	-24,3	3.171	3.160	-0,3
Alho	635	616	-3,0	12.534	12.304	-1,8
Amendoim	6.154	2.995	-51,3	1.023	1.063	4,0
Arroz total	14.418	8.528	-40,9	1.696	1.506	-11,2
Batata-inglesa	1.446	2.035	40,7	34.585	38.786	12,1
Cana-de-açúcar	117.910	114.975	-2,5	58.471	61.413	5,0
Cebola	7.474	4.888	-34,6	29.081	24.677	-15,1
Feijão total	209.400	393.900	88,1	509	696	36,7
Feijão 1ª safra	119.980	150.047	25,1	323	344	6,2
Feijão 2ª safra	89.420	243.853	172,7	759	913	20,4
Fumo	3.464	3.339	-3,6	866	959	10,7
Mamona	50.981	37.340	-26,8	399	291	-27,1
Mandioca	221.989	130.057	-41,4	9.920	10.213	2,9
Milho total	403.926	586.453	45,2	4.662	3.659	-21,5
Milho 1ª safra	314.710	293.426	-6,8	5.554	4.939	-11,1
Milho 2ª safra	89.216	293.027	228,4	1.513	2.377	57,1
Soja	1.112.627	1.214.937	9,2	2.888	2.288	-20,8
Sorgo granífero	54.115	82.643	52,7	591	373	-36,9
Tomate	4.405	4.030	-8,5	40.796	48.725	19,4
Pernamentes						
Banana (4)	72.080	78.644	9,1	14.999	16.058	7,1
Cacau	532.074	524.611	-1,4	300	301	0,4
Café total	159.616	142.368	-10,8	897	1.118	24,7
Café arábica	124.418	105.827	-14,9	763	1.017	33,2
Café cenephora	35.198	36.541	3,8	1.368	1.411	3,2
Castanha-de-cajú	27.180	23.092	-15,0	52	187	261,0
Coco-da-baía (3)	76.422	78.246	2,4	7.717	7.948	3,0
Guaraná	6.669	6.669	0,0	402	401	-0,4
Laranja (4)	65.124	65.696	0,9	15.920	15.490	-2,7
Pimenta-do-reino	1.732	1.767	2,0	2.314	2.306	-0,3
Sisal	233.752	211.696	-9,4	334	566	69,7
Uva	2.484	2.330	-6,2	25.077	21.912	-12,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal – 2012.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), novembro de 2013 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – out. 2013

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Indústria geral	-2,8	4,9	6,3
Extrativa mineral	-1,4	-0,2	1,0
Indústria de transformação	-2,9	5,1	6,6
Alimentos e bebidas	-13,0	-7,1	-6,9
Celulose, papel e produtos de papel	-4,4	3,4	4,4
Refino de petróleo e álcool	18,5	15,8	19,4
Produtos químicos	-15,2	-1,3	1,3
Borracha e plástico	-0,8	8,1	8,7
Minerais não metálicos	6,3	0,0	0,0
Metalurgia básica	7,3	27,3	22,4
Veículos automotores	-43,8	23,0	26,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – out. 2012-out. 2013

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Outubro 2012	0,9	2,6	1,5
Novembro	9,1	3,1	2,5
Dezembro	20,7	4,5	4,5
Janeiro	7,8	7,8	4,6
Fevereiro	-2,3	2,8	2,9
Março	1,2	2,3	3,0
Abril	14,1	5,1	4,3
Maio	6,6	5,4	4,9
Junho	10,4	6,3	6,1
Julho	13,1	7,3	7,1
Agosto	-0,2	6,3	6,9
Setembro	4,4	6,1	7,0
Outubro 2013	-2,9	5,1	6,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – set. 2013

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	1,0	2,5	7,0	7,5
Residencial	-2,4	10,9	10,4	8,0
Industrial (1)	1,2	-8,6	-3,3	-4,4
Comercial	-0,1	5,1	5,3	3,2
Utilidades públicas (2)	-1,9	8,0	0,4	0,0
Setor público	0,4	1,1	21,6	18,7
Concessionária	7,5	6,6	6,7	3,6
Total	-0,5	0,9	3,6	2,1

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – out. 2013

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	4,6	1,9	2,7
Combustíveis e lubrificantes	5,4	-11,6	-11,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,8	1,1	2,4
Hipermercados e supermercados	3,4	4,1	5,5
Tecidos, vestuário e calçados	1,08	4,9	7,7
Móveis e eletrodomésticos	15,2	9,5	8,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,6	14,2	12,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	22,5	13,7	11,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-25,6	-12,3	-4,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,4	21,0	22,5
Comércio varejista ampliado	1,9	1,4	2,6
Veículos, motos, partes e peças	-7,5	-1,4	1,6
Material de construção	19,0	8,0	7,0

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – nov. 2012-nov. 2013

(%)

Períodos	Quantidade				Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)
Novembro 2012	-11,8	-18,9	-16,3	-16,3	-12,5	-10,2	-10,0
Dezembro	-1,3	-20,1	-16,6	-16,6	-14,1	-10,5	-10,5
Janeiro 2013	10,9	-14,5	-14,5	-17,3	-6,8	-6,8	-11,2
Fevereiro	-20,2	-21,5	-17,7	-17,9	-15,3	-10,7	-11,7
Março	7,2	-21,4	-18,9	-18,7	-14,6	-12,1	-12,5
Abril	11,4	-8,3	-16,4	-18,8	0,0	-9,1	-12,3
Maió	-5,5	-8,6	-14,9	-17,6	-1,9	-7,8	-11,0
Junho	-9,2	-8,8	-14,0	-16,7	-1,8	-6,9	-9,9
Julho	17,3	-5,5	-12,8	-16,4	2,9	-5,5	-9,3
Agosto	-8,3	-10,4	-12,6	-15,1	-4,4	-5,4	-8,1
Setembro	-3,0	0,3	-11,3	-13,0	5,6	-4,3	-6,0
Outubro	10,5	-8,9	-11,1	-12,6	0,6	-3,8	-5,5
Novembro 2013	-12,0	-9,2	-10,9	-11,8	-0,3	-3,5	-4,5

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-out. 2012/2013

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2012	2013			
Papel e celulose	1.390.012	1.423.303	2,40	16,68	-1,86
Químicos e petroquímicos	1.500.380	1.333.680	-11,11	15,63	5,34
Petróleo e derivados	1.741.304	1.229.206	-29,41	14,41	-7,63
Soja e derivados	1.330.207	1.184.123	-10,98	13,88	0,61
Metalúrgicos	440.672	702.251	59,36	8,23	34,37
Automotivo	300.864	617.080	105,10	7,23	19,84
Embarcações e est. flutuantes	381.773	380.462	-0,34	4,46	-0,34
Metais preciosos	381.610	287.858	-24,57	3,37	-54,79
Algodão e seus subprodutos	592.940	253.151	-57,31	2,97	-5,41
Borracha e suas obras	289.430	230.959	-20,20	2,71	-0,07
Cacau e derivados	209.649	155.723	-25,72	1,83	-16,98
Frutas e suas preparações	103.963	114.886	10,51	1,35	11,62
Couros e peles	111.406	110.390	-0,91	1,29	2,09
Café e especiarias	126.119	74.597	-40,85	0,87	0,49
Calçados e suas partes	73.387	63.655	-13,26	0,75	-14,79
Sisal e derivados	64.622	56.470	-12,62	0,66	4,13
Máqs., apars. e mat. elétricos	56.893	48.718	-14,37	0,57	10,31
Minerais	124.343	48.536	-60,97	0,57	-34,09
Milho e derivados	60.212	40.609	-32,56	0,48	-4,33
Fumo e derivados	31.141	22.350	-28,23	0,26	32,98
Móveis e semelhantes	6.075	484	-92,03	0,01	52,10
Demais segmentos	138.349	153.981	11,30	1,80	4,21
Total	9.455.350	8.532.471	-9,76	100,00	2,93

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 12/11/2013.

Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-out. 2012/2013

Países	Pest (ton)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2012	2013		2012	2013		
China	1.690.080	1.901.829	12,53	1.270.186	1.500.032	18,10	17,58
Países Baixos (Holanda)	863.617	1.493.052	72,88	1.075.851	1.338.078	24,37	15,68
Argentina	382.241	628.769	64,50	865.503	1.171.521	35,36	13,73
Estados Unidos	1.043.427	740.891	-28,99	1.161.492	949.158	-18,28	11,12
Antilhas Holandesas	1.374.134	817.922	-40,48	910.261	498.278	-45,26	5,84
Alemanha	716.385	480.613	-32,91	450.493	348.932	-22,54	4,09
México	87.973	116.175	32,06	159.299	230.961	44,99	2,71
Bélgica	377.442	335.432	-11,13	245.119	194.456	-20,67	2,28
Colômbia	127.541	92.980	-27,10	139.701	186.057	33,18	2,18
Espanha	199.866	269.441	34,81	144.528	178.287	23,36	2,09
Itália	350.330	197.435	-43,64	243.705	161.286	-33,82	1,89
França	322.544	238.845	-25,95	189.111	137.617	-27,23	1,61
Coréia do Sul	90.480	94.938	4,93	178.978	133.795	-25,24	1,57
Canadá	9.012	6.018	-33,23	159.292	126.929	-20,32	1,49
Japão	205.228	139.854	-31,85	163.066	111.143	-31,84	1,30
Indonésia	81.213	52.745	-35,05	149.720	100.784	-32,68	1,18
Cingapura	428.337	130.816	-69,46	287.506	87.208	-69,67	1,02
Chile	55.586	40.620	-26,93	99.528	82.378	-17,23	0,97
Suíça	1.182	6.805	475,51	130.141	73.135	-43,80	0,86
Taiwan (Formosa)	61.735	98.295	59,22	69.414	70.186	1,11	0,82
Venezuela	23.278	14.885	-36,05	110.989	56.674	-48,94	0,66
Uruguai	67.273	46.113	-31,45	73.508	55.042	-25,12	0,65
Hong Kong	32.150	38.625	20,14	33.689	48.597	44,25	0,57
Finlândia	67.682	48.757	-27,96	109.728	48.403	-55,89	0,57
Peru	20.375	20.305	-0,34	38.022	46.720	22,88	0,55
Reino Unido	35.923	52.323	45,65	77.611	45.113	-41,87	0,53
Arábia Saudita	1.671	67.794	3.956,74	2.676	40.774	1.423,82	0,48
Costa Rica	7.089	5.260	-25,79	44.393	31.768	-28,44	0,37
Índia	12.137	11.649	-4,02	11.259	28.722	155,11	0,34
Equador	16.117	36.226	124,77	26.199	28.599	9,16	0,34
Demais países	1.099.080	411.188	-62,59	834.381	421.838	-49,44	4,94
Total	9.851.128	8.636.598	-12,33	9.455.350	8.532.471	-9,76	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 12/11/2013.

Elaboração: SEI/CAC.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-out. 2013

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2012	1.761	117,6	1.497	136,2	264	66,3	1.286	134,2	57,8	15,0	3.509
Fevereiro	1.788	119,4	1.505	136,9	283	71,1	1.263	131,8	58,6	15,8	3.513
Março	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517
Abril	1.778	118,8	1.467	133,5	311	78,1	1.283	133,9	58,1	17,5	3.521
Maio	1.803	120,4	1.486	135,2	317	79,6	1.263	131,8	58,8	17,6	3.525
Junho	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529
Julho	1.842	123,0	1.514	137,8	328	82,4	1.233	128,7	59,9	17,8	3.533
Agosto	1.854	123,8	1.505	136,9	349	87,7	1.226	128,0	60,2	18,8	3.537
Setembro	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541
Outubro	1.887	126,1	1.536	139,8	351	88,2	1.201	125,4	61,1	18,6	3.545
Novembro	1.887	126,1	1.562	142,1	325	81,7	1.206	125,9	61,0	17,2	3.549
Dezembro	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	1.233	128,7	60,2	16,6	3.553
Janeiro 2013	1.880	125,6	1.555	141,5	325	81,7	1.222	127,6	60,6	17,3	3.557
Fevereiro	1.864	124,5	1.517	138,0	347	87,2	1.243	129,7	60,0	18,6	3.561
Março	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
Abril	1.845	123,2	1.472	133,9	373	93,7	1.272	132,8	59,2	20,2	3.569
Maio	1.835	122,6	1.473	134,0	362	91,0	1.286	134,2	58,8	19,7	3.573
Junho	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
Julho	1.844	123,2	1.499	136,4	345	86,7	1.287	134,3	58,9	18,7	3.581
Agosto	1.872	125,1	1.531	139,3	341	85,7	1.264	131,9	59,7	18,2	3.585
Setembro	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589
Outubro	1.881	125,7	1.559	141,9	322	80,9	1.264	131,9	59,8	17,1	3.593
Variação mensal (%) Out. 2013/set. 2013	-0,6		0,2		-4,5		1,4		-0,8	-3,9	
Variação no ano (%) Out. 2013/dez. 2012	0,9		0,3		3,9		2,5		-0,7	3,0	
Variação anual (%) Out. 2013/out. 2012	-0,3		1,5		-8,3		5,2		-2,1	-8,1	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-out. 2013 (%)

Trimestres	Taxas de Desemprego, por Tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2012	15,0	10,3	4,7	3,4	1,3	14,5	9,9	4,7	17,0	12,1	(i)
Fevereiro	15,8	10,9	4,9	3,6	1,3	15,3	10,5	4,9	17,5	12,5	(i)
Março	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3	17,2	11,3	5,9	17,6	13,1	(i)
Abril	17,5	11,8	5,7	4,4	1,3	17,1	11,1	6,1	18,7	14,4	(i)
Maio	17,6	12,0	5,6	4,2	1,4	17,1	11,3	5,9	19,1	14,5	(i)
Julho	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5	17,1	11,4	5,7	20,5	14,8	5,7
Julho	17,8	12,4	5,5	4,1	1,4	17,1	11,8	5,3	20,4	14,5	6,0
Agosto	18,8	13,0	5,9	4,5	1,4	18,2	12,2	6,0	21,0	15,5	5,5
Setembro	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3	17,9	12,2	5,7	22,6	16,3	6,3
Outubro	18,6	12,7	5,9	4,6	1,3	17,6	11,7	5,9	22,0	16,2	5,9
Novembro	17,2	11,7	5,5	4,4	(i)	16,3	11,0	5,3	20,5	14,5	6,0
Dezembro	16,6	11,4	5,2	4,3	(i)	16,0	10,7	5,3	18,8	13,8	(i)
Janeiro 2013	17,3	11,6	5,7	4,8	(i)	16,2	10,7	5,5	21,1	14,4	6,7
Fevereiro	18,6	12,5	6,1	5,0	(i)	17,2	11,3	5,8	23,7	16,8	6,9
Março	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3	18,3	12,4	6,0	25,5	17,6	7,9
Abril	20,2	14,5	5,7	4,4	1,3	19,2	13,6	5,6	24,3	18,2	(i)
Maio	19,7	14,6	5,0	3,9	(i)	18,2	13,5	4,7	25,3	19,1	6,3
Junho	19,1	14,1	5,0	3,9	(i)	17,5	12,5	5,0	25,2	20,1	(i)
Julho	18,7	13,4	5,4	4,4	(i)	16,9	11,8	5,2	25,5	19,3	6,1
Agosto	18,2	12,9	5,4	4,4	(i)	17,1	11,8	5,3	22,5	16,9	5,6
Setembro	17,8	12,8	5,0	4,0	(i)	16,6	12,0	4,6	22,2	15,9	6,3
Outubro	17,1	12,5	4,6	3,6	(i)	16,4	11,8	4,6	20,0	15,2	(i)
Variação mensal											
Out. 2013/set. 2013	-3,9	-2,3	-8,0	-10,0	–	-1,2	-1,7	0,0	-9,9	-4,4	–
Variação no ano											
Out. 2013/dez. 2012	3,0	9,6	-11,5	-16,3	–	2,5	10,3	-13,2	6,4	10,1	–
Variação anual											
Out. 2013/out. 2012	-8,1	-1,6	-22,0	-21,7	–	-6,8	0,9	-22,0	-9,1	-6,2	–

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(i) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan.2012-out. 2013

(%)

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar							
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços			
					Total (5)	Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (6)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (7)	Serviços domésticos (8)
Janeiro 2012	100,0	8,7	10,0	19,6	59,3	17,7	13,8	8,9
Fevereiro	100,0	8,5	10,0	19,4	59,5	18,1	13,6	8,8
Março	100,0	8,3	9,9	19,1	59,8	18,4	13,4	8,7
Abril	100,0	8,7	10,0	18,9	59,4	18,6	13,2	8,5
Maio	100,0	8,8	9,7	19,2	59,7	17,9	13,8	8,4
Junho	100,0	9,0	9,8	19,2	59,3	17,7	14,0	8,5
Julho	100,0	8,7	9,7	19,2	59,6	17,4	14,2	8,6
Agosto	100,0	8,7	9,4	19,2	59,7	17,6	14,1	8,3
Setembro	100,0	8,6	8,8	19,1	60,7	17,9	14,2	8,2
Outubro	100,0	8,6	8,9	19,2	60,6	18,0	14,0	8,0
Novembro	100,0	8,4	9,5	18,9	60,8	17,9	14,3	8,1
Dezembro	100,0	8,8	9,6	19,0	60,1	17,8	14,0	7,9
Janeiro 2013	100,0	8,9	9,3	19,4	59,9	17,5	13,9	7,8
Fevereiro	100,0	9,0	9,2	20,3	58,9	17,2	13,4	7,9
Março	100,0	8,2	9,2	20,5	59,2	17,6	13,4	8,2
Abril	100,0	7,9	9,7	20,0	59,6	18,2	13,5	7,9
Maio	100,0	8,3	9,8	19,5	59,5	18,4	12,8	8,1
Junho	100,0	8,9	9,4	18,5	60,3	18,1	12,8	8,4
Julho	100,0	8,8	9,3	18,1	60,9	18,6	12,4	8,6
Agosto	100,0	8,6	9,2	18,3	60,9	18,4	13,1	8,5
Setembro	100,0	8,3	9,4	19,5	60,1	18,4	13,2	7,9
Outubro	100,0	8,7	9,5	19,9	59,2	17,7	13,4	8,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). Serviços de Transporte, armazenagem e Correio (Seção H da CNAE 2.0 domiciliar). Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar). Atividades administrativas e serviços complementares (Seção N da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-out. 2013

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2012	65,5	46,8	8,4	10,4	21,4	19,6	1,8	2,6	8,9	1,6
Fevereiro	65,9	46,8	8,4	10,7	21,2	19,6	1,7	2,5	8,8	1,6
Março	67,0	48,1	8,3	10,4	20,6	19,1	1,5	2,4	8,7	1,3
Abril	67,9	49,6	8,2	10,1	20,0	18,4	1,7	2,3	8,5	(3)
Maio	68,3	50,5	8,0	9,7	19,7	18,0	1,7	2,2	8,4	1,4
Junho	67,7	50,1	8,0	9,5	20,3	18,5	1,9	2,1	8,5	1,4
Julho	67,3	49,3	8,1	9,9	20,5	18,8	1,7	2,2	8,6	1,4
Agosto	66,2	48,3	8,0	9,9	21,6	19,6	2,0	2,2	8,3	1,7
Setembro	66,6	48,0	8,5	10,1	21,3	19,3	1,9	2,3	8,2	1,6
Outubro	66,9	47,9	8,6	10,4	20,8	19,0	1,8	2,4	8,0	1,9
Novembro	67,8	48,7	8,6	10,6	20,3	18,7	1,5	2,5	8,1	1,3
Dezembro	68,4	49,8	8,1	10,6	19,7	18,4	(3)	2,6	7,9	1,4
Janeiro 2013	68,4	50,6	7,8	9,9	19,9	18,5	1,4	2,7	7,8	(3)
Fevereiro	67,9	50,9	7,6	9,4	20,0	18,5	1,5	2,7	7,9	1,5
Março	68,0	50,6	7,9	9,4	19,8	18,2	1,6	2,5	8,2	1,5
Abril	68,7	51,2	7,9	9,6	19,7	18,3	(3)	2,3	7,9	(3)
Maio	68,5	51,4	7,7	9,4	20,0	18,7	(3)	2,2	8,1	(3)
Junho	67,6	50,6	7,7	9,3	20,8	19,4	(3)	2,1	8,4	(3)
Julho	66,3	48,8	8,0	9,5	21,1	19,5	1,7	2,5	8,6	(3)
Agosto	66,8	48,6	8,3	10,0	20,6	18,9	1,7	2,6	8,5	1,5
Setembro	67,2	49,3	8,3	9,5	20,7	19,1	1,6	2,8	7,9	1,4
Outubro	67,6	50,4	7,9	9,3	20,6	19,2	1,4	2,5	8,0	1,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-set. 2013

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2012	1.127	98,4	1.249	98,6	818	105,6
Fevereiro	1.121	97,9	1.232	97,3	820	105,8
Março	1.108	96,8	1.218	96,1	794	102,4
Abril	1.090	95,2	1.198	94,6	802	103,5
Maio	1.081	94,4	1.195	94,3	797	102,8
Junho	1.093	95,4	1.194	94,2	853	110,1
Julho	1.102	96,2	1.203	95,0	859	110,9
Agosto	1.115	97,4	1.212	95,7	861	111,0
Setembro	1.109	96,8	1.213	95,7	832	107,4
Outubro	1.109	96,9	1.214	95,9	817	105,5
Novembro	1.128	98,5	1.236	97,6	830	107,1
Dezembro	1.122	98,0	1.224	96,7	832	107,4
Janeiro 2013	1.121	98	1.218	96	841	109
Fevereiro	1.112	97	1.211	96	841	109
Março	1.104	96	1.207	95	804	104
Abril	1.096	96	1.205	95	815	105
Maio	1.099	96	1.206	95	856	110
Junho	1.140	100	1.252	99	897	116
Julho	1.160	101	1.271	100	894	115
Agosto	1.166	102	1.268	100	908	117
Setembro	1.133	99	1.233	97	890	115
Variação mensal (%)						
Set. 2013/ago. 2013		-2,8		-2,7		-2,0
Variação no ano (%)						
Set. 2013/dez. 2012		0,9		0,6		6,8
Variação anual (%)						
Set. 2013/set. 2012		2,0		1,6		6,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclui os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de junho – 2012.

(4) Base: Média de 2000 = 100

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-set. 2013

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2012	1.127	(3)	707	798	1.142	2.741
Fevereiro	1.121	(3)	720	817	1.146	2.677
Março	1.108	(3)	735	823	1.113	2.715
Abril	1.090	(3)	731	827	1.082	2.612
Maio	1.081	542	713	803	1.093	2.675
Junho	1.093	534	720	814	1.122	2.644
Julho	1.102	534	727	817	1.145	2.730
Agosto	1.115	576	741	824	1.125	2.703
Setembro	1.109	(3)	731	811	1.110	2.745
Outubro	1.109	(3)	717	805	1.110	2.717
Novembro	1.128	(3)	716	802	1.130	2.753
Dezembro	1.122	(3)	728	807	1.129	2.701
Janeiro 2013	1.121	(3)	742	820	1.119	2.735
Fevereiro	1.112	(3)	724	820	1.122	2.746
Março	1.104	(3)	707	826	1.109	2.693
Abril	1.096	(3)	700	820	1.112	2.562
Maio	1.099	(3)	734	824	1.112	2.486
Junho	1.140	(3)	757	838	1.139	2.520
Julho	1.160	(3)	780	849	1.157	2.612
Agosto	1.166	(3)	767	859	1.154	2.707
Setembro	1.133	636	773	859	1.135	2.577
Variação mensal (%)						
Set. 2013/ago. 2013	-2,8	–	0,8	-0,1	-1,6	-4,8
Variação no ano (%)						
Set. 2013/dez. 2012	0,9	–	6,1	6,3	0,4	-4,7
Variação anual (%)						
Set. 2013/set. 2012	2,0	–	5,6	5,8	2,2	-6,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC–SEI; valores em reais de março de 2013.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-set. 2013

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não- assinada	
Janeiro 2012	1.249	1.096	1.348	920	1.059	1.168	681	2.097
Fevereiro	1.232	1.091	1.346	905	1.055	1.161	680	2.068
Março	1.218	1.093	1.402	904	1.039	1.155	714	2.002
Abril	1.198	1.086	1.397	914	1.049	1.147	716	1.951
Maio	1.195	1.080	1.510	912	1.025	1.145	685	1.986
Junho	1.194	1.075	1.469	931	1.027	1.146	647	1.988
Julho	1.203	1.085	1.473	942	1.020	1.158	646	1.959
Agosto	1.212	1.086	1.285	972	1.042	1.162	650	1.965
Setembro	1.213	1.071	1.268	953	1.031	1.147	635	2.035
Outubro	1.214	1.060	1.291	944	1.020	1.134	628	2.101
Novembro	1.236	1.084	1.486	910	1.042	1.152	650	2.105
Dezembro	1.224	1.093	1.533	907	1.050	1.156	678	2.035
Janeiro 2013	1.218	1.099	1.491	899	1.077	1.159	690	2.036
Fevereiro	1.211	1.087	1.460	918	1.057	1.146	707	2.140
Março	1.207	1.078	1.453	918	1.053	1.137	696	2.166
Abril	1.205	1.077	1.424	948	1.044	1.138	684	2.149
Maio	1.206	1.074	1.317	919	1.069	1.137	666	2.142
Junho	1.252	1.107	1.341	921	1.081	1.171	706	2.229
Julho	1.271	1.118	1.445	891	1.083	1.176	760	2.248
Agosto	1.268	1.119	1.508	932	1.065	1.182	741	2.262
Setembro	1.233	1.104	1.504	930	1.058	1.168	696	2.130
Variação mensal (%)								
Set. 2013/ago. 2013	-2,7	-1,3	-0,3	-0,3	-0,7	-1,2	-6,1	-5,8
Variação no ano (%)								
Set. 2013/dez. 2012	0,6	1,0	-1,9	2,4	0,7	1,0	2,5	4,6
Variação anual (%)								
Set. 2013/set. 2012	1,6	3,1	18,5	-2,5	2,5	1,7	9,5	4,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2012.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-set. 2013

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2012	330	601	768	1.206	2.199	599	682	860	1.320	2.381
Fevereiro	328	637	764	1.210	2.192	599	681	851	1.319	2.200
Março	328	675	763	1.200	2.182	675	681	850	1.315	2.193
Abril	336	668	764	1.199	2.148	668	679	859	1.303	2.172
Maio	330	662	760	1.171	2.129	662	675	851	1.288	2.148
Junho	321	662	766	1.181	2.127	662	667	851	1.276	2.148
Julho	318	660	764	1.170	2.127	660	661	850	1.276	2.128
Agosto	319	657	782	1.268	2.122	657	661	848	1.276	2.122
Setembro	318	653	774	1.259	2.112	653	660	845	1.273	2.115
Outubro	316	647	771	1.251	2.099	647	657	839	1.267	2.112
Novembro	330	645	781	1.251	2.098	645	652	839	1.269	2.282
Dezembro	331	642	777	1.244	2.085	642	648	833	1.284	2.168
Janeiro 2013	355	642	781	1239	2074	642	691	829	1269	2177
Fevereiro	356	641	773	1223	2064	641	690	825	1259	2236
Março	354	687	774	1215	2037	687	691	814	1263	2218
Abril	352	683	775	1214	2032	683	689	813	1289	2120
Maio	351	682	796	1209	2014	682	686	840	1308	2146
Junho	352	681	804	1208	2210	681	682	861	1309	2411
Julho	369	678	800	1209	2247	678	682	873	1349	2412
Agosto	393	678	800	1206	2281	678	681	870	1331	2459
Setembro	399	678	800	1200	2031	677	678	870	1347	2274
Variação mensal (%)										
Set. 2013/ago. 2013	1,6	0,0	0,0	-0,5	-11,0	-0,1	-0,4	0,0	1,2	-7,5
Variação no ano (%)										
Set. 2013/dez. 2012	20,3	5,5	2,8	-3,6	-2,6	5,3	4,5	4,3	4,8	4,8
Variação anual (%)										
Set. 2013/set. 2012	25,4	3,8	3,2	-4,8	-3,9	3,6	2,6	2,9	5,7	7,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Junho – 2012.

(2) Excluídos os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-out. 2013

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2012 (2)	1.586	36	-2.983	2.613	3.120
Declaração fora do prazo	4.153	1.162	2.675	2.972	5.745
Com ajuste (3)	5.739	1.198	-308	5.585	8.865
Janeiro	2.068	255	536	-752	2.172
Fevereiro	-1.661	-403	-1.928	-539	1.209
Março	2.622	281	1.705	-1.041	1.500
Abril	2.327	158	748	268	1.161
Maio	-2.550	22	-522	412	-2.202
Junho	-1.810	174	-704	-172	-1.002
Julho	954	503	713	-151	-54
Agosto	-80	-137	-1.234	135	1.229
Setembro	1.308	31	510	505	229
Outubro	-1.017	316	-776	978	-1.263
Novembro	5.164	290	771	2.352	1.990
Dezembro	-5.739	-1.454	-2.802	618	-1.849
2013 (2)	1.545	2.703	867	-2.117	-1.114
Janeiro	-678	520	-19	-1.197	141
Fevereiro	140	137	-734	-672	1.138
Março	-158	4	972	-1.129	495
Abril	3.164	-63	1.078	-242	1.952
Maio	208	611	106	324	-929
Junho	-1.219	-42	-1.214	-643	717
Julho	-1.069	402	655	-417	-2.065
Agosto	1.206	335	-150	235	667
Setembro	2.604	550	2.403	1.097	-1.654
Outubro	-2.653	249	-2.230	527	-1.576
Nov. 2012-out. 2013 (2)	970	1.539	-1.164	853	-973

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

Tabela 21
Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – jan. 2012-out. 2013

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2012 (2)	9.310	-5.658	-100	8.184	12.176
Declaração fora do prazo	31.662	2.942	5.974	8.394	12.072
Com ajuste (3)	40.972	-2.716	5.874	16.578	24.248
Janeiro	6.861	1.375	1.477	-546	3.363
Fevereiro	-1.619	-908	-1.758	-678	1.457
Março	2.243	-911	2.647	-1.194	2.299
Abril	7.847	1.571	1.153	785	1.843
Maio	3.071	1.111	-174	226	-1.652
Junho	241	597	-952	269	-499
Julho	2.209	1.410	1.213	31	661
Agosto	442	-314	-1.109	1.053	2.757
Setembro	3.479	-251	1.004	1.683	1.793
Outubro	-4.886	-1.974	-870	1.482	-1.097
Novembro	5.695	-1.419	1.656	4.056	3.489
Dezembro	-16.273	-5.945	-4.387	1.017	-2.238
2013 (2)	25.880	3.807	10.003	2.586	4.275
Janeiro	-628	-11	855	-2.244	399
Fevereiro	-1.076	-373	86	-1.088	1.165
Março	375	-554	1.133	-1.235	570
Abril	10.186	564	2.783	456	2.969
Maio	4.568	1.852	1.192	788	-82
Junho	1.436	467	-377	-94	861
Julho	3.280	475	2.051	-341	-815
Agosto	3.955	460	790	1.577	1.242
Setembro	6.203	768	3.445	3.078	-1.170
Outubro	-2.419	159	-1.955	1.689	-864
Nov. 2012-out. 2013 (2)	15.302	-3.557	7.272	7.659	5.526

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Receita realizada	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	233.017.418,00	242.211.223,00	1.185.514.236,00	234.329.216,00	247.456.698,00	1.323.311.822,00
Receitas correntes	195.130.684,00	193.078.642,00	971.850.460,00	200.203.868,00	180.314.956,00	929.950.761,00
Receita tributária	55.594.814,00	60.666.940,00	311.037.719,00	44.730.890,00	54.239.854,00	286.467.624,00
Impostos	54.834.365,00	59.850.479,00	304.837.869,00	43.990.659,00	53.474.452,00	280.271.142,00
Taxas	760.449,00	816,46	4.004.602,44	740.231,00	765.402,00	6.196.483,00
Receita de contribuições	103.473.965,00	104.765.860,00	513.683.050,00	102.707.743,00	97.181.220,00	482.426.945,00
Contribuições sociais	101.683.375,00	103.150.808,00	504.977.168,00	101.117.153,00	95.765.849,00	472.200.718,00
Contribuições econômicas	1.790.591,00	1.615.051,00	8.705.881,00	1.590.590,00	1.415.371,00	10.226.227,00
Receita patrimonial	17.676.746,00	11.563.361,00	61.938.641,00	18.113.781,00	14.541.776,00	66.434.224,00
Receitas imobiliárias	230.399,00	226.873,00	1.131.068,00	218.152,00	217.136,00	1.038.624,00
Receitas de valores mobiliários	6.261.254,00	3.244.087,00	21.344.852,00	10.355.882,00	6.040.017,00	30.926.186,00
Receita de concessões e permissões	4.191.244,00	57.520,00	5.794.005,81	265.274,00	1.109.062,00	2.010.013,00
Compensações financeiras	6.938.071,00	7.977.548,00	32.762.625,00	7.226.488,00	7.098.037,00	32.196.105,00
Receita de Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-
Outras receitas patrimoniais	54.647,00	56.785,00	598.629,00	45.493,00	47.653,00	226.305,00
Receita agropecuária	1.130,00	548,00	14.946,00	2.492,00	29.870,00	36.991,00
Receita da produção vegetal	4.710,00	5.430,00	22.552,00	3.986,00	5.828,00	21.228,00
Receita da produção animal e derivados	1.615,00	3.321,00	12.458,00	1.581,00	3.858,00	12.343,00
Outras receitas agropecuárias	3.087,00	2.114,00	10.088,00	2.400,00	1.969,00	8.874,00
Receita industrial	7,00	-5,00	4,00	5,00	2,00	10,00
Receita da indústria de transformação	232.772,00	50.252,00	687.075,00	170.320,00	154.337,00	678.358,00
Receita de serviços	232.772,00	50.252,00	687.075,00	170.320,00	154.337,00	678.358,00
Transferências correntes	9.943.787,00	8.164.783,00	41.941.554,00	10.376.475,00	7.490.847,00	41.607.953,00
Transferências intergovernamentais	91.699,00	67.517,00	407.758,00	242.474,00	92.868,00	647.513,00
Transferências de instituições privadas	-	-	-	150,00	329,00	479,00
Transferências do exterior	1.904,00	3.068,00	13.415,00	-137,00	36.301,00	39.499,00
Transferências de pessoas	2.492,00	-22,00	-719,00	762,00	1.073,00	7.740,00
Transferências de convênios	86,00	1.155,00	1.506,00	80,00	81,00	444,00
Transferências para o combate à fome	87.209,00	63.276,00	393.466,00	241.595,00	55.066,00	598.713,00
Receitas correntes a classificar	8,00	40,00	90,00	24,00	17,00	635,00
Outras receitas correntes	2.587,00	17,00	3.135,00	58,00	488,00	3.139,00
Multas e juros de mora	8.109.604,00	7.794.482,00	42.128.977,00	23.858.140,00	6.607.736,00	51.663.777,00
Indenizações e restituições	3.925.113,00	3.620.637,00	18.120.176,00	13.769.572,00	3.182.288,00	24.780.744,00
Receita da dívida ativa	791.880,00	1.079.000,00	6.407.529,00	639.936,00	610.223,00	3.436.045,00
Receitas diversas	1.449.080,00	1.576.789,00	6.557.786,00	8.044.944,00	1.049.096,00	11.580.536,00
Receitas de capital	1.943.531,00	1.518.057,00	11.043.485,00	1.403.688,00	1.766.130,00	11.866.453,00
Operações de crédito	37.886.734,00	49.132.580,00	213.663.774,00	34.125.348,00	67.141.743,00	393.361.061,00
Operações de crédito internas	24.194.367,00	4.326.848,00	100.134.799,00	20.680.147,00	6.950.365,00	176.478.122,00
Operações de crédito externas	23.435.251,00	4.148.564,00	98.682.365,00	20.166.313,00	4.946.897,00	171.977.478,00
Alienação de bens	759.117,00	178.284,00	1.452.434,00	513.834,00	2.003.468,00	4.500.644,00
Alienação de bens móveis	825.117,00	218.825,00	2.108.709,00	476.046,00	308.719,00	1.584.744,00
Alienação de bens imóveis	804.837,00	156.777,00	1.956.366,00	463.166,00	278.436,00	1.393.594,00
Amortizações de empréstimos	20.280,00	62.048,00	152.343,00	12.880,00	30.283,00	191.150,00
Transferências de capital	6.724.576,00	5.463.770,00	30.168.226,00	5.785.413,00	6.531.278,00	28.017.865,00
Transferências do exterior	20.028,00	12.763,00	92.326,00	13.744,00	13.905,00	99.529,00
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferência de outras instituições públicas	-	-	4.646,00	-	251,00	5.103,00
Transferências de convênios	17.746,00	6.894,00	77.801,00	13.744,00	13.653,00	94.425,00
Outras receitas de capital	6.122.646,00	39.110.374,00	81.159.716,00	7.169.997,00	53.337.476,00	187.180.800,00
Resultado do Banco Central do Brasil	-	31.816.140,00	44.361.949,00	-	45.283.172,00	148.767.263,00
Remuneração das disponibilidades	6.121.434,00	7.293.851,00	36.794.679,00	7.169.387,00	8.045.429,00	38.345.016,00
Proveniente da execução de garantias	1.173,00	358,00	2.858,00	132,00	107,00	732,00
Receita dívida ativa alienação estoques de café	39,00	30,00	229,00	303,00	147,00	691,00

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jul-out. 2012/2013

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receita títulos Tesouro Nacional resgatados	-	-7,00	-	175,00	15,00	58.492,00
Receitas de capital diversas	-	2,00	2,00	-	8.605,00	8.605,00
Receita (intraorçamentária) (II)	-	-	-	-	-	-
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	237.425.223,00	246.825.951,00	1.206.446.477,00	236.650.235,00	249.819.343,00	1.335.588.948,00
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	69.360.639,00	93.381.683,00	354.636.690,00	82.735.632,00	54.142.436,00	295.927.656,00
Operações de crédito internas	69.360.639,00	93.381.683,00	353.022.420,00	82.735.637,00	52.648.680,00	291.213.844,00
Mobiliária	69.360.639,00	93.381.683,00	353.022.420,00	82.735.637,00	52.648.680,00	291.213.844,00
Operações de crédito externas	-	-	1.614.270,00	-5,00	1.493.756,00	4.713.813,00
Mobiliária	-	-	1.614.270,00	-5,00	1.493.756,00	4.713.813,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	306.785.863,00	340.207.634,00	1.561.083.168,00	319.385.867,00	303.961.779,00	1.631.516.604,00
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	306.785.863,00	340.207.634,00	1.561.083.168,00	319.385.867,00	303.961.779,00	1.631.516.604,00
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receita (intraorçamentária) (II)	4.407.805	4.614.728	20.932.242	2.321.020	2.362.645	12.277.126
Receitas correntes	4.018.248	4.141.070	18.543.709	2.086.660	2.128.510	10.539.539
Receita tributária	40	30	18	64	54	394
Impostos	11	15	-175	-	2	-11
Taxas	30	16	196	64	52	405
Receita de contribuições	2.238.981	2.245.563	11.193.183	2.036.433	2.083.094	10.339.881
Contribuições sociais	2.238.923	2.245.541	11.193.105	2.036.432	2.083.095	10.339.793
Contribuições econômicas	58	22	77	1	(2)	87
Receita patrimonial	17.849	702	20.203	8.562	614	13.924
Receitas imobiliárias	517	594	2.566	460	574	2.327
Receitas de valores mobiliários	17.308	106	17.449	7.992	27	11.359
Receita de concessões e permissões	24	2	189	111	12	236
Receita industrial	40.636	53.649	160.316	28.496	23.415	116.780
Receita da indústria de transformação	40.636	53.649	160.316	28.496	23.415	116.780
Receita de serviços	8.279	11.920	110.808	8.366	8.352	37.119
Outras receitas correntes	1.712.462	1.829.206	7.059.179	4.739	12.982	31.443
Multas e juros de mora	53	768	1.312	136	43	248
Indenizações e restituições	-2.811	1.304	6.894	4.417	12.846	30.526
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. ao RGPS	1715160	1826860	7050470	-	-	-
Receitas Diversas	60	275	506	186	93	669
Receitas de capital	389.557	473.658	2.388.534	234.360	234.135	1.737.589
Operações de crédito	389.557	473.658	2.388.534	229.360	234.135	1.727.588
Operações de crédito internas	389.557	473.658	2.388.534	229.360	234.135	1.727.588
Alienação de bens	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens móveis	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	-	-	-	5.000	-	10.000
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	-	-	5.000	-	10.000
Remuneração das disponibilidades	-	-	-	-	-	-
Proveniente da execução de garantias	-	-	-	-	-	-
Saldo de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	-	-	-	-	-	-

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

(…) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das Despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – maio-ago. 2012/2013

Despesa executada	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	244.546.500	212.666.429	1.056.519.290	323.232.184	199.716.520	1.162.526.507
Despesas correntes	227.110.244	170.833.987	929.451.895	209.842.594	147.437.694	839.644.197
Pessoal e encargos sociais	31.394.699	31.118.099	163.082.871	28.695.685	28.619.899	150.504.517
Juros e encargos da dívida	52.365.033	9.370.472	128.393.514	50.435.429	7.331.830	119.727.838
Outras despesas correntes	143.350.513	130.345.416	637.975.511	130.711.480	111.485.965	569.411.841
Transferência a estados, DF e municípios	38.099.182	39.275.980	195.988.024	37.871.709	33.612.440	182.348.306
Benefícios previdenciários	67.850.606	54.118.334	287.893.318	59.618.558	48.853.463	227.814.022
Demais despesas correntes	37.400.724	36.951.102	154.094.168	33.221.213	29.020.063	159.249.514
Despesas de capital	17.436.256	41.832.442	127.067.393	113.389.591	52.278.826	322.882.311
Investimentos	3.338.461	4.363.199	11.627.044	4.711.803	4.674.695	14.175.494
Inversões financeiras	7.937.744	10.892.152	37.513.551	7.848.032	5.903.089	31.625.381
Amortização da dívida	6.160.050	26.577.092	77.926.798	100.829.756	41.701.042	276.996.181
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	4.376.634	5.069.156	20.907.443	2.122.622	2.469.221	12.747.474
Despesas correntes	4.364.724	4.591.927	20.293.474	2.411.820	2.418.917	11.922.459
Pessoal e encargos sociais	2.525.987	2.601.864	12.698.178	2.289.888	2.307.156	11.471.319
Outras despesas correntes	1.838.738	1.990.063	7.595.298	121.932	111.761	451.140
Demais despesas correntes	1.838.738	1.990.063	7.595.298	121.932	111.761	451.140
Despesas de capital	11.096	477.229	526.123	-289.199	50.304	825.014
Investimentos	814	3.502	17.390	2.346	3.577	23.606
Inversões financeiras	11.096	473.727	596.578	-291.544	46.727	801.410
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	248.923.134	217.735.585	1.077.426.732	325.354.806	202.185.741	1.175.273.981
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	87.644.999	57.573.130	489.046.939	105.689.919	19.615.650	312.207.352
Amortização da dívida interna	87.329.719	56.581.559	479.442.347	105.344.686	17.516.094	305.220.039
Dívida mobiliária	87.329.719	56.577.136	479.433.747	105.344.686	17.511.804	305.209.012
Outras dívidas	-	4.423	8.599	-	4.290	11.027
Amortização da dívida externa	315.279	991.571	9.604.590	345.233	2.099.556	6.987.313
Dívida mobiliária	234.978	832.777	3.416.079	272.144	1.744.704	5.705.162
Outras dívidas	80.302	158.794	6.188.512	73.089	354.852	1.282.151
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	336.568.133	275.308.715	1.566.473.670	431.044.725	221.801.391	1.487.481.333
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	336.568.133	275.308.715	1.566.473.670	431.044.725	221.801.391	1.487.481.333

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até dezembro.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanzo Orçamentário – Receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – mai.-ago. 2012/2013

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.602.141.724,67	4.792.505.159,61	24.684.627.871,40	4.911.539.772,44	4.518.106.826,93	29.944.971.811,35
Receitas correntes	4.685.659.527,53	4.672.825.197,81	23.036.640.537,66	4.645.035.893,49	4.350.558.651,70	27.279.457.509,47
Receita tributária	2.960.017.509,18	2.926.369.528,72	14.401.202.515,37	2.559.313.660,49	2.743.361.622,31	15.864.323.802,35
Impostos	2.802.993.913,46	2.770.741.054,47	13.763.347.619,94	2.426.936.144,15	2.616.678.719,44	15.199.307.123,60
Taxas	157.023.595,72	155.628.474,25	637.854.895,43	132.377.516,34	126.682.902,87	665.016.678,75
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	369.140.264,10	454.406.947,12	1.690.792.003,93	284.026.405,27	289.424.161,94	1.809.252.131,64
Contribuições sociais	369.140.264,10	454.406.947,12	1.690.792.003,93	284.026.405,27	289.424.161,94	1.809.252.131,64
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	53.359.480,78	94.581.778,94	286.018.640,63	519.332.451,76	108.737.467,75	909.100.575,84
Receitas imobiliárias	6.076.927,27	8.241.255,79	25.872.793,22	6.085.473,32	5.203.627,98	38.952.302,11
Receitas de valores mobiliários	38.670.708,10	39.783.349,44	159.929.978,93	57.715.593,06	39.272.402,29	309.804.365,79
Receitas de concessões e permissões	2.508.361,30	2.541.726,41	9.942.773,46	322.159,74	201.248,92	7.325.855,90
Compensações financeiras	-	-	-	-	-	-
Receita de cessão de direitos	6.103.484,11	6.302.028,66	27.563.297,66	-	-	-
Outras receitas patrimoniais	-	37.713.418,64	62.709.797,36	455.209.225,64	64.060.188,56	553.018.052,04
Receita agropecuária	149.386,22	-1.553.599,21	392.654,22	7.821,31	80.081,34	221.485,26
Receita da produção vegetal	-	-	-	606,00	826,00	4.299,00
Receita da produção animal e derivados	54.857,91	167.797,40	324.011,86	4.011,31	75.496,34	192.186,76
Outras receitas agropecuárias	94.528,31	-1.721.396,61	68.642,36	3.204,00	3.759,00	24.999,50
Receita industrial	2.640,00	1.800,00	8.820,00	-	12.399,00	91.144,64
Receita da indústria de transformação	2.640,00	1.800,00	8.820,00	-	12.399,00	91.144,64
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	24.480.537,23	28.198.262,37	92.101.234,25	18.517.074,88	17.035.453,66	114.855.659,67
Transferências correntes	1.729.626.984,39	1.652.587.969,70	9.145.411.296,54	1.605.471.703,23	1.545.024.034,20	11.028.725.652,74
Transferências intergovernamentais	1.708.904.058,57	1.629.365.624,20	8.979.009.290,84	1.557.449.899,46	1.526.034.460,76	10.845.662.623,25
Transferências de instituições privadas	-	-	-	16.000,00	8.000,00	32.560,18
Transferências do exterior	-	-	-	103.063,47	22,70	895.333,15
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	20.722.925,82	23.222.345,50	166.402.005,70	47.902.740,30	18.981.550,74	182.135.136,16
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	125.334.200,71	100.363.589,06	431.967.153,07	152.954.701,36	162.096.414,25	830.701.342,30
Multas e juros de mora	29.017.822,54	21.266.789,74	109.713.864,65	42.597.636,15	38.538.247,05	215.690.835,50
Indenizações e restituições	5.333.755,34	8.725.766,72	23.170.266,29	6.558.935,86	9.259.474,52	44.413.049,57
Receita da dívida ativa	2.814.001,32	14.093.733,28	19.725.623,33	10.401.005,15	7.533.030,72	41.460.690,19
Receitas diversas	88.168.621,51	56.277.299,32	279.357.398,80	93.397.124,20	106.765.661,96	529.136.767,04
Conta retificadora da receita orçamentária	-576.451.475,08	-582.131.078,89	-3.011.253.780,35	-494.587.924,81	-515.212.982,75	-3.277.814.284,97
Receitas de capital	916.482.197,14	119.679.961,80	1.647.987.333,74	266.503.878,95	167.548.175,23	2.665.514.301,88
Operações de crédito	707.521.913,70	3.080.605,54	1.195.847.826,64	16.533.731,88	95.972.017,71	1.854.663.546,62
Operações de crédito internas	254.813.197,74	3.074.298,01	703.295.433,55	1.628.786,88	80.991.757,71	245.613.193,65
Operações de crédito externas	452.708.715,96	6.307,53	492.552.393,09	14.904.945,00	14.980.260,00	1.609.050.352,97
Alienação de bens	6.224.687,63	3.685.131,09	11.276.208,72	2.345.268,77	3.656.304,42	14.435.069,84
Alienação de bens móveis	157.029,00	511.733,85	2.035.152,85	1.260.764,19	1.181.273,14	7.623.712,56
Alienação de bens imóveis	6.067.658,63	3.173.397,24	9.241.055,87	1.084.504,58	2.475.031,28	6.811.357,28

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço Orçamentário – Receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – mai.-ago. 2012/2013

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Amortização de empréstimos	9.010.242,97	(19.551,31)	8.990.691,66	17.503.103,10	17.180.092,58	99.204.606,63
Amortização de empréstimos	9.010.242,97	(19.551,31)	8.990.691,66	17.503.103,10	17.180.092,58	99.204.606,63
Transferências de capital	193.725.352,84	112.933.776,48	431.872.606,72	230.121.775,20	50.739.760,52	696.847.674,90
Transferências intergovernamentais	2.741.922,30	13.025.568,43	27.611.919,93	48.096.818,55	1.954.098,42	79.947.072,08
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	190.983.430,54	99.908.208,05	404.260.686,79	182.024.956,65	48.785.662,10	616.900.602,82
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	363.403,89
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	363.403,89
Receitas (intraorçamentárias) (II)	298.098.401,30	508.078.983,95	1.783.284.621,50	322.248.923,30	324.867.119,41	2.041.200.935,79
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	5.900.240.125,97	5.300.584.143,56	26.467.912.492,90	5.233.788.695,74	4.842.973.946,34	31.986.172.747,14
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	5.900.240.125,97	5.300.584.143,56	26.467.912.492,90	5.233.788.695,74	4.842.973.946,34	31.986.172.747,14
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	5.900.240.125,97	5.300.584.143,56	26.467.912.492,90	5.233.788.695,74	4.842.973.946,34	31.986.172.747,14
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas correntes	298.098.401,30	508.078.983,95	1.783.284.621,50	322.248.923,30	324.867.119,41	2.041.200.935,79
Receita de contribuições	293.671.572,41	505.204.241,21	1.767.494.377,47	311.541.192,32	315.912.277,49	1.991.193.033,62
Contribuições sociais	293.671.572,41	505.204.241,21	1.767.494.377,47	311.541.192,32	315.912.277,49	1.991.193.033,62
Receita de serviços	4.426.828,89	2.874.742,74	15.790.244,03	10.707.730,98	8.954.841,92	50.007.902,17
Total	298.098.401,30	508.078.983,95	1.783.284.621,50	322.248.923,30	324.867.119,41	1.747.820.068,53

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Balço Orçamentário – Despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – maio-ago. 2012/2013
(R\$ 1,00)

Despesa executada	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.471.358.812,32	5.140.286.997,13	23.333.756.057,35	4.780.337.058,03	4.540.930.755,49	16.680.487.441,07
Despesas correntes	5.034.937.080,16	4.671.841.134,63	20.769.309.727,81	4.243.944.640,69	3.965.217.679,48	15.028.419.843,80
Pessoal e encargos sociais	2.654.929.027,74	2.175.682.145,15	10.787.455.448,86	2.115.299.772,26	1.979.703.376,35	8.111.758.642,06
Juros e encargos da dívida	102.500.694,97	63.828.289,24	362.146.429,47	117.893.234,02	87.984.417,48	321.170.019,47
Outras despesas correntes	2.277.507.357,45	2.432.330.700,24	9.619.707.849,48	2.010.751.634,41	1.897.529.885,65	6.595.491.182,27
Transferências a municípios	752.506.511,94	730.822.308,18	3.588.278.650,67	643.402.949,59	665.348.824,07	2.538.915.850,20
Demais despesas correntes	1.525.000.845,51	1.701.508.392,06	6.031.429.198,81	1.367.348.684,82	1.232.181.061,58	4.056.575.332,07
Despesas de capital	436.421.732,16	468.445.862,50	2.564.446.329,54	536.392.417,34	575.713.076,01	1.652.067.597,27
Investimentos	259.420.662,82	359.098.762,80	1.086.372.134,89	318.268.911,97	296.395.452,00	768.039.830,55
Inversões financeiras	6.909.359,97	13.667.628,22	56.978.831,90	23.736.857,73	123.607.564,29	207.542.527,67
Amortização da dívida	170.091.709,37	95.679.471,48	1.421.095.362,75	194.386.647,64	155.710.059,72	676.485.239,05
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do rpps	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	375.200.635,14	303.541.251,37	1.424.574.442,47	332.125.024,16	315.482.536,16	1.248.906.342,98
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	5.846.559.447,46	5.443.828.248,50	24.758.330.499,82	5.112.462.082,19	4.856.413.291,65	17.929.393.784,05
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	5.846.559.447,46	5.443.828.248,50	24.758.330.499,82	5.112.462.082,19	4.856.413.291,65	25.117.703.105,65
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	5.846.559.447,46	5.443.828.248,50	24.758.330.499,82	5.112.462.082,19	4.856.413.291,65	25.117.703.105,65

Despesa intraorçamentária	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas correntes	375.200.635,14	303.541.251,37	1.547.879.559,18	332.125.024,16	315.482.536,16	1.248.906.342,98
Pessoal e encargos sociais	320.072.527,74	254.878.180,88	1.340.676.141,82	252.978.082,15	253.609.209,97	995.965.436,21
Outras despesas correntes	55.128.107,40	48.663.070,49	207.203.417,36	79.146.942,01	61.873.326,19	252.940.906,77
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	375.200.635,14	303.541.251,37	1.547.879.559,18	332.125.024,16	315.482.536,16	1.248.906.342,98

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2012 - out. 2013

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Janeiro	1.183.096.821	1.505.775.889	125.184.502	56.025.700	1.308.281.323	1.561.801.589
Fevereiro	1.099.973.808	1.239.789.328	167.877.483	72.418.888	1.267.851.291	1.312.208.217
Março	1.033.766.974	1.247.896.776	172.859.622	183.792.389	1.206.626.597	1.431.689.165
Abril	1.153.973.735	992.624.244	192.994.993	179.178.095	1.346.968.728	1.171.802.339
Maio	1.050.663.513	1.317.776.644	204.764.846	25.352.117	1.255.428.360	1.343.128.761
Junho	1.108.464.624	1.276.094.741	232.549.821	67.034.020	1.341.014.446	1.343.128.761
Julho	1.041.560.210	1.213.454.517	240.070.969	129.674.244	1.281.631.179	1.343.128.761
Agosto	1.038.936.964	1.267.210.202	238.745.517	75.918.559	1.277.682.482	1.343.128.761
Setembro	1.183.824.035	1.285.573.432	205.697.846	57.555.329	1.389.521.881	1.343.128.761
Outubro	1.180.653.380	1.343.128.761	173.186.361	133.531.331	1.353.839.741	1.476.660.093
Novembro	1.254.966.120		155.165.522		1.410.131.642	
Dezembro	1.165.413.298		259.932.835		1.425.346.133	
Total	13.495.293.484	12.689.324.536	2.369.030.318	980.480.674	15.864.323.802	13.669.805.210

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 27 Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da federação – Brasil – jan.-out. 2012/2013												
Unidade da federação	2013											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Acumulado Jan. - Out.	
Norte	1.733.519	1.611.733	1.483.054	1.702.758	1.534.999	1.459.082	1.793.754	1.845.612	1.901.436	1.863.654	16.929.601	
Acre	58.929	59.255	65.069	82.820	63.007	62.289	62.325	60.043	63.696	76.190	653.623	
Amazonas	530.239	542.463	497.779	596.734	610.581	592.926	658.981	624.931	718.026	715.396	6.088.056	
Pará	662.123	585.842	543.129	577.811	616.791	612.478	638.539	653.126	671.922	653.756	6.215.517	
Rondônia	237.898	208.410	175.043	211.901	-	-	253.129	253.129	234.135	226.382	1.800.027	
Amapá	64.125	57.203	51.636	59.087	64.680	-	-	64.707	66.103	-	427.541	
Roraima	46.143	39.300	37.336	45.362	45.710	43.092	41.153	41.688	-	44.249	384.033	
Tocantins	134.063	119.259	113.062	129.042	134.229	148.296	139.626	147.988	147.554	147.680	1.360.799	
Nordeste	5.073.047	4.517.777	3.923.838	4.495.502	4.650.107	4.584.155	4.596.987	4.792.835	4.910.225	2.906.829	44.451.302	
Maranhão	383.895	359.358	320.394	332.909	344.472	332.679	366.418	383.636	403.899	364.973	3.592.633	
Piauí	220.570	223.336	178.804	209.625	222.866	216.670	217.168	230.478	233.170	211.838	2.164.525	
Ceará	709.657	688.624	608.278	674.011	677.930	681.406	698.646	746.131	819.418	755.868	7.059.969	
Rio Grande do Norte	325.940	311.542	289.142	327.991	323.677	329.564	331.023	343.079	358.180	341.221	3.281.359	
Paraíba	344.652	305.780	265.502	303.060	302.501	317.798	343.837	310.442	309.045	-	2.802.617	
Paraná	1.045.210	922.346	829.169	911.322	950.822	942.417	969.343	954.553	969.347	1.009.916	9.504.445	
Alagoas	261.371	222.776	195.662	218.071	225.718	206.826	202.577	227.363	229.587	223.012	2.212.963	
Sergipe	237.830	209.460	183.461	197.519	216.620	202.785	199.384	206.832	213.596	-	1.867.487	
Bahia	1.543.922	1.274.557	1.053.426	1.320.994	1.385.501	1.354.009	1.288.591	1.390.323	1.373.983	-	11.965.306	
Sudeste	15.487.942	14.735.400	14.775.898	16.064.849	16.494.348	18.904.335	15.886.588	16.038.005*	17.711.848	17.343.269	147.404.277	
Minas Gerais	2.976.566	2.739.520	2.548.104	2.848.972	2.891.484	2.871.348	2.924.560	3.033.065	3.142.924	3.251.366	29.227.909	
Espírito Santo	867.189	740.128	623.504	702.760	712.530	727.223	679.819	720.509	749.171	817.580	7.340.413	
Rio de Janeiro	2.728.450	2.462.825	2.457.668	2.562.133	2.455.352	2.739.775	2.367.355	2.381.846	2.855.689	2.853.917	25.865.010	
São Paulo	8.915.737	8.792.928	9.146.623	9.950.984	10.434.983	12.565.990	9.914.854	9.902.585*	10.963.864	10.420.407	91.106.370	
Sul	4.961.163	4.345.740	4.195.396	4.712.084	4.770.866	4.756.524	4.769.215	4.838.876*	5.039.151	4.987.908	42.538.047	
Paraná	1.732.905	1.459.533	1.441.427	1.605.377	1.612.209	1.674.708	1.725.533	1.656.472	1.764.782	1.706.895	16.379.841	
Santa Catarina	1.215.620	1.052.708	1.034.555	1.115.272	1.159.762	1.130.936	1.100.342	1.160.272	1.222.097	1.168.340	11.359.904	
Rio Grande do Sul	2.012.638	1.833.498	1.719.414	1.991.434	1.998.896	1.950.880	1.943.341	2.022.132	2.052.272	2.112.672	19.637.177	
Centro-Oeste	2.662.413	2.419.231	2.502.800	2.628.049	2.635.368	2.675.657	2.677.076	2.702.585	2.821.402	2.478.658	26.203.239	
Mato Grosso	594.863	560.274	597.995	650.804	608.924	610.133	639.562	627.323	642.356	631.556	6.163.790	
Mato Grosso do Sul	542.848	514.059	534.189	534.227	533.263	557.367	571.527	582.453	593.969	591.581	5.555.483	
Goiás	990.518	915.667	862.775	944.809	991.344	1.003.955	987.767	1.001.439	1.034.572	1.255.522	9.988.368	
Distrito Federal	534.185	429.230	507.841	498.210	501.836	504.203	478.220	491.368	550.504	-	4.495.597	
Brasil	29.918.085	27.629.881	26.880.986	29.603.242	30.085.689	32.379.754	29.723.622	30.217.913	32.383.862	29.580.318	298.403.352	

(Conclusão)

2012													
Unidade da federação	Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da federação – Brasil – jan.-out. 2012/2013												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado jan.-dez.
Norte	1.566.998	1.414.049	1.447.141	1.563.050	1.543.909	1.581.826	1.573.924	1.575.277	1.593.718	1.625.300	1.066.427	1.480.111	18.031.728
Acre	42.018	44.902	64.228	73.270	68.968	-	-	-	70.018	-	67.835	67.505	498.744
Amazonas	483.157	482.678	457.490	533.646	517.471	592.309	549.554	563.232	669.593	555.368	556.125	540.298	6.500.920
Pará	574.994	485.217	533.668	557.469	549.004	554.218	583.721	567.553	623.576	606.340	-	630.361	6.266.122
Rondônia	237.773	212.118	193.556	189.852	207.807	208.664	215.768	217.363	-	233.225	245.289	-	2.161.414
Amapá	59.213	48.789	50.933	51.794	49.187	61.317	64.170	59.835	59.422	63.413	61.942	65.962	695.976
Roraima	41.191	36.157	34.994	39.607	36.112	38.952	36.642	36.715	36.916	38.316	42	41.505	417.149
Tocantins	128.652	104.188	112.272	117.412	115.360	126.365	124.068	130.580	134.193	128.638	135.193	134.479	1.491.402
Nordeste	4.374.184	3.877.364	3.932.707	4.147.302	3.895.562	4.163.897	4.067.512	4.094.513	4.301.182	4.373.538	4.678.272	3.460.727	49.366.762
Maranhão	331.270	290.084	309.324	289.695	293.428	309.806	324.834	317.086	340.891	334.945	369.258	348.308	3.858.928
Piauí	195.666	191.856	176.929	182.741	184.765	190.834	199.140	203.440	181.359	210.844	219.261	258.482	2.395.316
Ceará	653.003	573.046	589.179	597.947	594.894	629.804	619.269	648.392	656.136	666.259	717.961	710.520	7.646.410
Rio Grande do Norte	320.476	266.746	298.287	284.438	285.389	305.933	292.245	308.934	304.508	315.248	341.944	366.370	3.690.518
Paraíba	272.083	254.632	254.442	252.115	259.076	265.979	268.875	264.921	266.930	282.202	295.415	312.076	3.248.745
Pernambuco	970.523	797.335	824.672	855.314	813.174	871.307	848.419	846.143	903.191	892.086	968.895	1.010.718	10.601.777
Alagoas	231.106	197.379	205.942	196.604	187.343	198.258	195.040	188.697	184.758	208.298	221.992	238.339	2.453.754
Sergipe	196.361	168.541	171.620	233.380	176.819	191.107	183.541	179.282	187.027	191.433	206.402	215.915	2.301.428
Bahia	1.203.696	1.137.745	1.102.312	1.255.068	1.110.674	1.200.870	1.136.150	1.137.618	1.276.383	1.272.223	1.337.145	-	13.169.894
Sudeste	14.591.385	12.992.754	14.260.433	14.957.308	14.305.576	14.614.502	14.599.878	12.697.625	15.203.157	15.557.945	14.597.250	16.697.166	175.064.978
Minas Gerais	2.663.415	2.286.808	2.519.050	2.673.853	2.525.834	2.677.056	2.678.343	2.716.834	2.771.210	2.769.361	2.799.859	3.018.410	32.100.033
Espírito Santo	874.506	691.718	750.309	721.844	698.637	782.674	753.393	718.941	814.207	766.606	-	821.771	8.394.604
Rio de Janeiro	2.425.515	2.019.639	2.157.601	2.373.355	2.260.965	2.266.558	2.306.525	-	2.378.093	2.317.816	2.501.316	2.459.419	25.466.802
São Paulo	8.617.949	7.994.589	8.833.473	9.188.256	8.820.140	8.888.215	8.861.617	9.261.849	9.239.647	9.704.163	9.296.075	10.397.566	109.103.539
Sul	4.477.567	3.578.750	4.237.368	4.302.551	4.178.457	4.133.533	4.332.127	4.114.869	4.452.105	4.486.641	4.902.352	2.766.278	49.962.599
Paraná	1.491.988	1.244.345	1.434.815	1.428.905	1.477.560	1.423.047	1.584.488	1.460.682	1.585.655	1.530.298	1.596.520	1.601.438	17.859.740
Santa Catarina	1.133.414	924.784	1.037.523	1.087.371	992.127	1.025.075	961.342	1.054.090	1.125.835	1.066.869	1.146.119	1.164.840	12.719.389
Rio Grande do Sul	1.852.165	1.409.620	1.765.030	1.786.275	1.708.771	1.685.412	1.786.297	1.600.097	1.740.615	1.889.474	2.159.713	-	19.383.469
Centro-Oeste	2.380.207	1.957.017	2.168.333	2.284.471	2.666.000	1.786.505	2.369.752	2.440.284	2.457.126	2.466.702	2.877.491	2.889.951	28.743.838
Mato Grosso	534.855	453.647	521.296	563.834	556.662	548.347	550.729	557.951	580.035	596.508	649.662	595.303	6.708.830
Mato Grosso do Sul	483.827	412.794	452.090	502.738	482.548	-	485.686	502.516	516.557	521.855	583.405	554.047	5.498.063
Goiás	855.756	686.966	745.102	739.877	1.198.474	771.999	877.393	909.759	871.893	895.394	1.111.686	1.178.690	10.842.989
Distrito Federal	505.769	403.611	449.845	478.023	428.317	466.159	455.943	470.057	488.642	452.944	532.738	561.911	5.693.957
Brasil	27.380.341	23.819.933	26.045.982	27.254.682	26.589.504	26.280.263	26.943.192	24.922.568	28.007.288	28.510.126	28.121.792	27.294.232	321.169.904

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepo-ICMS.

Elaboração: SEI/Corref.

Última Atualização em Dezembro

(...) Dado indisponível.

(*) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 28

Balçoço orçoamentário – receita – orçoamentos fiscal e da seguridade social – jul.-out. 2012/2013

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	642.752.010,34	644.749.514,24	3.381.362.952,31	568.319.578,96	553.298.854,86	3.649.354.656,62
Receitas correntes	641.484.352,84	642.452.847,58	3.377.660.364,13	604.117.219,58	587.796.236,96	3.857.267.789,51
Receita tributária	255.703.922,65	254.373.773,79	1.340.071.577,71	206.747.009,61	212.132.225,29	1.510.403.863,73
Impostos	235.510.153,09	233.045.556,98	1.158.586.296,54	187.863.056,37	192.274.907,29	1.268.656.511,58
Taxas	20.077.540,06	21.091.275,05	180.434.907,97	18.671.489,32	19.478.830,66	240.420.375,73
Outras receitas tributárias	116.229,50	236.941,76	1.050.373,20	212.463,92	380.487,34	1.328.976,42
Receita de contribuições	26.921.404,79	28.289.143,03	144.930.995,44	29.963.665,89	27.513.515,56	163.919.001,48
Contribuições sociais	16.801.015,27	18.129.262,65	87.438.232,70	17.211.288,19	15.295.211,49	89.536.171,96
Contribuições econômicas	10.120.389,52	10.159.880,38	57.492.762,74	12.752.377,70	12.218.304,07	74.382.829,52
Receita patrimonial	15.059.163,00	16.084.697,62	185.595.798,15	6.095.310,65	5.747.523,50	42.985.913,26
Receitas imobiliárias	356.192,64	193.501,29	1.085.046,54	251.808,85	148.758,05	1.637.328,06
Receitas de valores mobiliários	11.480.024,94	13.335.722,95	45.182.403,12	384.071,72	3.117.109,34	22.962.765,27
Receitas de concessões e permissões	3.222.486,60	2.545.991,15	13.294.983,24	2.002.305,51	2.480.839,11	14.920.988,60
Outras receitas patrimoniais	458,82	9.482,23	126.033.365,25	1.124,57	817,00	8.831,33
Receita industrial	9.571,89	21.734,82	203.243,74	202.611,50	27.565,74	804.263,66
Receita da indústria de construção	9.571,89	21.734,82	203.243,74	202.611,50	27.565,74	804.263,66
Receita de serviços	244.905,79	507.396,75	1.501.289,80	-	-	3.284.555,12
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	448.867,75	-
Transferências correntes	310.109.313,84	308.853.331,34	1.578.092.138,42	212.460,89	309.549.383,82	2.000.477.687,27
Transferências intergovernamentais	306.854.833,82	305.639.039,60	1.560.496.030,95	332.362.251,01	307.663.382,31	1.981.298.173,05
Transferências de instituições privadas	600,00	77.978,66	4.678.905,31	325.138.139,13	400,00	4.378.587,47
Transferências do exterior	-	-	-	27.066,67	-	5.614,88
Transferências de pessoas	4.200,00	1.050,00	16.673,89	5.614,88	700,00	65.387,76
Transferências de convênios	3.249.680,02	3.135.263,08	12.900.528,27	13.933,33	1.884.901,51	14.729.924,11
Outras receitas correntes	33.436.070,88	34.322.770,23	127.265.320,87	7.177.497,00	32.377.155,30	135.392.504,99
Multas e juros de mora	12.395.907,45	15.614.752,22	53.613.430,61	28.533.910,03	10.171.438,58	57.718.536,94
Indenizações e restituições	799.473,63	6.544.547,71	9.343.656,44	13.443.168,34	379.303,24	2.065.853,66
Receita da dívida ativa	17.926.697,73	9.909.006,87	53.393.056,83	352.985,96	20.481.851,88	66.102.492,84
Receitas diversas	2.313.992,07	2.254.463,43	10.915.176,99	13.608.239,32	1.344.831,60	9.455.891,55
Receitas de capital	1.267.657,50	2.296.666,66	3.702.588,18	1.129.516,41	1.690.000,00	30.853.280,25
Operações de crédito	-	-	-	1.998.143,29	-	6.027.970,00
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	6.027.970,00
Alienação de bens	-	-	72.414,02	31.600,00	-	31.600,00
Alienação de bens móveis	-	-	72.414,02	31.600,00	-	31.600,00
Transferências de capital	1.267.657,50	2.296.666,66	3.630.174,16	1.966.543,29	1.690.000,00	24.793.710,25
Transferências intergovernamentais	56.100,00	2.296.666,66	2.352.766,66	1.690.000,00	1.690.000,00	3.828.336,00
Transferências de convênios	1.211.557,50	-	1.277.407,50	276.543,29	-	20.965.374,25
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Receitas diversas	-	-	-	-	-	-
Dedução da COSIP	-	-	-	-	(365.867,19)	(365.867,19)
Dedução da receita corrente	-	-	-	(37.795.783,91)	(35.821.514,91)	(4.314.448.735,02)
Receitas (intraorçamentárias) (II)	28.699.815,06	30.187.031,72	145.777.513,22	33.086.616,54	26.248.529,56	191.868.805,28
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	671.451.825	674.936.545,96	3.527.140.466	601.406.195,50	579.547.384,42	3.841.143.462
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	671.451.825,40	674.936.545,96	3.527.140.466	601.406.195,50	579.547.384,42	3.841.223.462

Receita intraorçamentária	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas correntes	28.699.815,06	30.187.031,72	145.777.513,22	33.086.616,54	26.248.529,56	156.166.448,55
Receita de contribuições	28.699.815,06	30.183.531,72	145.774.013,22	33.086.616,54	26.248.529,56	153.922.680,43
Contribuições Sociais	28.699.815,06	30.183.531,72	145.774.013,22	-	-	2.243.768,12
Receita de serviços	-	3.500,00	3.500,00	-	-	-
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	28.699.815,06	30.187.031,72	145.777.513,22	33.086.616,54	26.248.529,56	156.166.448,55

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 29

Balanço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jul.-out. 2012/2013

R\$ 1,00

Despesa executada	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	572.120.909,86	454.658.148,29	2.537.550.298,41	582.067.669,88	510.867.192,72	2.761.901.255,78
Despesas correntes	544.012.705,32	373.359.492,73	2.355.137.729,73	524.394.972,21	484.193.780,32	2.525.939.133,47
Pessoal e encargos sociais	266.916.162,29	84.677.976,90	1.184.870.692,15	233.649.509,14	242.147.635,58	1.172.444.944,26
Juros e encargos da dívida	11.304.796,67	15.884.387,03	61.461.837,58	11.562.869,41	11.567.293,51	57.197.638,40
Outras despesas correntes	265.791.746,36	272.797.128,80	1.108.805.200,00	278.982.593,66	230.478.851,23	1.296.096.550,81
Despesas de capital	28.108.204,54	81.298.655,56	182.412.568,68	57.672.697,67	26.673.412,40	235.962.122,31
Investimentos	9.082.910,59	40.540.716,65	61.952.836,52	28.456.259,13	8.339.380,24	110.696.739,03
Inversões financeiras	-	-	4.790.000,00	1.000.000,00	500.000,00	5.022.000,00
Amortização da dívida	19.025.293,95	40.757.938,91	115.669.732,16	28.216.438,54	17.834.032,16	120.243.383,28
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	28.544.675,86	11.720.895,82	125.039.238,28	25.306.799,27	27.311.938,68	120.146.528,03
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	600.665.585,72	466.379.044,11	2.662.589.536,69	607.374.469,15	538.179.131,40	2.882.047.783,81
Superávit(IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	600.665.585,72	466.379.044,11	2.662.589.536,69	607.374.469,15	538.179.131,40	2.882.047.783,81

Despesa intra orçamentária	2013			2012		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas correntes	28.544.675,86	11.720.895,82	125.039.238,28	25.306.799,27	27.304.076,66	120.138.666,01
Pessoal e encargos sociais	28.518.484,94	11.720.895,82	125.013.047,36	25.306.799,27	27.298.778,72	120.133.368,07
Outras despesas correntes	26.190,92	-	26.190,92	-	5.296,94	5.296,94
Despesas de capital	-	-	-	-	7.863,02	7.863,02
Investimentos	-	-	-	-	7.863,02	7.863,02
Total	28.544.675,86	11.720.895,82	125.039.238,28	25.306.799,27	27.311.938,68	120.146.528,03

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

c&p@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

